

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BRUNA DUARTE AVILA

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

**SÃO BORJA
2018**

BRUNA DUARTE AVILA

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Loiva Mara de Oliveira Machado

**SÃO BORJA
2018**

BRUNA DUARTE AVILA

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 10/12/2018.

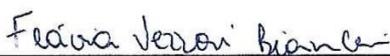
Banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Loiva Mara de Oliveira
(UNIPAMPA)



Prof. Dr.º (Jorge Alexandre da Silva)
(UNIPAMPA)



Assistente Social Flávia Vezzosi Bianchi
(Casa de Acolhida de São Borja)

Dedico este trabalho de graduação aos meus pais pelo exemplo de pessoas que são e por serem as minhas maiores referencias de vida. Minha gratidão á vocês é imensa.

AGRADECIMENTO

Eis que chega o grande momento de expressar minha gratidão as pessoas que fizeram e fazem parte da minha vida e contribuíram de alguma forma para que eu chegasse até esse momento de conclusão do curso de Serviço Social. Gostaria primeiramente de agradecer a Deus por estar sempre presente na minha caminhada, me guiando e iluminando, fazendo com que eu seguisse firme diante de tantas dificuldades vivenciadas ao longo desses quatro anos, onde senti sua presença e afago em todos os momentos.

Agradeço aos meus pais, Cleuza e Hélio por serem meu alicerce, meu Casa de Acolhida, meus exemplos de confiança e amor. Obrigado meus pais amados por todos os ensinamentos e por me fazerem acreditar que todo sonho é possível. Obrigado á vocês pelo carinho e amor com que cuidam da nossa família. Obrigado por estarem sempre presentes em minha vida e por nunca desistirem de mim. Minha gratidão á vocês meus pais é enorme e meu amor por vocês vai além do infinito, muito obrigado por serem meus pais.

Agradeço as minhas irmãs Suzana e Sabrina, por me apoiarem em minhas decisões e me incentivarem a continuar lutando por aquilo que acredito. Obrigado por serem minhas companheiras nos momentos bons e difíceis que passamos ao longo das nossas vidas. Obrigado por tudo que representam para mim e por serem as melhores irmãs que eu poderia ter. Sou grata á vocês pela nossa cumplicidade e pelo amor que transmitimos uma á outra. Amo muito vocês.

Agradeço ao meu irmão Cristiano Michel (in memoriam) que esse ano partiu, deixando as lembranças de otimismo, alegria e intensidade. Hoje não esta mais junto a mim e nossa família, mas esta sempre presente em meus pensamentos e no meu coração. Obrigado á você meu irmão por todas as alegrias que me proporcionou e por todos os ensinamentos que me deixou meu amor por você é eterno.

Ao meu cunhado Paulo Ricardo, do qual é considerado por mim como um irmão. Obrigado por todas as vezes que eu solicitei sua ajuda e você veio prontamente me estender à mão, meu muito obrigado pela disponibilidade de sempre. Agradeço a minha afilhada Andrielly por ser o maior presente que eu poderia receber. Obrigado á você minha pequena por colocar sorriso quando eu

queria chorar. Por ser minha luz quando em muitos momentos eu pensei em desistir. Obrigado por me animar com toda a sua doçura e pureza. Por ser a minha filha do coração. Ter você em minha vida é a certeza que o verdadeiro amor existe. Agradeço também aos meus outros dois afilhados Dafny e Kennedy, por serem bênçãos em minha vida e por me fazerem compreender que por mais que a jornada seja dura, basta olhar para vocês que ela acaba tendo um peso menor. Obrigado a vocês por serem meus afilhados e por tornarem a minha vida mais leve e feliz. Por me ensinarem a enxergar o mundo de outra forma.

Agradeço a Rejane, a qual me viu nascer e faz parte de toda a minha vida. Quero que saiba que você contribuiu na minha jornada acadêmica, incentivando-me a seguir em frente. Obrigado por você me falar tudo que eu necessitava ouvir e por transmitir a palavra do Senhor quando meu coração estava triste. Sem você minha caminhada até aqui não teria o mesmo sentido. Muito obrigado. Agradeço a minha madrinha Nivia pelo incentivo e apoio durante esses quatro anos de graduação.

Agradeço a minha melhor amiga Cristieli, que foi através do nosso ingresso no curso de Serviço Social que nasceu a mais linda e pura amizade. Obrigado minha amiga por todos os momentos vividos, por todos os choros, alegrias, gargalhadas, abraços e pelas nossas discussões que acabaram fortalecendo nossa amizade. Quero que saiba que você é o melhor presente que a universidade me proporcionou nesses quatro anos de jornada acadêmica. Obrigado pelo carinho, respeito e amor de irmã que sentimos uma pela outra, porque hoje nos consideramos assim irmãs de mães diferentes. Obrigado por estar sempre comigo nos momentos bons e ruins e por me permitir fazer parte da sua família. Saiba que sua presença em minha vida é essencial e que nossa amizade é uma dádiva de Deus. Minha gratidão a você minha best friend é enorme.

Agradeço ao meu melhor amigo Ederson, que sem você a minha caminhada até aqui não teria sido completa. Obrigado por aparecer na minha vida e por me fazer acreditar que sou capaz de conquistar tudo que almejo. Obrigado pelas noites de filmes que me fizeram sair do estresse da faculdade. Obrigado pelos longos telefonemas e por me transmitir paz em meio ao caos onde muitas vezes me encontrei. Obrigado por ser meu amigo e por segurar a minha mão sempre. Obrigado por estar presente em todos os momentos sejam eles bons ou ruins. Obrigado pela pessoa incrível que és. Obrigado pela nossa amizade ser verdadeira

e pelo carinho e amor que sentimos um pelo outro. Minha gratidão por você é imensa.

Agradeço as minhas colegas de curso Cátia, Karen, Denise, Paloma e Marta. Meu muito obrigado pelo companheirismo, alegrias, gargalhadas e nossas rodas de mate nas aulas. Quero que saibam que ter a presença de vocês ao longo desses quatro anos tornou minha jornada acadêmica mais leve. Claro que nem somente de alegrias nossa caminhada foi feita, porém com nossas opiniões diferentes com certeza agregamos mais conhecimento á vida uma da outra. Quero que saibam que agradeço a Deus pela oportunidade de ter encontrado pessoas tão brilhantes como vocês e que a nossa amizade continua para além da universidade. Muito obrigado gurias pelo convívio e pelos momentos de amizade.

Agradeço ao Seu Paulo e Dona Isabel por me proporcionarem nos períodos de férias alegrias e longas conversas. Obrigado por me acolherem como filha em sua casa. Obrigado por serem como uma segunda família para mim. Obrigado pela simplicidade de como encaram a vida e por me ensinarem que o mais simples é o que realmente tem valor. Quero que saibam que vocês contribuíram ao longo desses quatro anos em minha vida, retratando que o amor vai além de laços consanguíneos e que família é onde o coração da gente deseja estar. Agradeço também ao seu Francisco do qual conheço a quatro anos e que parece que já nos conhecemos a muito mais tempo, saibas que aprendi com o senhor a levar a vida com mais leveza e acreditar que ainda existe pessoas iluminadas nesse mundo.

Agradeço minha banca de TCC a Assistente Social Flávia Vezzosi Bianchi da Casa de Acolhida de São Borja, da qual se mostrou solícita quando demonstrei interesse em realizar minha pesquisa documental nessa instituição e se fez presente na minha defesa de tcc. Obrigado pela brilhante profissional que és, pelo respeito e compromisso ético com que realiza seu trabalho. Agradeço também ao prof. Dr. Jorge Alexandre pelo convívio durante o estágio I e II e pelos conhecimentos transmitidos a mim ao longo do tcc I. Obrigado por ter aceito o convite para participar de minha banca e por ser este profissional competente e sábio que és.

Agradeço a minha orientadora Loiva Mara de Oliveira Machado por me aceitar como sua orientanda quando assim solicitei. Obrigado por todas as vezes que pedi auxílio e a senhora se mostrou solícita e disposta a transmitir seu conhecimento. Obrigado por todas as vezes que me atendeu fora de seu expediente de trabalho. Quero que saibas que és uma pessoa admirável da qual eu tive a oportunidade de

conhecer e aprender imensamente com sua trajetória de vida. És um exemplo de profissional ética e compromissada com a profissão da qual escolheu seguir, saibas que és uma inspiração enquanto Assistente Social. Deixo aqui meu muito obrigado.

Agradeço a Universidade Federal do Pampa Campus São Borja/RS por estar presente no município e por me permitir realizar o sonho de cursar um ensino superior. Agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram direta ou indiretamente na minha formação profissional, o meu muito obrigado.

Epígrafe

"Mais do que máquinas precisamos de humanidade. Mais do que inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes a vida será de violência e tudo estará perdido".
(Charles Chaplin).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é parte integrante da graduação para obtenção do diploma em Bacharelado em Serviço Social. Destaca-se que o mencionado trabalho teve como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Quais os processos sociais que levam a institucionalização de crianças e adolescentes no Município de São Borja? Partindo desse problema de pesquisa construiu-se como objetivo geral: analisar os processos sociais que levam à acolhimento institucional de crianças e adolescentes, a fim de contribuir para a qualificação do trabalho do assistente social com famílias. Tendo como objetivos específicos: Identificar as expressões da questão social que incidem no processo acolhimento institucional de crianças e adolescentes; Conhecer o trabalho desenvolvido pelo (a) assistente social junto às famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e por fim o terceiro objetivo específico visa: Verificar as estratégias adotadas pela instituição de acolhimento institucional junto à rede de proteção à criança e adolescente, visando à reinserção à família de origem. Enfatiza-se desse modo que o presente estudo teve como questões norteadoras verificar: quais as expressões da questão social vivenciadas por crianças e adolescentes em acolhimento institucional; Como ocorre o trabalho do (a) assistente social com as famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e como última questão norteadora visa a compreender quais as estratégias adotadas pela instituição de acolhimento em conjunto com a rede de proteção à criança e adolescente institucionalizado frente à reinserção na família de origem. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque misto (qualitativa e quantitativa), desenvolvida a partir do acesso a vinte e cinco planos individuais de atendimento (PIA) na Casa de Acolhida do município de São Borja/RS, no ano de 2017 à 2018. No âmbito do adensamento do trabalho buscou-se abordar os documentos que dão as diretrizes para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes como: Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência Familiar e Comunitária (2006); e a Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009 que dispõe sobre a Adoção (2009). Dando continuidade, evidenciou-se através desse estudo que as expressões sociais que implicam no acolhimento institucional de crianças e adolescentes se referem à situação de negligência, conflitos familiares, violência física e psicológica, suspeita de abuso sexual e abandono pelos pais ou responsáveis. Sendo assim, nota-se que as famílias vivem em seu cotidiano situações de violações de direitos e com isso suas crianças e adolescentes ficam expostos ao acolhimento institucional. Assim como tem-se como terceiro objetivo específico discutir como os profissionais trabalham na reinserção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional à sua família de origem. O método de estudo fundamenta-se no método dialético crítico que possibilita uma melhor apreensão da realidade, onde foram utilizadas quatro categorias do método que são historicidade, totalidade, contradição e por fim a mediação. Em relação aos resultados este será evidenciado mediante a análise de como é desenvolvido as intervenções profissionais, a modo de resgatar os vínculos fragilizados das famílias com seus respectivos filhos (as), assim como se buscou trazer a tona a articulação com a rede de proteção a criança e ao adolescente frente à demanda do acolhimento institucional.

Palavras-Chave: Acolhimento Institucional. Convivência Familiar e Comunitária Famílias. Questão Social. Serviço Social.

ABSTRACT

The present Course Completion Work (TCC) is an integral part of the graduation to obtain a Bachelor's Degree in Social Work. It is noteworthy that the aforementioned study had as a research problem the following question: What are the social processes that lead to the institutionalization of children and adolescents in the Municipality of São Borja? Starting from this research problem, it was built as a general objective: to analyze the social processes that lead to the institutional reception of children and adolescents, in order to contribute to the qualification of the social worker's work with families. Having as specific objectives: Identify the expressions of the social question that affect the process institutional reception of children and adolescents; To know the work developed by the social worker with the families of children and adolescents in an institutional reception situation and finally the third specific objective is to: Verify the strategies adopted by the institution of institutional reception in the network of protection to children and adolescents, seeking reintegration into the family of origin. It is emphasized in this way that the present study had as guiding questions to verify: which expressions of the social question experienced by children and adolescents in institutional reception; How does the work of the social worker with the families of children and adolescents in an institutional reception situation occur and, as the last guiding question, is to understand the strategies adopted by the host institution in conjunction with the institutionalized child and adolescent protection network before reintegration into the family of origin. This is a bibliographical and documentary research, with a mixed approach (qualitative and quantitative), developed from the access to twenty-five individual plans of care (PIA) at the Casa de Acolhida in the municipality of São Borja / RS, in the year 2017 to 2018. In the scope of the work, the document seeks to address the guidelines for the institutional reception of children and adolescents, such as: Technical Guidelines for Reception Services for Children and Adolescents (2009), National Promotion Plan, Protection and Defense of the Right of Children and Adolescents to Family and Community Coexistence (2006); and Law No. 12,010, of August 3, 2009, which provides for Adoption (2009). It was evident from this study that the social expressions that imply in the institutional reception of children and adolescents refer to neglect, family conflicts, physical and psychological violence, suspected sexual abuse and abandonment by parents or guardians. Thus, it is noted that families live in their daily situations of violations of rights and with this their children and adolescents are exposed to institutional reception. Just as the third specific objective is to discuss how professionals work in the reintegration of children and adolescents in an institutional reception situation to their family of origin. The method of study is based on the critical dialectical method that allows a better apprehension of reality, where four categories of the method are used: historicity, totality, contradiction and, finally, mediation. In relation to the results, this will be evidenced by the analysis of how the professional interventions are developed, in order to rescue the fragile bonds of the families with their respective children, as well as to bring the articulation with the protection network to and the adolescent in front of the demand of the institutional reception.

Keywords: Institutional Reception. Family and Community Living Families. Social issues. Social service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produções encontradas no Portal da Capes referente a palavra-chave “acolhimento institucional”.....	48
Quadro 2: Perfil das Crianças e Adolescentes Institucionalizadas (os).....	62
Quadro 3: Questões relacionadas a saúde de crianças e adolescentes acolhidos (as).....	63
Quadro 4: Grupo de irmãos acolhidos na Casa de Acolhida de São Borja	65
Quadro 5: Crianças e adolescentes por tempo de ingresso.....	66
Quadro 6: Escolaridade das crianças e adolescentes acolhidas (os) no serviço de acolhimento de São Borja.....	67
Quadro 7 : Motivos do Acolhimento.....	69
Quadro 8: Trabalho realizado pela assistente social junto as famílias de crianças e adolescentes acolhidos (as) no município de São Borja.....	81
Quadro 9: Processos sociais que motivaram a permanência de crianças e adolescentes na Casa de Acolhida no município de São Borja/RS.....	84
Quadro 10: Instituições da rede de proteção á criança e ao adolescente e encaminhamentos à Casa de Acolhida de São Borja.....	91
Quadro 11: Instituições acionadas a partir do acolhimento de crianças e adolescentes.....	92
Quadro 12: Encaminhamentos realizados pela instituição á rede de proteção á criança e ao adolescente.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ART- Artigo

CV- Código Civil

CF- Constituição Federal

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DCFC - Direito à Convivência Familiar e Comunitária

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LGDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

NASF- Núcleo de Apoio à Saúde da Família

NOB-SUAS - Norma Operacional Básica da Assistência Social

PIA - Plano Individual de Acolhimento

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNCFC - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

PEP- Projeto Ético Político

PAIR - Programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento da violência sexual infanto - juvenil no território brasileiro.

TSF- Trabalho Social com Família

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCC - Trabalho de Conclusão do Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	19
2.1 Método Dialético Crítico e suas diferentes categorias.....	19
2.3 Procedimentos metodológicos	25
2.3.1 Tipos de pesquisa	26
2.3.2 Universo e amostra	29
2.3.3 Análise e tratamento dos dados	30
3 A FAMÍLIA E O FENÔMENO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	32
3.1 Os diferentes conceitos sobre a categoria família e suas novas concepções na sociedade contemporânea	32
3.2 Questão social e seus rebatimentos na acolhimento institucional de crianças e adolescentes	38
3.3 Questão Social e Trabalho	44
3.4 Processos sociais que corroboram para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes	45
4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS SOCIAIS QUE CONTRIBUEM PARA A ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	57
4.1 A Convivência Familiar e Comunitária como direito da criança e do adolescente em situação de abrigamento	58
4.2 Expressões da questão social que corroboraram para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de São Borja/RS	61
4.3 Intervenção do (a) assistente social junto às famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento.....	76
5 O TRABALHO DA REDE DE PROTEÇÃO E A ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	89
5.1 Rede de proteção á criança e ao adolescente e serviço de acolhimento.....	90
5.2 Estratégias do Serviço Social em conjunto com a rede de proteção á criança e ao adolescente	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	119

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo problematizar sobre a temática relacionada ao fenômeno acolhimento institucional. Busca-se apresentar um adensamento teórico a respeito do acolhimento institucional frente aos processos sociais implicados na retirada de crianças e adolescentes de suas respectivas famílias e conseqüentemente o encaminhamento dessas a um serviço de acolhimento. Enfatiza-se também que será abordado o serviço de acolhimento no município de São Borja/RS, no qual objetiva-se descobrir as particularidades desses sujeitos no município.

Em relação ao tema escolhido para pesquisa, faz-se relevante para a mudança de concepções acerca das famílias que tem seus filhos (as) em situação de acolhimento institucional, as quais não podem ser as únicas responsáveis pelo cuidado e proteção dos membros que compõem seu núcleo familiar. Entende-se que os mesmos não podem ser passíveis de perda do poder familiar somente em razão das condições em que residem no ambiente familiar. Os aprendizados vivenciados no decorrer da construção desse estudo, evidenciaram que ainda ocorre a necessidade de ter mais atenção às crianças e adolescentes em situação de acolhimento, assim como suas respectivas famílias.

Indiscutivelmente, o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente é no seio familiar, seja ele o da família de origem ou não, pois acrescenta a estes experiências únicas nessas fases da vida. Porém, em alguns casos específicos a medida de acolhimento permanente torna-se inevitável. Com isso nesse momento, cabe à instituição acumular enfrentamentos positivos, capazes de aumentar a autonomia dos acolhidos (as), sob a perspectiva de seu desenvolvimento ser a partir das possibilidades de cada sujeito. Enfatiza-se desse modo à importância de promover o respeito e a dedicação às crianças e adolescentes, visando atender as suas necessidades básicas. Sendo assim, para que haja uma efetivação de proteção às crianças e adolescentes institucionalizados, é preciso que os trabalhadores da Casa de Acolhida saibam suas atribuições, assim como também faz-se necessário que os mesmos tenham conhecimento acerca das mudanças previstas na legislação, para assim conseguirem compreender melhor o significado da proteção integral. Todavia, não se pode remeter que os profissionais

que ali exercitam seu trabalho não conhecem suas atribuições ou as legislações que abrangem o serviço de acolhimento ou a doutrina de proteção integral, mas sim que é de suma importância uma capacitação para os mesmos, devido as constantes mudanças ocorridas nas leis. Contudo, o sistema de proteção integral, deve ser priorizado pelo Estado, onde o mesmo deve estabelecer políticas públicas para prevenção e preservação no que se refere aos vínculos familiares, onde desse modo possa a vir ser evitada a acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Ressalta-se que este estudo tem por objetivo geral analisar os processos sociais que levam á acolhimento institucional de crianças e adolescentes, a fim de contribuir para a qualificação do trabalho do assistente social com famílias. Para tanto se utilizou três objetivos. O primeiro visa identificar as expressões da questão social que incidem no processo de acolhimento de crianças adolescentes. O segundo busca conhecer o trabalho desenvolvido pelo/a assistente social junto ás famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. E no que tange ao terceiro objetivo procura-se verificar as estratégias adotadas pela instituição de acolhimento junto à rede de proteção á criança e ao adolescente, visando á reinserção á família de origem.

Este estudo foi estruturado em seis capítulos. No primeiro capítulo são expostas as questões introdutórias que diz respeito ao tema escolhido. O segundo capítulo busca evidenciar a metodologia escolhida para a estruturação da pesquisa. Já o terceiro capítulo este apresenta uma breve contextualização acerca da família e o fenômeno do acolhimento institucional, pois se entende que não tem como partirmos para analisar tal fenômeno sem antes compreendermos a dinâmica do contexto familiar, da qual crianças e adolescentes estavam inseridas antes de chegarem ao acolhimento. Busca-se ainda nesse capítulo trazer a análise dos dados referente à pesquisa bibliográfica realizada no portal da Capes com a palavra-chave delimitada “acolhimento institucional”.

Contudo, busca-se demonstrar através da análise referente à pesquisa documental junto á Casa de Acolhida de São Borja/RS, o perfil das crianças e adolescentes institucionalizadas e as expressões da questão social que levaram os mesmos á medida de acolhimento no município. O quarto capítulo tende a demonstrar as intervenções realizadas pela assistente social da Casa de Acolhida junto às famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, onde estes resultados foram evidenciados através da pesquisa documental á instituição.

Já no tange ao quinto capítulo este foi organizado de modo a compreender o trabalho da rede de proteção á criança e adolescente buscando trazer elementos da análise documental pertencente á instituição Casa de Acolhida de São Borja/RS. Contudo, foi possível verificar nesse estudo a presença de cinco categorias teóricas sendo: Acolhimento institucional; Convivência Familiar e Comunitária; Famílias; Questão Social e Serviço Social, o que será abordado ao longo dos capítulos.

Por fim, o sexto capítulo visa apresentar as considerações finais, onde será mencionado as reflexões e apontamentos que surgiram ao longo da pesquisa, assim como será explicitado os resultados referentes às pesquisas delimitadas para este estudo. Este capítulo também enfatizara se os objetivos propostos foram alcançados, assim como elencadas algumas sugestões para o enfrentamento as fragilidades existentes no acolhimento institucional de crianças e adolescentes, buscando contribuir assim com esse estudo tanto para o meio acadêmico como para a sociedade em geral.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente capítulo visa descrever o processo metodológico da pesquisa, ou seja, as escolhas que foram utilizadas no processo de investigação e que representam o referencial teórico-metodológico que serviu de base para a investigação, onde se busca realizar apontamentos sobre o método dialético-crítico. Primeiramente apresenta-se o processo de pesquisa, que tem início com delimitação do tema, seguindo do problema de pesquisa, objetivo geral e específico do estudo, questões norteadoras, tipos de pesquisa, universo e amostra, procedimentos adotados como instrumentos e técnicas, assim como procedimentos escolhidos para a coleta e análise de dados.

2.1 Método Dialético Crítico e suas diferentes categorias

O método dialético crítico permite ao pesquisador ter uma melhor compreensão do processo histórico e também possibilita a investigação da realidade. Conforme Gil

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais” (GIL, 2007, p.32).

O método dialético crítico não se apresenta como pronto e finalizado, que seja inapto a transformações, mas pelo contrário esse método nos proporciona enxergar a realidade com uma estrutura dialética, ou seja, que esta em constante transformação, no qual o pesquisador tem como papel investigar, refletir e analisar a realidade observada através de sua pesquisa. Conforme (LAKATOS, MARCONI, 2007, p. 83)

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo- conhecimentos válidos e verdadeiros-, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Portanto, a metodologia busca fornecer respostas a um estipulado questionamento, ou seja, é através da metodologia de estudo que se apontam um

conjunto de processos e equipamentos usados pelo pesquisador para descobrir respostas para seu problema inicial de pesquisa, isto é a metodologia auxilia o processo de investigação realizado pelo pesquisador a um determinado tema.

O método busca fornecer respostas a um estipulado questionamento, ou seja, o pesquisador busca explicar quais os motivos que escolheu determinados caminhos e não outros, verificando assim, que o método científico é importante para validar a pesquisa e fazer com que os resultados obtidos sejam aceitos. Conforme GIL (2007, p.8) o método é “um caminho para se chegar a um determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento.” Ou seja, o método possibilita ao pesquisador chegar a um determinado caminho, porém com um novo olhar.

Conforme Netto (2009), Marx descrevia a teoria como um ato ideal da movimentação real do objeto pelo pesquisador. Todavia, é a partir da teoria que o pesquisador descreve em seu pensamento, a organização de seu objeto de pesquisa, ou seja, o pesquisador primeiro pensa em um tema para estudar e logo após inicia a pesquisa e somente depois organiza as informações encontradas a fim de responder aos seus questionamentos iniciais.

Conforme Kosik (2002, p.16), “o método de pesquisa parte da aparência e busca descobrir a essência do objeto”, ou seja, o objeto de pesquisa deve ir além do aparente, onde se deve buscar um nível de realidade, isto é, algo relevante que possa compreender a essência do objeto de pesquisa. Vale enfatizar que para:

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível (KOSIK, 2002, p. 16).

Percebe-se que o método possibilitará ao assistente social aproximar-se da realidade das crianças e adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional, é o materialismo dialético, pois o mesmo facilitará o entendimento do profissional, quanto aos aspectos históricos, econômicos, políticos, culturais e ideológicos que permeiam o objeto de estudo na instituição de acolhimento.

Busca-se trazer a tona as categorias dialéticas que compõem o método, das quais proporcionam uma análise da realidade sob um viés materialista histórico

dialético, sendo elas a historicidade, totalidade, contradição que irão contribuir para uma melhor estrutura de reflexões sobre o tema proposto. No que se refere à categoria historicidade, nota-se que segundo Minayo

Nada existe totalmente dado, eterno, fixo e absoluto. Portanto, não há nem ideias, nem instituições e nem categorias estáticas. Toda vida humana e social está sujeita a mudanças, transformações, sendo perecível e podendo ser reconstruída (MINAYO, 2010, p.111).

Ou seja, nada é construído fora da história e nem sequer a mesma é objeto do mundo abstrato das ideias. Com isso, a historicidade é importante para que o pesquisador possa conhecer a evolução do fenômeno em análise, ou seja, nesse caso o acolhimento institucional. Portanto é indispensável realizar um movimento *détour*, que é “o único caminho acessível ao homem para chegar à verdade” (KOSIK, 1976, p.27). Ou seja, o *détour* é um movimento regressivo e progressivo que busca desvendar o fenômeno. Igualmente, o movimento *détour* se concretiza no trabalho profissional dos (as) assistentes sociais, ou seja, no momento que ocorre sucessivas aproximações com a realidade dos sujeitos, pois para se obter êxito em suas intervenções é preciso fazer esse movimento para ir além da aparência e alcançar a essência dos fenômenos.

Para tanto, a historicidade pode ser vista a partir do momento que uma criança ou adolescente é acolhida em instituição de abrigamento, significando que na sua história de vida os seus laços foram fragilizados ou rompidos. Ou seja, toda criança ou adolescente detém de um histórico de família que ocorre a violação desses direitos. Salienta-se que as famílias dos mesmos estão inseridas em uma sociedade que dispõe de diversas expressões da questão social, como pobreza, falta de saneamento básico, vulnerabilidade socioeconômica, entre outras expressões que corroboram para a fragilização ou o rompimento dos vínculos familiares, e conseqüentemente o acolhimento institucional de crianças e adolescente, portanto a historicidade se constitui como processualidade. Já no que tange a segunda categoria do método que é a totalidade, parte-se do propósito que para investigar a realidade é necessário

Apreender os fenômenos em sua auto-relação e hetero-relação, em suas relações com a multiplicidade de seus próprios ângulos e de seus aspectos intercondicionados, em seu movimento e desenvolvimento, em sua

multiplicidade e condicionamentos recíprocos por outros fenômenos ou grupos de fenômenos (JOJA, 1964 apud MINAYO, 2010, p.114).

Com isso, podemos perceber que a totalidade tem que ser entendida também como a forma universal, ou seja, por exemplo, tem que haver um entendimento entre os fenômenos universais e singulares, como salienta Konder (2008) ao dizer que

Marx dá o exemplo da população. A população é um todo, mas o conceito de população permanece vago se não conhecemos as classes de que a população se compõe. Só podemos conhecer concretamente as classes, entretanto, se estudarmos os elementos sobre os quais elas se apoiam, na existência delas, tais como o trabalho assalariado, o capital etc. Tais elementos, por sua vez, supõem o comércio, a divisão do trabalho, os preços etc. “Se começo pela população, portanto, tenho uma representação caótica do conjunto; depois, através de uma determinação mais precisa, por meio de análises, chego a conceitos cada vez mais simples. Alcançado tal ponto, faço a viagem de volta e retorno à população. Dessa vez, contudo, não terei sob os olhos um amálgama caótico e sim uma totalidade rica em determinações, em relações complexas (KONDER, 2008, p.42).

Portanto, deve-se ter uma perspectiva totalizante de compreender a realidade não apenas com um olhar somente no fenômeno singular, mas sim considerar a realidade com todo, levando em conta todos os processos sociais que estão por detrás dos fenômenos sociais. Consequentemente, a totalidade possibilita compreender a sociedade de uma forma mais ampla, isto é ir além da aparência permitindo assim ter uma melhor visão de conjunto dos fatos. Enfatiza-se que a totalidade é uma categoria importante dentro deste estudo, pois busca analisar quais motivos são desencadeados para que crianças ou adolescentes sejam encaminhados (as) a uma instituição de abrigamento, buscando assim analisar de forma a considerar que as famílias estão inseridas dentro de um contexto social amplo e não como um caso a ser visto de forma isolada. Pois, deve-se levar em consideração em quais estruturas estas famílias estão inseridas, que políticas públicas as mesmas tem acesso, como se dá o processo da fragilização ou rompimento dos vínculos familiares dessas crianças ou adolescentes com suas famílias de origem.

Enfatiza-se que as famílias de origem das crianças ou adolescentes que estão em medida protetiva de acolhimento institucional, não devem ser vistas de forma isolada como dito anteriormente, pois se pode correr o risco de responsabilizá-las ou culpabilizar as mesmas pelo abandono, maus tratos, negligência entre outras violações dos direitos de seus filhos (as). Com isso é necessário compreender a

família como um grupo de indivíduos que esta inserida dentro de um sistema capitalista, que exclui, explora e que leva muitas famílias e indivíduos a condições precárias de sobrevivência. Porém não se pode deixar de levar em conta também que esta é uma realidade socio- histórica que corrobora para que estes problemas se perpetuem na sociedade.

Com isso, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes deve ser pensado como um processo de reflexão e articulação entre todos os envolvidos nesse processo, não esquecendo do lugar que estão inseridos. Em relação à terceira categoria do método que é a contradição, podemos compreendê-la como a negação que incentiva o sujeito a desvendar a essência dos fenômenos. A contradição

É reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar” (KONDER, 2008, p.47).

Percebe-se que podemos utilizar como exemplo as expressões da questão social que ao mesmo tempo em que cria desigualdades sociais provoca movimentos sociais de resistência, ou seja, os fenômenos criam dois movimentos contraditórios ao mesmo tempo. Enfatiza-se com essa categoria do método sobre as contradições que existem no trabalho do assistente social frente à demanda do retorno à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, uma vez que o trabalho do assistente social deve ser pensado como é a realidade dessas famílias para que os seus filhos (as) possam retornar a conviver com os mesmos. Destaca-se, que ao longo da pesquisa foi utilizada também a quarta categoria que é a mediação que conforme Pontes é

[...] uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão) (PONTES, 2000, p.38).

Podemos observar assim que a mediação representa a apreensão do real por meio de sucessivas aproximações com a realidade, onde possibilita ao pesquisador a compreensão dos fenômenos sociais não de maneira isolada, mas sim como parte contexto social que contém influências sociais, políticas, culturais etc. Nota-se que o acolhimento institucional de crianças e adolescentes não pode ser visto pelos

profissionais, que acompanham tal situação, como uma solução para os conflitos familiares existentes em determinada família, pois se caso isso ocorresse não teria possibilidade das mesmas terem o direito de retornar às suas famílias de origem.

Quando se nega esse fato e o toma de forma isolada de todo o contexto social existente em nossa sociedade, deixa-se de pensar possibilidades de mudanças e transformações na vida dos sujeitos envolvidos nesse processo. A sociedade é dividida por classes sociais, e nisso as famílias de crianças e adolescentes institucionalizados são predominantemente vinculadas a classe trabalhadora. Com isso, ressalta-se que o Estado é parte importante nesse processo, pois o mesmo intervém quando ocorre a violação de direitos desses sujeitos, levando-os a acolhimento institucional.

O Estado deve ter o caráter mediador nesse fenômeno social, pois o mesmo busca intervir numa realidade posta, porém, cabe as instituições de acolhimento serem as mediadoras desse processo, ou seja, buscando articular, pensar estratégias, com o intuito de fazer um movimento de reflexão onde conste a totalidade e contradição desse fenômeno, sendo de extrema importância que o (a) profissional assistente social leve em consideração essas categorias, a fim de desvendar esse fenômeno de uma forma mais ampla e não de forma isolada, fragmentada. Para tanto, deve-se pensar que a categoria família faz parte da história da sociedade, e com isso é necessário que o (a) assistente social busque fundamentar o seu Projeto Ético Político como salienta Netto (1989) a fim de ter nítidos os compromissos que

Tem seu núcleo no reconhecimento da liberdade como valor crítico central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas. Daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1989, p. 105-106).

Enfatiza-se com isso que o (a) assistente social deve buscar compreender a condição de classe dessas famílias de crianças e adolescentes institucionalizados para somente depois entender o fenômeno que é o acolhimento institucional. Visto que essa medida de proteção prevista pelo ECA (1990) somente pode vir a ocorrer quando a criança ou adolescente tiver seus direitos violados, caso contrário não se

pode institucionalizar os mesmos. Partindo desse pressuposto, é necessário que os mesmos sejam amparados por políticas públicas eficazes que façam com que as famílias sejam incluídas nesse contexto e não responsabilizadas unicamente por não deter o cuidado e proteção aos seus filhos (as).

Ressalta-se que o (a) assistente social deve desenvolver sua intervenção com base nos dados da realidade do fenômeno do acolhimento institucional juntamente do Código de Ética (1993) que rege a profissão, pois a categoria defende a construção de um projeto societário que visa romper com a existência da dominação de classes. Com isso, o mesmo deve articular os fatos da realidade dos sujeitos envolvidos no processo de acolhimento, não de modo a enxergar somente o rompimento ou fragilização dos laços com a família de origem, mas sim entender toda a totalidade envolvida nesse processo de acolhimento na instituição Casa de Acolhida de São Borja. Partindo desse pressuposto referente à criança ou adolescente que teve os vínculos fragilizados ou rompidos com a família natural, o profissional utiliza-se da dialética, ou seja, de sua bagagem teórica e metodológica para realizar uma análise da realidade dos sujeitos acolhidos institucionalmente, das suas famílias de origem e comunidade, partindo das categorias do método dialético crítico.

2.3 Procedimentos metodológicos

Para formular um problema de pesquisa é preciso buscar pesquisas já existentes que tratem do tema a ser estudado, onde segundo Prates (2003), esta ação não se delimita somente á fontes de livros, mas também a revistas teóricas, artigos, teses, dissertações que tenham o intuito de qualificar a pesquisa proposta. Logo após este primeiro movimento é possível elaborar o problema de pesquisa, que se constitui na maior pergunta nesse estudo visa problematizar: Quais os processos sociais que levam a acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Município de São Borja?

Partindo desse problema de pesquisa elencou-se como objetivo geral: Analisar os processos sociais que levam á acolhimento institucional de crianças e adolescentes, a fim de contribuir para a qualificação do trabalho do assistente social com famílias. Tendo como objetivos específicos: Identificar as expressões da questão social que incidem no processo acolhimento institucional de crianças e

adolescentes; conhecer o trabalho desenvolvido pelo (a) assistente social junto às famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, a fim de entender como o profissional intervém diante da realidade das famílias que tem crianças e adolescentes em situação de acolhimento e, por fim, verificar as estratégias adotadas pela instituição de acolhimento institucional junto à rede de proteção à criança e adolescente, visando à reinserção à família de origem. Buscou-se com o terceiro objetivo investigar como vem ocorrendo o trabalho em rede frente ao fenômeno do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e compreender como é realizado o processo da reinserção desses sujeitos a família de origem. Estes objetivos visaram responder às seguintes questões norteadoras: Quais as expressões da questão social vivenciadas por crianças e adolescentes em acolhimento institucional? Como ocorre o trabalho do (a) assistente social com as famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional? Quais as estratégias adotadas pela instituição de acolhimento em conjunto com a rede de proteção à criança e adolescente institucionalizado frente à reinserção na família de origem?

2.3.1 Tipos de pesquisa

O presente estudo foi orientado pela pesquisa com enfoque misto (de tipo qualitativa e quantitativa). Segundo Prates “Os chamados estudos quanti-qualitativos, mistos ou multimetodológicos se constituem na articulação de ambos os tipos de dados, que partem de fundamentos e características distintas” (PRATES, 2002, p.123). Ou seja, o pesquisador consegue através do enfoque misto uma análise mais profunda do tema que se propôs a estudar/pesquisar, isto é embora a pesquisa quali-quantitativa sejam diferentes, as mesmas não se excluem uma da outra, pois a sua característica é mista uma vez que engloba tabulações numéricas com resultados estatísticos. Com isso, é necessário compreender que a pesquisa qualitativa possibilita realizar reflexão sobre o modo de vida e visão do homem e do mundo. Conforme salienta Minayo

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não

podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p.21-22).

Percebe-se que as pesquisas qualitativas possuem conjunto de substantivos dos quais os sentidos se completam. Não obstante, é necessário ainda compreender que a vivência de vida dos sujeitos varia de acordo com os sentimentos e hábitos de cada um, ou seja, a subjetividade é formada através das crenças e valores de cada pessoa. Conforme Minayo

[...] também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. Toda compreensão é parcial e inacabada, tanto a do nosso entrevistado, que tem um entendimento contingente e incompleto de sua vida e de seu mundo, como a dos pesquisadores, pois também somos limitados no que compreendemos e interpretamos. Ao buscar compreender é preciso exercitar também o entendimento das contradições: o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses (MINAYO, 2012, p.623).

Percebe-se que interpretar é um ato constante, que ocorre com a compreensão, ou seja, é necessário se apropriar daquilo que se interpreta, a fim de elaborar possibilidades daquilo que foi compreendido. Já para Richardson (2011), as investigações relacionadas à análise qualitativa têm como principal objetivo as situações mais complexas e particulares, pois se pode relatar a complexidade de um determinado problema, que possibilita ao pesquisador ter um grau de profundidade maior sobre as particularidades dos costumes dos sujeitos. Já no que tange a pesquisa quantitativa segundo Minayo (2010) pode ser vista como “O uso de métodos quantitativos tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática” (MINAYO, 2010, p.56). Ou seja, o enfoque de pesquisa possibilita o pesquisador quantificar a realidade para responder questionamentos de um tema específico. Com isso essa pesquisa se define como uma pesquisa de caráter bibliográfica e documental com ênfase qualitativa e quantitativa.

Conforme Gil (2002, p.45) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Portanto, existem documentos que ainda não recebem tratamento analítico como: reportagens de jornais, filmes, fotografias, etc. Assim como aqueles documentos que de alguma forma foram analisados como

tabelas periódicas, relatórios de pesquisa. Ou seja, tem peculiaridade nas fontes de coleta de dados, onde estão limitados a documentos, escritos ou não, que se constitui de fontes originais (LAKATOS, 2007).

Com isso, a fonte de pesquisa documental desse estudo foram os Planos Individuais de Atendimento (PIA) das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na Casa de Acolhida do município de São Borja. O instrumento utilizado para a sistematização da pesquisa foi um quadro-síntese, que contribuiu para a sistematização de informações de pesquisa documental junto a Casa de Acolhida de São Borja (Apêndice A), (Apêndice B), (Apêndice C) e (Apêndice D). Outra técnica selecionada foi o meio digital que possibilitou a pesquisadora encontrar legislações pertinentes á temática criança e adolescente.

A sistematização foi elaborada a partir de um roteiro norteador. Este roteiro possibilitou a pesquisadora elencar perguntas que foram respondidas através da pesquisa documental nos PIAS, na Casa de Acolhida de São Borja. Ressalta-se que este estudo também abrangeu ao tipo de pesquisa bibliográfica que se caracteriza

com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 2002. p.44).

Esta técnica possibilita ao pesquisador realizar estudos acerca de temas que já tem uma produção teórica, a fim de obter respostas para sua pesquisa. Neste estudo a pesquisa bibliográfica foi realizada no Portal do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), com palavra-chave “acolhimento institucional”, sendo construído um quadro-síntese para a sistematização e análise dos dados da pesquisa bibliográfica, no período de janeiro de 2017 á janeiro de 2018. Após a identificação das produções que condiziam com a palavra-chave delimitada, foi realizada a leitura dos resumos selecionados, onde foi possível identificar as principais ênfases que iam ao encontro com a temática do acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Para isso foi sistematizado um quadro Apêndice (E) como dito anteriormente, a fim de ilustrar com mais clareza os dados coletados, para posteriormente iniciar a análise bibliográfica.

2.3.2 Universo e amostra

O universo segundo Gil (2007) é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características em comum. Sendo assim nessa pesquisa o universo se remeteu á crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na Casa de Acolhida São Borja. Seguindo a pesquisa evidenciou que a amostra segundo LAKATOS (2007) se refere a uma parcela devidamente escolhida do universo (população), isto é um subconjunto do universo, significando desse modo que nesse estudo a amostra se remeteu a crianças e adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional.

Cabe ressaltar ainda que nesse estudo definiu-se como critérios para definição da amostra, crianças e adolescentes acolhidos durante o período de janeiro de 2017 á janeiro de 2018, na instituição Casa de Acolhida de São Borja. Segundo o que nos diz Gil (2007) “a amostragem aleatória simples consiste em atribuir a cada elemento da população um número único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual [...]” (GIL, 2007 p.101). Ou seja, isso vai ao encontro no que o estudo se propôs, pois considerando o volume expressivo de documentos pesquisados vistos na mencionada instituição, optou-se por priorizar este período de um ano.

Apesar de todos esses elementos que permeiam o projeto de pesquisa científica, é necessário lembrar que a ética em pesquisa é algo fundamental para o trabalho de quem irá pesquisar. Pois, como salienta Minayo (2007) a fraude ocorre como um processo antiético, onde o pesquisador utiliza-se de ideias que não são suas, com o intuito de embasar seu estudo. Mas é de extrema importância que isso não ocorra continuamente, pois os autores devem ser mencionados tanto no decorrer do texto, quanto nas referências, assim o pesquisador ficara seguro em caso de consentimento ou desacordo da citação, pois remeterá o leitor à fonte original.

Com isso, a questão ética da mencionada na pesquisa fica expressa por meio do compromisso da autenticidade dos dados pesquisados e procedimentos éticos adotados. Primeiramente foi assinado um Termo de Compromisso para a Coleta de Dados na Casa de Acolhida de São Borja (Apêndice F), que expressa o compromisso com o sigilo em relação à identificação das fontes documentais que foram analisadas na instituição. Por fim, enfatiza-se que a socialização os dados será mediante á apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso, tendo em vista

compartilhar os resultados adquiridos através da pesquisa documental na Casa de Acolhida, tendo como local de apresentação a Unipampa (Campus São Borja).

2.3.3 Análise e tratamento dos dados

A análise do material pesquisado ocorreu conforme a elaboração de um instrumento de coleta de dados, utilizado para a pesquisa bibliográfica realizada no Portal da Capes, do qual possibilitou a pesquisadora analisar os resumos apresentados nas produções. Assim como também utilizou-se a análise documental acerca dos documentos encontrados na Casa de Acolhida de São Borja/RS, no período estipulado de um ano. Com isso no que tange a análise de conteúdo esta foi realizada conforme Bardin (2016) em três fases: pré-análise que “tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, “abertas”, por oposição à exploração sistemática dos documentos (BARDIN, 2016 p.126). Ou seja, significa sistematizar as ideias de modo que as mesmas sejam interpretadas mediante as informações coletadas através da pesquisa, onde consiste em primeiramente realizar uma leitura geral do material selecionado para análise, para depois analisar os dados de forma exaustiva e rigorosa.

Isto é, no primeiro momento a pesquisadora delimitou o período de um ano para a coleta de dados referentes ao “acolhimento institucional” no Portal da Capes como dito anteriormente, logo após foi realizada a coleta na instituição Casa de Acolhida de São Borja/RS, onde foram encontrados vinte e cinco Planos Individuais de Atendimento (PIA) no estipulado período, para ambos foi utilizado quadro síntese para melhor sistematizar as informações encontradas.

Já no que tange a segunda fase destacada pela autora remete-se a exploração do material, onde “esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016 p.131). Isto quer dizer que o pesquisador tem a oportunidade de se apropriar mais densamente do objeto de estudo, com o intuito de explorar o material selecionado, ou seja, nesse momento a pesquisadora após coletar os dados conseguiu realizar a descrição analítica do material coletado, onde se pode realizar a análise detalhada das informações.

E chegando a última fase da análise de conteúdo este se faz mediante a realização do tratamento/interpretação dos resultados, o que segundo Bardin (2016)

realiza-se de modo que “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos [...] e válidos. [...] O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos [...]” (BARDIN, 2016 p.131). Nesta última etapa, podem-se interpretar as informações coletadas através da pesquisa bibliográfica e documental, para assim poder se concluir se os objetivos propostos foram atingidos ou não.

Todavia, este estudo visou interpretar os dados, a partir do que emergiu no período da pesquisa mediante a análise do material selecionado, nesse caso a Casa de Acolhida de São Borja, assim como as produções do portal da Capes. Mediante o exposto aderiu-se a metodologia de Bardin (2016), no sentido de contribuir para a análise e interpretação da análise de conteúdo.

3 A FAMÍLIA E O FENÔMENO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Nesse capítulo discorrer-se-á, num primeiro momento sobre os conceitos de família, compreendendo que esse é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da infância e juventude como um direito intransferível. Compreende-se que antes de buscar entender a dinâmica do acolhimento institucional faz-se necessário primeiramente resgatar a dinâmica familiar, ou seja, suas condições sociais, econômicas, culturais, etc, que estão postas no cotidiano. Nesse sentido, busca-se no mencionado capítulo trazer à tona as novas configurações familiares, assim como se busca abordar as expressões da questão social e seus rebatimentos frente à acolhimento institucional do acolhimento institucional, ademais se compreende a importância de fomentar a discussão acerca do direito a convivência familiar e comunitária e o perfil das crianças e adolescentes institucionalizados na Casa de Acolhida de São Borja/RS.

3.1 Os diferentes conceitos sobre a categoria família e suas novas concepções na sociedade contemporânea

Ao iniciar este subitem faz-se necessário compreender a categoria família, pois se trata de um assunto desafiador e complexo em nossa sociedade. Percebe-se que

Todas as relações imutáveis e esclerosadas, com seu cortejo de representações e de concepções vetustas e veneráveis, se dissolvem; as recém-constituídas corrompem-se antes de tomarem consistência. Tudo o que era estável e sólido desmancha no ar [...] (MARX; ENGELS, 2013, p. 6).

Ressalta-se que o contínuo processo de transformações entre as relações sociais em nossa sociedade colaborou para o surgimento de novas necessidades e também novas mudanças diante da concepção de família. As mudanças ao longo da história culminaram para o surgimento de família nuclear, que pode ser considerada segundo (SOUZA e PERES, 2002 apud LEGNANI apud CHRISTIANO e NUNES, 2013, p.39) que a “família nuclear é formada por um casal e seus filhos”, ou seja, percebe-se que essa concepção de família é vista como o modelo de família tradicional existente na sociedade, uma vez que é composta por pai, mãe e filho.

Contudo, mesmo a família nuclear sendo a mais evidente em nossa sociedade, outras configurações familiares se formaram ao longo dos anos, mediante as necessidades dos sujeitos, como visto anteriormente. Ressalta-se assim, que é necessário refletir com as famílias que apesar de existirem novas concepções familiares que não seja a família nuclear, é possível sim garantir o direito à convivência familiar e comunitária de seus filhos (as), independente de qual concepção familiar os sujeitos vierem à adotar.

É necessário destacar que, apesar das transformações que ocorreram na sociedade e suas contribuições para que houvesse novas concepções de família, ainda continua os estereótipos com características da família patriarcal, uma vez que essa concepção de família esta atrelada aos

Papéis do homem e da mulher e as fronteiras entre público e privado são rigidamente definidos; o amor e o sexo são vividos em instâncias separadas, podendo ser tolerado o adultério por parte do homem e a atribuição de chefe da família é tida como exclusivamente do homem (GUEIROS, 2002 apud CHRISTIANO e NUNES, 2013, p.35).

Percebe-se desse modo que as configurações familiares foram se modificando ao longo da história, onde se pode pensar em novos arranjos familiares, destacando um processo de transformação no âmbito familiar. Para tanto, se buscará problematizar alguns conceitos sobre as diferentes concepções do que é ser família, a fim de contribuir com o trabalho dos profissionais acerca da reinserção das crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Sendo assim, é necessário problematizar de forma breve como as configurações familiares vem se modificando, pois se entende a relevância desse debate uma vez que isso deve ser levado em consideração no momento de garantir o direito à reinserção familiar e comunitária das crianças e adolescentes acolhidos (as) institucionalmente.

Na história da sociedade observa-se que os papéis atribuídos aos indivíduos que pertencem à família foram se modificando, como por exemplo, a figura do homem sendo o único a prover o sustento da família ou a figura da mulher que era vista como inferior ao marido. Observa-se que na sociedade contemporânea essas concepções acerca desses indivíduos foram se modificando e com isso novas configurações familiares foram se formando. Pois não existe mais esse único modelo de família com pai, mãe e filhos. Ou seja, a concepção de família pode ser compreendida das mais diferentes formas, pois se trata de um grupo de indivíduos

que possuem ou não laços de consanguinidade, isto é composta por sujeitos que compartilham afetividade, seja por proximidade ou por distância, sendo considerado assim um grupo altamente complexo de compreender. Todavia, a categoria família segundo Miotto (2010) deve ser compreendida

[...] nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, e outras esferas da sociedade tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recurso (MIOTTO, 2010, p. 167-168).

Entende-se dessa maneira que a família não é apenas uma construção privada, mas também pública, e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos (MIOTTO, 2010). Percebe-se assim que a família é entendida como um grupo social, que tem a responsabilidade formar a subjetividade e redistribuir recursos que possam satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos que a compõem. Observa-se assim que se exige da família que a mesma seja um local de amparo diante das incertezas da vida. Porém, não é levada em consideração a ideia que essa categoria é permeada pelas mais diversas expressões da questão social, e isso acaba por dificultar o cumprimento de todos os papéis que lhes são atribuídos. Segundo Miotto (2010) entende-se assim que essa concepção se contrapõe àquelas concepções que

Tratam a família a partir de uma determinada estrutura, tomada como ideal (casal com seus filhos) e com papéis pré-definidos; concebem a família apenas numa perspectiva relacional. Ou seja, que as relações familiares estão circunscritas apenas às relações estabelecidas na família, seja no âmbito de seu domicílio, seja na sua rede social primária; analisam a família somente a partir de sua estrutura relacional, não incorporando como as relações estabelecidas com outras esferas da sociedade. Por exemplo, como a relação com o Estado, através de sua legislação, de suas políticas, econômicas e sociais, interfere na história das famílias, na construção dos processos familiares que são expressos através das dinâmicas familiares (MIOTTO, 2010, p.168).

Observa-se que por não se tratar de um grupo de pessoas isoladas, a família necessita ser pensada para além da convivência em domicílio, ou seja, no exercício da vida em sociedade. Ressalta-se segundo Rizzini (2007) que nas últimas duas décadas houve mudanças significativas na dinâmica da vida em família, isto é deu-

se em consequência das transformações econômicas, políticas e sociais, sendo possível apontar que

[...] a) as famílias apresentam-se cada vez menores; b) elas são chefiadas por mulheres em percentuais que aumentam de forma rápida; c) mais mulheres entram no mercado de trabalho e as famílias necessitam de novos arranjos para a criação de seus filhos; d) crescem as distâncias entre a casa e o trabalho nas grandes cidades, o que leva a que crianças permaneçam mais tempo sem a presença dos pais; e) a dinâmica dos papéis parentais e de gênero estão se modificando em diversas sociedades (RIZZINI, 2007, p.35).

Isso acaba por indicar que as famílias buscam acompanhar as transformações ocorridas em nossa sociedade, porém ainda é necessário fazer com que todos os sujeitos busquem compreender essas transformações e que não tenha discursos conservadores, moralistas e preconceituosos. Sendo assim tem que se ter em vista que a família é muito mais que laços consanguíneos, basta ter afinidade que pode sim ser considerada família, como por exemplo, um grupo de amigos que convivem ou residem juntos com outros sujeitos e acabam construindo suas histórias de vida, mesmo não tendo parentesco algum.

Ressalta-se também que a Constituição Federal (1988) em seu artigo 226 infere a família a “base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.” (BRASIL, 1988, Art.226). Ou seja, destaca-se que o conceito de família remete-se a família monoparental, isto é aquela que se configura pela formação de pais ou responsáveis e seus filhos (as). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 aborda a família referindo-se suas funções básicas de proteção e cuidado, destacando que apesar de ser designada a responsabilidade pelas suas crianças e adolescentes, o desempenho dessas funções vai depender muito do contexto onde as mesmas estão inseridas.

Ressalta-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) apresenta um conceito parecido com a da Constituição Federal de 1988 (CF) ao abordar o conceito de família, porém o mesmo referencia-se como família natural ou biológica aquela “formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes (BRASIL, 1990, Art.25). Ou seja, é composta para designar a “família tradicional”, aquela composta por pai, mãe e filho. Ressalta-se também que o ECA (1990) em

seu Art. 25 Paragrafo Único garante a existência de família para além de origem, como relata a existência da família extensa que é

Aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (BRASIL, 1990, Art.25).

Observa-se assim, que existem diferentes concepções de famílias, onde é fundamental superar a compreensão de que para ser família é necessário somente a figura de pai, mãe e filhos. Todavia existem outros exemplos de família como: família unipessoal (de apenas um indivíduo), família monoparental (quando um pai ou uma mãe arca com as responsabilidades sozinhas de criar um filho), famílias homoafetiva são (aquelas composta por pessoas do mesmo sexo), etc (ALVARES, s/pg, 2013). Mostrando que família pode ser considerada pessoas que possuem afetividade, respeito, convivência ou não, mas que possuem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Porém, em contrapartida devido a conflitos da vida a família pode vir a se torna um meio que ocorra situações de violação de direitos, e é nesse momento que deve ocorrer à intervenção profissional, com o intuito de supera-las, realizando um trabalho social com essas famílias, onde na intervenção no grupo familiar precisam ser levados em conta vários fatores como: subjetividade dos sujeitos, sua vulnerabilidade no contexto social do qual estão inseridos, além de recursos simbólicos e afetivos, assim como sua disponibilidade para dar conta de suas atribuições (BRASIL, 2004). Observa-se que o ECA (1990) em conjunto com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, visam oferecer a proteção social, onde se volta para a proteção de crianças, adolescentes e famílias, das quais passam por algum momento de violação de direitos ou fragilização dos vínculos familiares. Conforme Yazbek (2009)

Quando se trata de usuários de serviços assistenciais, o que se constata muitas vezes é uma dependência quase que exclusiva dos serviços sociais públicos em suas estratégias para sobreviver. Buscam estes serviços para suprir necessidades materiais de consumo e para enfrentar outras dimensões significativas de seu dia a dia (YAZBEK, 2009, p. 145).

Observa-se que é através dos serviços de assistência como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de

Assistência Social (CRAS), juntamente aos profissionais, que as famílias buscam encontrar meios de sobrevivência. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) 2006 nos mostra que

A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares. Assim, em um âmbito simbólico e relacional, que varia entre os diversos grupos sociais, muitas pessoas podem ser consideradas como “família”. A primeira definição que emerge desta realidade social é que, além da relação parentalidade/filiação, diversas outras relações de parentesco compõem uma “família extensa”, isto é, uma família que se estende para além da unidade pais/filhos e/ou da unidade do casal, estando ou não dentro do mesmo domicílio: irmãos, meio-irmãos, avós, tios e primos de diversos graus (BRASIL, 2006, p.24).

Percebe-se que este documento dá ênfase na família extensa, onde relata que pessoas não necessariamente, precisam estar inseridas no mesmo domicílio e ter proximidade. Porém diz também que família é formada por indivíduos que possuem laços de sangue. Observa-se então que no primeiro instante, a categoria família é pensada como um espaço de pessoas que possuem laços consanguíneos, porém deve-se obter a compreensão que não é somente este laço que une as pessoas, e que isso não as impedirá de ter a capacidade protetiva de cuidar de suas crianças e adolescentes. Nota-se que o mencionado plano nos diz que a família não é imóvel e que suas atribuições de proteger e se socializar podem ser exercidos nas mais diversas configurações familiares em diferentes contextos socioculturais, isto desmistificando qualquer pensamento de família ideal (BRASIL, 2006).

Todavia, é essencial que se supere a ideia de um único modelo de família, pois independente da configuração familiar os conflitos existem e devem ser superados cotidianamente. Observando que as famílias estão inseridas em um contexto social de desigualdades que corrobora que as mesmas encontrem dificuldades para acessarem seus direitos, assim como cuidar e proteger seus filhos (as), porém isso não quer dizer que as mesmas são incapazes ou negligentes, tampouco sejam consideradas famílias desestruturadas.

É necessário ainda buscar compreender que as famílias não são “desestruturadas” pelo fato de não conseguirem muitas vezes realizar o cuidado e

proteção de suas crianças e adolescentes, pois não são somente as mesmas culpadas por não oferecerem os direitos básicos para si e seus membros familiares, ou seja, deve se ter clareza quanto à participação do Estado nesse processo todo, uma vez que cabe ao mesmo garantir tais cuidados como consta no artigo 4º do ECA (1990) tais como: saúde, educação, moradia, trabalho etc, onde não se pode somente responsabilizar isoladamente a família pela violação de direitos no seio familiar.

Percebe-se que ainda na sociedade contemporânea existe a culpabilização acerca da família, e com isso exige-se do Serviço Social mudanças significativas acerca de se trabalhar com a categoria família, pois as necessidades trazidas pelos (as) usuários (as) não podem ser compreendidas somente como problemas individuais, mas sim tem que haver uma reflexão de que as demandas são as expressões das necessidades humanas que não são atendidas, fruto da sociedade capitalista. Contudo, apesar da categoria família ser considerada fundamental para garantir o cuidado e a proteção de suas crianças e adolescentes, a mesma também pode vir a ser um local de violação de direitos, o que pode vir a colaborar para o encaminhamento dos mesmos aos serviços de acolhimento institucional.

É importante deixar nítido aqui, que no momento que se defende a ideia da família ser um espaço de privilégios para o desenvolvimento da criança e do adolescente, não se pode rotulá-la como a única capaz de cuidar e proteger as crianças e adolescentes deve-se considerar o papel do Estado e das Políticas Públicas nesse contexto. A seguir será exposto como as expressões da questão social estão presentes no cotidiano das famílias e como isso influencia na acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

3.2 Questão social e seus rebatimentos no acolhimento institucional de crianças e adolescentes

A questão social é um fenômeno peculiar desse modo de sociedade capitalista, onde podemos perceber que a mesma

Emergiu do pauperismo da classe trabalhadora na Europa Ocidental, no período do surgimento da industrialização. As lutas dos trabalhadores obrigaram o Estado a assumir a responsabilidade pela mediação do conflito de classes (NETTO, 2001 apud Ferreira, 2008, p.43).

Denota-se com isso, que os trabalhadores ao se revoltarem com as condições precárias de trabalho, iniciaram lutas contra a precarização do trabalho nas indústrias, o que acabou contribuindo para o reconhecimento das expressões da questão social. Evidenciando-se, portanto, que o fenômeno da questão social surge no século XIX na Inglaterra devido ao intensivo processo de industrialização que emergiu sob um novo modelo de sociedade, ou seja, as relações de trabalho se modificam, pois nesse novo contexto já não se denominam mais senhores e escravos ou senhores e seus servos, e sim parte-se de um momento histórico que estabelece a relação de patrão e empregado, onde a figura do sujeito trabalhador começa a ter visibilidade. Com isso a questão social

Não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado do trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 2010, p. 167-168).

A classe operária passa exigir ser reconhecida de forma igualitária tanto pelo Estado quanto pelos capitalistas, fazendo com que o Estado intervenha de modo a não somente regulamentar a situação de forma jurídica, mas sim de efetivar leis trabalhistas específicas da categoria, gerando assim um processo de resistência da classe trabalhadora. A estrutura desse processo gera repercussões diretas na sociedade, como a pobreza, que é uma das faces da questão social. Para Netto (2001), a pobreza não é algo recente na sociedade, mas sim a proliferação do pauperismo, através do qual, na mesma medida em que há um crescimento da produção, há também uma elevação do número de pessoas vivendo à margem da sociedade. Ou seja, essas relações sociais começaram a mudar, e a partir disso a classe trabalhadora começa a ter maior consciência da situação de exploração das quais estavam vivenciando, onde os trabalhadores produziam a riqueza social e não se apropriavam devidamente do produto de seu trabalho. De acordo com

Iamamoto (2011), um problema social torna-se efetivamente questão social quando é assumido politicamente; as pressões da classe trabalhadora

organizada forçam a sociedade a introduzir os dilemas dessa classe na pauta de atuação dos órgãos públicos (FERREIRA, 2008, p. 43).

Observa-se que a partir do contexto de exploração que emergiu o conflito entre capital e trabalho, sendo esta a gênese da questão social, e ligado a esse contexto competia ao Estado interferir nesse conflito junto à igreja católica, onde ambos eram vistos como instituições que mediavam os interesses da burguesia. Conforme Martinelli

A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade, levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo, o que era visto com muita apreensão pela burguesia. Unindo-se ao estado e a Igreja, como poderes organizados, a classe dominante procurava conceber estratégias, como força disciplinadora e desmobilizadora do movimento proletário (MARTINELLI, 2001, p.122).

Percebe-se desse modo que é em meio a esse contexto que ocorre o surgimento do serviço social brasileiro, mais especificamente na década de 1930 no período de governo de Getúlio Vargas, porém cabe ressaltar aqui que não adentraremos mais profundamente nesse contexto e sim focalizaremos de modo a compreender como a questão social esta inserida na acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Destaca-se desse modo que o Serviço Social na cena contemporânea está vinculado a um projeto societário que segundo Netto (1999) se propõe a construir uma nova forma de organização social sem exploração/dominação de classe, gênero e etnia. Onde, é necessário que o (a) assistente social consiga criar estratégias de enfrentamento para não intervir somente na imediatidade, ou seja, na aparência da demanda posta sem levar em consideração as particularidades de vida dos (as) usuários (as), assim como a estrutura da sociedade, pois a direção adotada pelo Serviço Social é que os mesmos visem à transformação societária, ao invés da manutenção sob a lógica do capital.

Compreende-se dessa maneira que o fundamento do Serviço Social está em meio às contradições desse modo de produção capitalista e sua maneira de enfrentamento às expressões da questão social via políticas sociais. Reitera-se que a profissão segue no ritmo das alterações e fases do capital, onde é por meio da expansão ou retração das funções do Estado que ocorrem as conexões de forças sociais. Contudo os profissionais assistentes sociais tem na questão social o suporte de sua gênese enquanto especialização do trabalho, ou seja, tem nela o

componente central da relação profissional e a realidade dos sujeitos. Nesse campo de interação os mesmos são designados a intervir nas relações sociais cotidianas, tendo em vista o aumento e a consolidação da cidadania na perspectiva dos direitos sociais, civis e políticos aos segmentos menos privilegiados e mais vulneráveis socialmente que são: crianças, adolescentes, idosos, trabalhadores, pessoas com deficiência, negros, mulheres, homossexuais e suas respectivas famílias.

Diante disso a discussão sobre família não pode ser vista sem que a realidade dos sujeitos seja levada em conta. Pois este é um argumento básico para buscar o entendimento acerca das dificuldades que as famílias que tem suas crianças e adolescentes acolhidos (as) enfrentam cotidianamente, pois segundo lamamoto (2000), a acolhimento institucional é permeada pela questão social, onde esta é entendida como um conjunto de expressões das desigualdades sociais, fruto do sistema capitalista, sendo reconhecido como matéria – prima do (a) assistente social, lamamoto (2000).

Com isso, entende-se que quando se debate sobre a particularidade de famílias que tem filhos (as) em situação de acolhimento, a problematização acerca das desigualdades sociais e os seus rebatimentos na vida desses sujeitos são fundamentais, onde isso tem que servir como embasamento para que se possa compreender situações complexas, na perspectiva de transcender praticas de culpabilização dessas famílias. Dessa forma no subitem a seguir busca-se discutir como a questão social foi compreendido ao longo dos anos na sociedade.

3.3 Questão Social e Trabalho

Neste subitem ressalta-se que dentro da categoria do serviço social ocorrem discordâncias do mesmo ser visto como trabalho. Porém, este estudo baseia-se em razão de autores como Yolanda Guerra, Marilda Villela lamamoto dentre outras (os) autoras (os), que apresentam conteúdos sobre o trabalho e os elementos que constituem tal processo. Onde alegam que o Serviço Social é tido como trabalho, pois sua profissão possui um caráter interventivo, que vem para dar respostas às demandas sociais trazidas pelos sujeitos. Segundo Prates

O trabalho do Assistente Social na sociedade capitalista produz um valor de uso (o serviço oferecido ao usuário, aos grupos, à comunidade, às organizações e às instituições) e um valor de troca (preço pago por este serviço no mercado de trabalho) (PRATES, 2003, p. 108).

Ou seja, o assistente social também colabora para a reprodução social da ordem capitalista, uma vez que a forma de remuneração do seu trabalho é visto como uma mercadoria, pois presta serviços á uma instituição. Dessa forma o trabalho é tido como

Uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens [...]. Como dito, o trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana (IAMAMOTO, 1998, p. 60).

Percebe-se assim que o trabalho do assistente social é algo que esta sujeito a mudanças e com isso acaba por surgir novas necessidades das quais os mesmos terão de criar possibilidades de enfrentamento frente a novas demandas. Conforme lamamoto (2000), o processo de trabalho do assistente social deve ser visto como qualquer outro tipo de trabalho, pois tem elementos clássicos e gerais, como objeto, meios de trabalho, trabalho propriamente dito guiado por uma finalidade e produto. Guerra (2000) enfatiza que não existe somente um processo de trabalho único e exclusivo da profissão, mas o Serviço Social é partícipe dos processos do campo de trabalho ao qual está inserido. Porém, esse tem sua particularidade conforme seu tipo de serviço e suas especificidades referentes ao seu objeto de trabalho, além do mais o profissional é um trabalhador que está adaptado sob a lógica do capitalismo, onde tem como principais contratantes Estado, empresas e organizações não-governamentais.

Salienta ainda Guerra (2000, p.18), que a gênese da profissão de assistente social esta justamente de encontro com as expressões da questão social. Para a mesma, o Estado oferece instrumentos que visam controlar as classes, mais particularmente pelo meio das politicas sociais, que se apresentam um espaço de trabalho para o (a) assistente social. Sendo assim, a profissão de assistente social é visualizada como um trabalho profissional particularizado, que esta inserida na divisão social e técnica do trabalho que tem seu agir profissional sob as diversas expressões da questão social. O processo de trabalho ainda pode ser

Compreendido como um conjunto de atividades prático reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o

trabalho se realiza, modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios (GUERRA, 2000, p.03).

Desta forma, descobrir o objeto de trabalho do (a) assistente social é algo fundamental para que se possa realizar um processo de trabalho de forma consciente, consistente e racional. Consequentemente, é necessário compreender as expressões da questão social que se mostram no dia a dia dos sujeitos, assim como o processo de organização e resistências dos mesmos, para que se possam construir de forma coletiva ações que visem o enfrentamento dessas questões, ou seja, o objeto de trabalho do assistente social é visto pela categoria como suporte para a fundamentação na especialização do trabalho do mesmo, pois deve ser tomada na contradição existente na sociedade capitalista. De todo modo, de acordo com Yamamoto (2000), compreender, investigar e pesquisar a realidade do cotidiano dos sujeitos é apreender o próprio objeto de trabalho no sentido de estimular novos processos de mudanças.

Entende-se que a questão social necessita do trabalho profissional do (a) assistente social junto às situações de violações de direito contra crianças e adolescentes, idosos, mulheres etc. Como salienta a autora, as expressões da questão social são a matéria-prima do objeto de trabalho dos (as) assistentes sociais, porém para se realizar um agir profissional crítico é indispensável compreender as particularidades implicadas na questão social, onde estão diretamente relacionadas às relações de classe (trabalhador/capitalista). Observa-se que essa relação é permeada por desigualdades, onde a distribuição da riqueza socialmente produzida fica nas mãos dos grandes capitalista, e isso faz com que as relações de trabalho fiquem precarizadas. Portanto, o trabalho ocorre mediante as refrações da questão social.

É importante que o (a) assistente social conheça a realidade social da qual almeja intervir, e sendo assim o mesmo necessita de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnicas operativas para atingir os seus objetivos, tanto postos pela instituição ou pela política a qual esta vinculado que presta seus serviços. Contudo, os meios de trabalho do (a) assistente social são mais amplos que os seus instrumentos ou técnicas utilizados no seu agir profissional. Pois, de

acordo com Yamamoto (2000), eles envolvem recursos materiais, humanos e financeiros, etc. Nota-se dessa maneira que ainda existe um entendimento muito superficial em relação aos instrumentos de trabalho, como um conjunto de técnicas como: escutas sensíveis, relatórios, articulação entre as redes, entrevistas, estudos sociais, laudos e pareceres sociais, visitas domiciliares, etc.

Porém, faz-se necessário ir para além desse conjunto de técnicas, ou seja, é preciso compreender o conjunto dos conhecimentos e habilidades, utilizados pelo (a) assistente social ao decorrer de sua formação. Na concepção das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), a intervenção do (a) assistente social deve conter as três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essas dimensões proporcionam entendimentos diferentes acerca da realidade da profissão, não podendo ser separadas, pois são indissociáveis entre si, formando uma unidade, ainda que cada uma tenha suas particularidades (GUERRA, 2012). Igualmente, os instrumentos de trabalho do (a) assistente social são essenciais na materialização da intervenção idealizada, pois

No processo de trabalho a passagem do momento da pré-ideação (projeto) para a ação propriamente dita requer instrumentalidade. Requer a conversão das coisas em meios para o alcance dos resultados. Essa capacidade só pode se dar no processo de trabalho, no qual o homem mobiliza todos os recursos convertendo-os em instrumentos para alcançar seus resultados. É essa capacidade que, como instância de passagem possibilita passar das abstrações da vontade para a concreção das finalidades (GUERRA, 2000, p. 9).

Esse processo de intervenção acerca do objeto detém um produto, que no caso do Serviço Social, o objeto não é tido como valor de uso e de troca, pois sua atividade incide na reprodução social. Portanto, refletir o trabalho profissional do Serviço Social, é compreender que o mesmo está inserido em processos de trabalho que demandam uma apreensão do movimento de produção e reprodução da vida social, na atuação da produção de valor e no processo de redistribuição de riquezas na sociedade. Pois, isso só será possível desde que se compreendam as características exclusivas do processo de trabalho do Serviço Social que tem suas particularidades do seu trabalho profissional. Contudo, a seguir será problematizado como os processos sociais impactam no acolhimento institucional de crianças e adolescentes conforme a análise dos PIAs na Casa de Acolhida de São Borja/RS.

3.4 Processos sociais que corroboram para o acolhimento institucional e as demandas sociais de crianças e adolescentes

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é algo cada vez mais discutido no cenário brasileiro, devido a constante transformação da realidade dos sujeitos. Conforme Rizzini criou-se no Brasil:

A prática de encaminhar crianças e adolescentes pobres para os chamados “internatos de menores” ganha força a partir do final do século XIX. A fácil retirada da criança de sua família para essas instituições criou uma verdadeira cultura da acolhimento institucional. Isso porque, a despeito do discurso sobre a internação de crianças e adolescentes como um último recurso, a prática permaneceu recorrente até os finais do século XX (RIZZINI, 2007, p.31).

Observa-se que a acolhimento institucional faz parte da história de País desde os anos de 1801 á 1901, onde se denota que o acolhimento institucional trata-se de um assunto complexo que discute o atendimento á criança e ao adolescente ao longo da história da sociedade. Rizzini (2007) nos relata que

“acolher” reporta à idéia de cuidado. Acolher as famílias que necessitam de apoio é uma forma de acolher seus filhos e garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. A prática de acolher, neste contexto, está associada ao referencial de direitos humanos e refere-se à noção de que viver com dignidade é um direito do cidadão (RIZZINI, 2007, p.53).

O acolhimento institucional se desenvolve como uma medida protetiva que visa o bem-estar da criança e do adolescente, quando seus direitos forem violados e que os mesmos não tiverem mais condições de ficarem em seu seio familiar de origem. Ainda conforme Rizzini (2007) “as principais causas que levam ao afastamento da família são situações classificadas como violações de direitos da criança, mencionadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (RIZZINI, 2007, p.23)”. Observa-se dessa maneira que a medida de acolhimento visa proteger a criança ou adolescente de qualquer forma de violação de seus direitos.

Contudo, o acolhimento institucional é uma nomenclatura recente que veio para substituir a palavra abrigo, alterada pela Nova Lei de Adoção 12.010/2009, sendo esta medida considerada excepcional e provisória, ou seja, não é algo definitivo e acabado, pois visa à reintegração familiar de crianças e adolescentes á família natural. Esta Lei, no Art.34º inciso 1º dispõe que:

A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei (BRASIL, 2009).

Mediante este artigo nota-se que a Lei 12.010/2009 observa-se que o período do acolhimento de crianças e adolescentes deve ser breve mediante utilização da medida excepcional. Pois, esta medida visa atender crianças e adolescentes privados da convivência familiar ou que estejam em situação de risco pessoal ou social. Compreende-se, dessa forma, que os mesmos tiveram seus direitos violados e que isso acaba por implicar na privação de sua liberdade como sujeito de direito. Conforme o ECA (1990) o acolhimento institucional é visto como uma medida de proteção, onde compreende-se que a criança ou adolescente que tiver seu direito violado, estará amparado nos termos desta Lei, como consta no Art. 98:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
III - em razão de sua conduta (BRASIL, 1990).

Compreende-se desse modo, que a criança e o adolescente estão amparados por lei, uma vez que sua integridade física e/ou emocional estiver sendo ameaçada. Contudo, entende-se que a criança ou adolescente é retirada da família natural por ter seus direitos violados, seja por ordem emocional, social, cultural ou negligência, onde se vê que a família não consegue mais promover os cuidados necessários que a criança/adolescente necessita. O acolhimento institucional então é compreendido como atendimento institucional à crianças e adolescentes que precisaram ser afastados de suas famílias de origem por um determinado tempo. Todavia ressalta-se que a criança e o adolescente tem o direito à convivência familiar e comunitária, conforme a Lei 13.509 de 22 de novembro de 2017 em seu Art.19

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses),

salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (BRASIL, 2017).

Percebe-se que esta Lei assegura o bem-estar de crianças e adolescentes, uma vez que após estarem em situação de acolhimento institucional é previsto que o retorno das mesmas às suas famílias não ultrapassem a 18 meses conforme as alterações na Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em alguns casos esse limite pode ser ultrapassado dependendo do grau de entendimento dos profissionais envolvidos nesse processo tendo como prioridade maior o desenvolvimento social, psicológico e cultural das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Porém, o retorno à família natural também é analisada, pois se entende que além de ser um direito da criança e do adolescente retornar para o seio familiar, é também voltar a ter um convívio com pessoas que conviviam anteriormente. Pois conforme o psicanalista Winnicott

A convivência familiar é saudável, a família é o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Todavia, é preciso lembrar que a família, lugar de proteção e cuidado, é também lugar de conflito e pode até mesmo ser o espaço da violação de direitos da criança e do adolescente. Nessas situações, medidas de apoio à família deverão ser tomadas, bem como outras que se mostrarem necessárias, de modo a assegurar-se o direito da criança e do adolescente de se desenvolver no seio de uma família, prioritariamente a de origem e, excepcionalmente, a substituta (WINNICOTT, 2005a; 2005b apud PNCFC, 2006, p. 32).

Ressalta-se que a família é um campo de contradições, pois ao mesmo tempo em que protege, a mesma viola os direitos de suas crianças e adolescentes, criando assim um conflito que necessita de intervenção. Contudo deve-se pensar sempre no bem estar da criança e do adolescente que tiveram seus vínculos familiares fragilizados, compreendendo-os como sujeito de direito, que necessitam de cuidado e proteção para a efetivação de seus direitos. Todavia, destaca-se que para melhor problematizar a discussão a respeito do acolhimento institucional, foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica, a fim de fomentar a discussão.

Para tanto se buscou pesquisar publicações do período de 2017 a 2018 junto ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Enfatiza-se que a palavra-chave buscada foi o “acolhimento institucional”, sendo esta uma categoria teórica de pesquisa. Durante esse período de um ano evidenciou-se oito publicações referentes à mencionada

categoria, onde se utilizou como filtro de busca a área das ciências sociais aplicadas com enfoque no campo de serviço social.

Quadro 1: Dissertações e Teses encontradas no Portal da Capes referente a palavra-chave “acolhimento institucional”

Universidades	Produções	Titulação
Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUC/RS)	Viagem de volta ao passado: a (des) proteção social na garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes	Mestrado
Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI)	O processo de trabalho do serviço social nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco social em Teresina (PI); O processo de trabalho da (o) assistente social nos serviços de acolhimento institucional do Estado do Piauí	Mestrado Tese de doutorado
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	(Re)construindo a história: em busca da garantia do direito à convivência familiar e comunitária nos acolhimentos institucionais públicos de Cuiabá Cuiabá	Mestrado
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	(RE) produção de famílias “incapazes”: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados; A Multiparentalidade como garantia do direito à origem na adoção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional	Mestrado Tese de doutorado
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Era só mais um Silva: fundamentos e defesa do exercício profissional crítico da assistente social	Tese de doutorado
Universidade de Brasília (UnB)	As faces social e penal do estado para o capital	Tese de doutorado
Total: 6 universidades 8 produções		

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), de janeiro de 2017 a janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

Ao realizar uma análise geral das publicações referentes ao ano de 2017 á 2018 sobre a palavra-chave “acolhimento institucional” pode-se constatar segundo os resumos analisados a partir do portal da Capes, que das seis universidades quatro são públicas e duas são privadas. Destacando dessa maneira que 67% das produções foram publicadas por universidades públicas e 33% em instituições privadas. Evidenciou-se no primeiro momento a partir da análise bibliográfica que as duas produções desenvolvidas na Universidade Federal do Piauí (UFPI) giram em torno do processo de trabalho do (a) assistente social nas instituições de acolhimento institucional e no judiciário para crianças e adolescentes, especificamente no Estado do Piauí. Destacam-se nas produções que os serviços de acolhimento são modalidades da proteção social de alta complexidade que são

Aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (BRASIL, 2004, p.38).

Ou seja, tem caráter temporário, onde o objetivo visa garantir o atendimento integral á crianças e adolescentes, por exemplo, afastados de sua família natural por diversos fatores de vulnerabilidade e risco social, sendo necessário realizar um reordenamento institucional, para que se possa rever a necessidade do trabalho com as famílias de ordem natural, de modo a garantir a convivência familiar e comunitária como esta prevista em Nova Lei de Adoção 12.010/09. No que tange ao trabalho profissional dos (as) assistentes sociais nas instituições de acolhimento, assim como no judiciário, destaca-se pelo fato dos mesmos atuarem no acompanhamento não somente da criança e do adolescente, mas, sobretudo, da família de origem, onde segundo as publicações os profissionais não executam os objetivos propostos normativamente pelo serviço, como previsto nas orientações metodológicas.

Porém não se pode culpabilizar somente os profissionais por não cumprir os objetivos propostos nas orientações que regem os serviços de acolhimento, pois conforme consta nas Orientações Técnica dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) deve-se

Investir na capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores, assim como de toda a equipe que atua nos serviços de acolhimento –

incluindo coordenador, equipe técnica e equipe de apoio - é indispensável para se alcançar qualidade no atendimento, visto se tratar de uma tarefa complexa, que exige não apenas “espírito de solidariedade”, “afeto” e “boa vontade”, mas uma equipe com conhecimento técnico adequado. Para tanto, é importante que seja oferecida capacitação inicial de qualidade, e formação continuada a tais profissionais, especialmente aqueles que têm contato direto com as crianças e adolescentes e suas famílias (BRASIL, 2009, p.57).

Verifica-se desse modo a importância de ser oferecida capacitação continuada aos profissionais que trabalham com essas demandas mais complexas como o acolhimento institucional, por exemplo, pois apesar dos dados coletados através do portal da Capes demonstrarem que os profissionais não cumprem com os objetivos propostos, não se deve culpabilizá-los unicamente por esse processo, mas compreender que esses serviços de acolhimento que estão inseridos em um modelo de sociedade que nem tudo o que esta garantido em lei é efetivada igualmente na pratica cotidiana. Outro ponto identificado entre as duas produções da UFPI fala sobre o Trabalho Social com Famílias (TSF), onde este pode ser compreendido como o trabalho

Socioeducativo com famílias ultrapassa a indução de reflexões internas e o uso do grupo como troca de experiências e ajuda mútua, para se transformar em instrumento de construção de um novo conhecimento, partilhado e crítico, que os leva a sair do imediatismo de suas necessidades, para entendê-las enquanto coletivas, enquanto necessidades sociais de classe, que devem ser atendidas pelo poder público, como condição fundamental para a garantia de direitos e de qualidade de vida (TEIXEIRA, 2010, p.15-16).

Porém, isso não se efetiva na prática, uma vez que se pode evidenciar em uma das produções do UFPI que conforme o resumo analisado o trabalho do (a) assistente social é desenvolvido na maioria das vezes, de maneira imediatista e sem encadeamento de ações que possam dar suporte à emancipação humana das famílias de origem. Com isso, identifica-se que o trabalho em rede e intersetorial é reiteradamente realizado sem planejamento, finalidade, acompanhamento sistemático e avaliação, onde acaba não havendo ações que de fato sustentem e garantam a reintegração familiar, o que devido a sua complexidade acaba sendo abandonada pelas dificuldades, e não entendendo o verdadeiro sentido do direito á convivência familiar e comunitária. Dando continuidade a análise bibliográfica identificou-se quem em outra publicação a ênfase do estudo esta em analisar o

acesso da criança ao direito a convivência familiar e comunitária, à luz do PNCFC (2006), nos acolhimentos institucionais públicos no município de Cuiabá.

Verificou-se como resultados que o direito a convivência familiar das crianças e adolescentes é perseguido e pode-se considerar respeitado, uma vez que as três casas lares pesquisada mantiveram o convívio familiar quando permitido em juízo, se não buscaram medidas para que a criança tivesse este direito consolidado. Pode-se destacar que essa situação esta prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) de 2006 ao mencionar que proteger a criança e o adolescente significa

Propiciar-lhes as condições para o seu pleno desenvolvimento, no seio de uma família e de uma comunidade, ou prestar-lhes cuidados alternativos temporários, quando afastados do convívio com a família de origem, são, antes de tudo e na sua essência, para além de meros atos de generosidade, beneficência, caridade ou piedade, o cumprimento de deveres para com a criança e o adolescente e o exercício da responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Esta noção traz importantes implicações, especialmente no que se refere à exigibilidade dos direitos (BRASIL, 2006, p.25).

Deve-se sempre preservar o bem estar da criança ou do adolescente em qualquer espaço que a mesma venha a se desenvolver. Prosseguindo a análise chama-se atenção sobre a publicação da UFSC que tem como ênfase um estudo de caso referente à história da família Silva. Esta produção buscou enfatizar a profissão do assistente social em meio ao terminal de políticas sociais conforme os compromissos ético-políticos firmados pela profissão no âmbito do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). Dessa maneira pode-se pensar que

A categoria profissional enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo. Novas questões se colocam para o Serviço Social, seja na sua intervenção, seja na construção de conhecimentos. São questões ligadas às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nos processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social (MORANI, 2015, p.353).

O (a) assistente social tem seu trabalho profissional em meio às contradições existentes na sociedade capitalista, onde ao mesmo tempo em que visa atender as necessidades dos (as) usuários (as), tem que responder aos interesses da instituição, devido ser um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho.

Para isso, cabe primeiramente ao mesmo identificar quais são as principais demandas que emergem nos serviços de acolhimento e posteriormente realizar uma análise da realidade, onde logo após direciona sua atuação em prol dos direitos das crianças e adolescentes e suas famílias.

O (a) profissional tem um conjunto de saberes que emergiram de seu processo de formação, onde o mesmo constrói respostas profissionais com direção as demandas que surgiram oriundas dos (as) usuários (as), bem como de quem os contratou. Com isso, segundo as produções analisadas o trabalho do (a) assistente social deve ser construído com base no entendimento das dimensões interventiva, ético-política, analítica e investigativa.

Evidencia-se que na última produção publicada por uma universidade pública a Universidade de Brasília (UNB) discussão gira em torno das faces penal e social do Estado brasileiro, onde o estudo tinha por objetivo compreender como o uso do fundo público era gasto no âmbito federal e do Estado de Minas Gerais, tendo como base a política de assistência social e política prisional, como representantes das faces social e penal do Estado. Conforme, a PNAS (2004) esta rege-se pelos princípios democráticos da:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p.32).

Compreende-se desse modo que a PNAS (2004) é uma conquista para a sociedade no sentido de assegurar aos usuários da política de assistência, condições de universalização das políticas sociais como: saúde, educação, trabalho, etc, compreendendo que as políticas sociais visam à melhoria e o bem estar social dos (as) cidadãos (ãs). Outro fator que surge a partir da análise é que o Estado brasileiro tem privilegiado a face penal em detrimento da social, especialmente, no que se refere aos gastos públicos, onde deve-se levar em conta apenas o custo per capita em um estabelecimento prisional, comparativamente aos valores de

parâmetro custeados pelo Estado em um serviço de acolhimento institucional, por exemplo, é possível perceber a opção político-ideológico em privilegiar o aparato penal.

Observa-se através da produção que os gastos públicos tanto na política prisional quanto na política de assistência social, os estados são a responsáveis pela maior parte do financiamento da política prisional, enquanto o governo federal e os municípios são os principais responsáveis pelo financiamento da assistência social. Verificou-se também a partir da análise que outras três produções foram publicadas por instituições privadas, sendo duas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP e uma na Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS.

Vale enfatizar que uma produção girou em torno da multiparentalidade como garantia de direito na adoção de crianças e adolescentes, ou seja, discutiu-se essa possibilidade a modo de promover a preservação das filiações biológica e afetiva, relativizando, portanto, a necessidade do rompimento dos laços de origem. Identifica-se que a adoção plena, devidamente precedida com sucesso ocasiona na destituição do poder familiar, o que prevê o rompimento total e inevitável dos vínculos biológicos, promovendo assim não apenas a ruptura da relação com seus genitores, mas, conseqüentemente, da totalidade das conexões parentais, por vezes desconstruindo ligações de afeto, de pertencimento e potencializando as relações de abandono. Com isso segundo os dados evidenciados na pesquisa destaca-se que em decisão recente, ao comparar as filiações biológicas e afetivas, acabou-se reconhecendo a necessidade da preservação dos direitos humanos fundamentais, onde o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu um precedente histórico para rediscutir essa temática acerca da multiparentalidade.

Destaca-se que nas outras duas produções que abrangeram as universidades privadas a ênfase dos resumos analisados foi em relação há como vem se constituindo o atendimento das famílias de crianças e adolescentes acolhidas (os) institucionalmente e atendidas (os) pela Política de Assistência Social em um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS, visando à perspectiva da garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

A partir da análise mediante as produções destacam-se que as razões que contribuem para o acolhimento de crianças e adolescentes se referem à situação de vulnerabilidade social, condições precárias de moradia, negligência e violência

intrafamiliar, ademais, algumas famílias se encontram em situação de desemprego e trabalho informal, o que também corroborou para a fragilização dos vínculos. Entende-se segundo as pesquisas já publicadas que ainda ocorre um retrocesso na efetivação dos direitos da infância e da adolescência, pois se avança no contexto legal, porém acaba-se muitas vezes retornando à lógica menorista, isto é como era previsto no antigo Código de menores de 1979, ao se referir a criança e ao adolescente como infratores, que merecem punições severas no atendimento às demandas apresentadas pelos mesmos.

Observa-se desse modo um ciclo vicioso, isto é a família sofre o impacto da dinâmica do capital, sendo culpabilizada, o que acaba por corroborar para o acolhimento institucional e para a perda do poder familiar, percebendo assim que as famílias que têm os (as) filhos (as) acolhidos institucionalmente estão expostas a um contexto de (des) proteção social, uma vez que as famílias podem vir a perder a guarda de suas crianças ou adolescentes por permanecerem na mesma situação da qual foi encaminhado seus/suas filhos (as) ao acolhimento institucional, não compreendendo que essas famílias também sofrem violações de direitos, e acabam sendo as únicas responsabilizadas pelos cuidados e proteção com os mesmos.

Apointa-se ainda nas pesquisas que o direito a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes que se encontram acolhidas institucionalmente vem sendo efetivado por meio da violação do direito a convivência com a família de origem, devido a fragmentação das intervenções dos assistentes sociais, uma vez que as crianças e adolescentes acabam sendo culpados pela sua realidade e não retornam as suas famílias de origem. Salienta-se ainda nas produções que ocorre a falta de investimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado pela proteção social básica conforme os dados das pesquisas já publicadas apontarem que isso ocorre devido às manifestações do processo de precarização do trabalho, onde isso contribui para a descontinuidade do atendimento e acompanhamento às famílias.

Destaca-se que de acordo com a análise realizada nos resumos das produções do Portal Capes os profissionais assistentes sociais devem trabalhar com as famílias no enfrentamento as expressões da questão social e conseqüentemente na redução das chances de encaminhamento das crianças e adolescentes para o acolhimento institucional. Seguindo nessa mesma linha ainda pode-se perceber através das publicações que as vivências de acesso aos serviços/políticas públicas

de famílias com filhos (as) em situação de acolhimento institucional têm repercussões para o retorno ao convívio familiar com seus filhos (as). Observa-se que apesar de representar uma contradição de classes que se desenvolve no modo de produção capitalista como condição de existir do próprio regime, a pobreza de milhares de famílias brasileiras ainda é pensada de forma individual, ou seja, acaba-se “autorizando” a privação da convivência familiar de crianças e adolescentes, bem como a utilização da adoção como medida protetiva mais eficaz e imediata.

Salienta-se dessa forma que conforme os resumos analisados no portal da Capes as produções apontam que a família é tida como “incapaz” e que deve provar as autoridades competentes que consegue cuidar proteger suas crianças e adolescentes, de modo a compreender a figura da família como um modelo estabelecido na sociedade, ou seja, que a mesma tem o dever de cuidar única e exclusivamente de seus filhos (as), não compreendendo que para isso ocorrer à família também necessita de cuidados e proteção, uma vez que o Estado não assegura os direitos básicos às mesmas como: trabalho, moradia, educação, etc, significando assim que o capitalismo produz uma visão de liberdade e que todos tem os mesmos direitos, porém isso não se efetiva na prática.

De um modo geral as pesquisas publicadas no portal da Capes evidenciam sobre a importância de reconhecer as vidas e histórias por traz das pessoas tidas como negligentes, incapazes ou dependentes, onde se deve buscar levantar questionamentos que contribuam para que famílias que tem crianças e adolescentes institucionalizados tenham acesso a uma proteção social cidadã e que a destituição do poder familiar seja uma exceção. Outro fator evidenciado pelas pesquisadoras através de suas pesquisas foi que o trabalho com famílias de origem de crianças e adolescentes em situação de acolhimento ainda é pontual, esporádico e eventual.

O acompanhamento pouco explora as potencialidades do trabalho em rede entre serviços e políticas, sendo assim acaba sendo realizado de forma fragmentada o trabalho com famílias. Por fim, cabe ressaltar que é necessária uma atuação profissional que tenha seus fundamentos em um trabalho crítico, e resolutivo na execução da política, a modo de decifrar a realidade, buscando construir estratégias para agir na perspectiva da concretização dos princípios do Projeto Ético-Político (PEP) e do direito a convivência familiar e comunitária, visando fortalecer, garantir e efetivar a cidadania de crianças e adolescentes inseridos em suas famílias de origem, ou em ultimo caso a família substituta. A seguir para continuar a

problematização acerca dos processos sociais que levam as crianças e adolescentes ao acolhimento institucional, faz-necessário compreender como os profissionais viabilizam o direito a convivência familiar dos mesmos.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS SOCIAIS QUE CONTRIBUEM PARA A ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Compreende-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa uma mudança significativa no rol protetivo desse segmento, pois prevê que todas as entidades que prestam serviços de acolhimento institucional têm de conceder assistência à criança ou adolescente, oferecendo-lhes acolhida, proteção e lugar para que possam se desenvolver. E é através dessa normativa e das seguintes como o: Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) de 2006, que esta alicerçado o Direito à Convivência Familiar e Comunitária (DCFC), sendo que esse deve ser o direcionamento do agir profissional dos (as) assistentes sociais ao atuarem em demandas de acolhimento institucional. Evidencia-se que o trabalho do (a) assistente social deve estar articulado á rede social de serviços, a fim de restabelecer novas perspectivas que corroborem verdadeiramente nas situações cotidianas de crianças e adolescentes, onde seja possível mostrar-lhes novos rumos para que se evite a permanência em um serviço de abrigamento.

Enfatiza-se que nesse andamento do trabalho profissional, além das normativas expostas, tem-se que desenvolver o Trabalho Social com Família (TSF), de maneira a analisar a reintegração familiar e a garantia ao DCFC. Mediante o presente direcionamento político-ideológico, ético e teórico-metodológico da profissão. Estes podem contribuir no que se refere à efetivação do PNCFC (2006), onde fundamenta-se em uma proposta de trabalho que efetive tal política. Desse modo, o (a) profissional assistente social pode guiar seu trabalho de modo a pensar alternativas de atendimento pela rede de serviços que visem transformar as condições de vida, das crianças, adolescentes e de suas respectivas famílias, buscando assim acompanhar as famílias de modo a realizar um trabalho socioeducativo que busque a superação da violação de direitos desses sujeitos.

Contudo, apesar da intencionalidade da sua ação profissional ser baseada no Projeto Ético Político (PEP), sua autonomia profissional é tida de forma relativa, pois que intervém nas demandas sociais atende aos interesses da classe trabalhadora, entendendo que o profissional não consegue intervir da maneira como gostaria, pois compreende-se que seu trabalho é parte de um processo de trabalho. Além do mais, o trabalho profissional do (a) assistente social deve atender também as exigências

postas pela instituição, pois isso tende a contribuir que de alguma forma o mesmo possa atender as necessidades sociais dos sujeitos, sendo assim seu trabalho necessita atender as condições colocadas pela política do qual este profissional esta inserido/a, assim como pela instituição que executa os serviços. Pretende-se nesse capítulo debater alguns conceitos sobre o processo de trabalho dos (as) assistentes sociais em instituições de acolhimento, buscando levar em consideração o trabalho com famílias que tem seus/suas filhas (os) institucionalizados (as).

4.1 A Convivência familiar e Comunitária como direito da criança e do adolescente em situação de abrigo

O direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes compreendem-se como um direito fundamental previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. O convívio diário com outras pessoas é de extrema necessidade para o desenvolvimento social dos mesmos. Percebe-se que para que haja convivência não é necessário propriamente que os sujeitos habitem na mesma residência, ou seja, que partilhem dos mesmos objetos, tendo em vista que os mesmos podem residir em espaços diferentes. Isso ocorre, devido a diversas configurações familiares presentes em nossa sociedade como foi dito anteriormente a exemplos de família unipessoal; família monoparental; famílias homoafetiva; família natural e família extensa entre outras configurações familiares formadas na sociedade. Ressalta-se que a Constituição Federal de 1988 modificou as legislações brasileiras em relação á criança e o adolescente ao mencionar que é

Dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art.227).

Ou seja, é de responsabilidade desses a proteção da criança e do adolescente, sendo o dever assegurar-lhes o direito á convivência familiar e comunitária. Percebe-se que o direito de crianças e adolescentes á convivência familiar e comunitária é considerada uma medida de proteção de extrema necessidade tanto para o desenvolvimento desses sujeitos, quanto para o reconhecimento de pertencimento de determinado território, assim como também

pela busca do fortalecimento dos vínculos afetivos. Porém, por muito tempo, esse direito foi negado, tendo em vista que foi somente após a CF de 1988 e em seguida o ECA (1990) que as crianças e adolescentes foram reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres.

Denota-se com relação ao ECA (1990) que o mesmo tem um capítulo específico para tratar da convivência familiar e comunitária que é o capítulo III intitulado “Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária”, como medida de proteção as crianças e adolescentes. Consta em seu nesta lei que é

Direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1990, Art.19).

Tal direito é reconhecido no ECA (1990), tendo em vista a importância da convivência familiar e comunitária, diferentemente do Código de Menores de 1927 que foi uma das primeiras estruturas de proteção à criança e ao adolescente na sociedade, criada pelo juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. Concomitantemente referiam-se a criança ou adolescente como “menor pobre” na história de nosso País, onde se tentava “regulamentar” a educação dos filhos das famílias mais pobres com menos de 18 anos considerados “abandonados” ou “delinquentes”. Já no que tange ao Código de Menores de 1979 substituído pela Lei nº 6.697 de outubro de 1979, adota a doutrina do “menor irregular” onde se considerava em situação irregular o menor que:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a:
 - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal (BRASIL, 1979, Art.2º).

Percebe-se que o Código de 1979 definia como situação irregular do menor a privação de condições á saúde, subsistência e instrução, por omissão, irresponsabilidade ou ação somente por parte de seus pais, fazendo com que em vez de serem considerados vitimas dessa sociedade desigual, fossem vistos como réu, onde eram tratados com caráter menorista¹. Observa-se assim que inúmeras lutas e resistências foram travadas, para que pudessem contribuir com a promulgação das leis que passaram a reconhecer á criança e o adolescente como sujeito de direito, em peculiar condição de seu processo de desenvolvimento.

Denota-se que a CF (1988) e o ECA (1990) é um avanço dentro das leis brasileiras, pois, romperam com o paradigma de menor, e passaram a responsabilizar a família, sociedade e Estado pela efetivação dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Todavia, entende-se que é no seio da família e comunidade de origem que as crianças e adolescentes devem buscar se desenvolver, ou seja, um ambiente livre que não coloque em risco seus direitos básicos, buscando assim a superação da “cultura da acolhimento institucional” que ainda esta presente na história de nosso País. Porém, além dessas legislações foi criada a PNAS no ano de 2004, onde demonstra que é necessário realizar

[...] de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.33).

Deste modo, buscam-se oferecer a proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos ou grupos que desta necessitar, mantendo sua centralidade na família e no fortalecimento de vínculos. Já no ano de 2006 instituiu-se o Plano

¹Trata-se de uma doutrina utilizada no Código de Menores de 1927 e 1979, que refere as crianças e adolescentes como infratores, que se enquadravam nas leis específicas dos códigos acima descritos, onde não eram vistos como sujeitos de direitos, sendo tratados como adultos ao cometer algum erro.

Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), sendo este

[...] um marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a cultura da acolhimento institucional de crianças e adolescentes e ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006, p. 13).

Entende-se que este plano tem como objetivo prevenir que os vínculos familiares e comunitários sejam rompidos. Busca-se qualificar o atendimento nos serviços de acolhimento institucional, com o objetivo de investir na reinserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes institucionalizados à sua família de origem, onde o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCF) de 2006, busca também zelar pelo desenvolvimento das famílias e a superação de situações cotidianas que contribuem para o acolhimento institucional de seus filhos (as). Todavia em 2009 houve a regulamentação referente à organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da PNAS (2004), onde se estabeleceu as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, onde no mesmo ano decretou-se a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, que refere-se a adoção e seus aperfeiçoamentos com relação a garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes.

Diante do exposto, pode-se perceber que os serviços de acolhimento estão amparados por diversas leis, estatutos e etc, sendo assim compreendeu-se a necessidade de buscar conhecer como o serviço de acolhimento do município de São Borja/RS esta organizado no intuito de receber as crianças e adolescentes que chegam à instituição. Para tanto, inicialmente cabe evidenciar o perfil das crianças e adolescentes institucionalizadas na Casa de Acolhida de São Borja e as expressões da questão social que corroboram para a acolhimento institucional dos mesmos , o que será explicitado a seguir.

4.2 Expressões da questão social que corroboraram para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de São Borja/RS

A atual conjuntura do país aponta o progresso das ofensivas neoliberais e conservadoras, onde isso se expressa diante das desigualdades sociais, onde intensifica-se o processo de exclusão dos sujeitos, uma vez que essa ação colabora para o fato de se ter uma percepção fragmentada da realidade e das situações de risco e violações de direitos presenciadas cotidianamente na vida dos sujeitos, onde não se leva em conta as condições de vida dos sujeitos e o modo como os mesmos iram ter acesso aos direitos sociais. Contudo

[...] reconhece-se que a lógica da exploração de uma classe sobre a outra, na produção e reprodução de valor na sociabilidade capitalista, gera efeitos para todos os sujeitos, especialmente, mas não exclusivamente, para os mais vulnerabilizados diante deste processo (SCHERER, 2017, p. 33).

Percebe-se que essa sonegação das raízes produtivas e reprodutivas de situação de violação de direitos dos sujeitos, assim como a naturalização das desigualdades sociais vivenciadas pelos mesmos, são reflexos de uma sociedade que ainda reproduz concepções conservadoras, pois ainda permanece em alguns momentos a ideia de que família é a única responsável pelo cuidado e proteção de suas crianças e adolescentes, onde não é levada em conta a totalidade da realidade dos sujeitos e sim somente é feita uma análise fragmentada deixando-se de lado as relações estruturais existentes na sociedade, pois não se compreende que isso impacta de modo direto nas relações sociais acordadas entre os sujeitos.

Seguindo a reflexão, buscou-se analisar os documentos da instituição Casa de Acolhida de São Borja no período de 2017 á 2018, a fim de compreender melhor o perfil das crianças e adolescentes, assim como quais os motivos que corroboram para que as mesmas sejam encaminhadas ao serviço de acolhimento. Para tanto, foram analisadas nesse período de um ano, vinte e cinco (25) PIAs das crianças e adolescentes em situação de acolhimento, com o intuito de buscar compreender como os processos sociais estão implicados na acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de São Borja.

Quadro 2: Perfil das Crianças e Adolescentes Institucionalizadas (os)

Sexo	Masculino: 14 crianças e adolescentes Feminino: 11 crianças e adolescentes
Total	25 crianças e adolescentes
Faixa etária	Até 5 anos : 10 crianças

	De 06 á 11 anos: 5 crianças De 12 á 15 anos: 7 crianças/adolescentes De 16 á 17 anos: 3 adolescentes
TOTAL	25 crianças e adolescentes

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

Conforme a ilustração do quadro 2, podemos destacar que (40%) dos (as) acolhidos (as) são crianças de até cinco anos, o que se evidencia certa de dez sujeitos acolhidos (as) com essa faixa etária. Os outros vinte (28%) equivale a sete crianças/adolescentes. Seguindo de vinte (20%) o correspondente a cinco sujeitos. E aparece ainda doze (12%) igual á três adolescentes que se encontram em abrigo. Já no que tange ao sexo das crianças e adolescentes estes foram identificados que dezesseis são crianças e nove são adolescentes, significando desse modo (56%) são meninos e (44%) são meninas.

Segundo o ECA (1990) “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, Art.2º). Evidencia-se, assim, um percentual de 64% são crianças e 36% adolescentes, identificando-se que a quantidade de crianças é maior que a de adolescentes em situação de acolhimento no estipulado período de 2017 á 2018. Os dados também nos mostram que não existem uma idade fixa para os sujeitos serem abrigados, o que significa que esta de acordo com as regras estipuladas do acolhimento institucional vigente, que é dos 0 á 18 anos de idade. A seguir serão sistematizados as informações encontradas referentes a dados documentais na instituição Casa de Acolhida de São Borja, no que diz respeito as questões de acesso a rede de serviços do município, a fim de identificar aonde as crianças e adolescentes são atendidas durante o processo de acolhimento.

Quadro 3: Questões relacionadas a saúde de crianças e adolescentes acolhidos (as)

Usuários (as)	Instituições acionadas para atendimento médico	%
14	Cemae	56%
10	ESF	40%
1	HIG	4%
Total: 25	-	100%

Fonte: Vinte e cinco planos individuais de atendimento (PIAs) de janeiro de 2017 á janeiro de 2018 na Casa de Acolhida de São Borja. Sistematizado pela autora.

Conforme a ilustração do quadro 3, observa-se que quatorze crianças/adolescentes são atendidas pelo Cemae (Centro Municipal de Atendimento Especializado) no município de São Borja/RS, onde os mesmos contam com uma equipe de multiprofissionais como: médicos, dentistas, enfermeiras e técnicos de enfermagem. Percebe-se também que os serviços acessados pelas crianças e adolescentes institucionalizados são a Estratégia da Saúde da Família (ESF) do município de São Borja, onde atendem dez crianças/adolescentes acolhidas, sendo este serviço prestado a fim de auxiliar a equipe técnica da Casa de Acolhida no atendimento dos mesmos realizando atendimentos de rotina ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Outra instituição da rede de saúde presente nos planos individuais das crianças/adolescentes foi o Hospital Ivan Goulart, que atende os usuários da política de saúde que necessitem de algum plantão médico oferecido por essa instituição, assim como consultas quando necessário. Evidencia-se outro fator relevante a análise no que diz respeito á saúde. Observa-se que das vinte e cinco crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento do ano de 2017 á 2018, existe somente três casos diferenciados em relação a tipos de deficiência, sendo um caso refere-se a uma adolescente que apresenta transtorno personalidade Border que é

Caracteriza o transtorno com uma lista de nove sintomas: sensação constante de vazio; acessos injustificáveis de raiva; alternância constante e extrema de humor; relações interpessoais intensas e instáveis; comportamento impulsivo; ideias frequentes de suicídio ou automutilação intencional (em geral, com intenção de aliviar fisicamente a dor psíquica); episódios de paranoia; autoimagem instável; e esforços desmedidos para evitar um abandono verdadeiro ou imaginado (BOTELHO, 2017, s/p).

Percebe-se que esse distúrbio não tem cura conforme a reportagem de Botelho (2017), onde a mesma guiou-se pelo Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais, o guia das doenças psiquiátricas da Associação Americana de Psiquiatria, identificando que essa doença tem tratamento, porém deve ser ofertado para o sujeito por toda a vida, pois isso implica em seu convívio com os demais integrantes da sociedade. Nota-se que a adolescente que esta em situação de acolhimento apresenta também um transtorno de conduta restrita ao contexto familiar, o que acaba dificultando o retorno da mesma à família de origem. Os outros

dois casos de deficiência refere-se dois irmãos que apresentam deficiência intelectual. Entende-se dessa forma que o percentual de crianças e adolescentes que apresentam algum tipo de deficiência é (12%), verificando assim que (88%) das crianças e adolescentes institucionalizadas no período estipulado apresentam nenhum tipo de deficiência. Na sequência será apresentado outro fator que emergiu na coleta de dados que foi a acolhida de dois grupos de irmãos (as), conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 4: Grupo de irmãos acolhidos na Casa de Acolhida de São Borja

Número de irmãos	Sexo	Número de usuários (as)	Idade
3	Masculino Feminino	2 1	7 anos 9 anos e 10 anos
4	Masculino Feminino	3 1	2 meses 4 anos 6 anos e 8 anos
Total: 6 universidades 8 produções			

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

Denota-se a partir da exposição do quadro 4 que o percentual de grupos de irmãos (as) chega a (28%) dos planos individuais analisados. Observa-se que os dois grupos de irmãos (as) que estão acolhidos, mostra-se que esta sendo respeitado conforme o ECA (1990) Inciso V que afirma o “não desmembramento de grupos de irmãos” (BRASIL, 1990, Art.92). Isto demonstra que as chances ao retorno dos mesmos as suas famílias de origem é algo que exigirá dos profissionais uma capacitação maior tendo em vista que são grupos de irmãos e não podem ser separados sem uma justificativa plausível, o que acaba sendo um desafio constante para os profissionais envolvidos nesse processo, uma vez que o retorno á família de origem ou a colocação em família substituta torna-se mais restrita, diante do fato de haver mais de uma criança/adolescente para inserirem uma família.

Na sequencia serão expostos dois quadros em relação ao tempo de ingresso das crianças/adolescentes á Casa de Acolhida, assim como também será ilustrado a escolaridade dos mesmos a fim de sistematizar as informações obtidas através dos dados coletados na pesquisa documental para finalizar esse primeiro momento, que busca analisar o perfil completo das crianças e adolescentes em situação de acolhimento na Casa de Acolhida de São Borja.

Quadro 5: Crianças e adolescentes por tempo de ingresso

Número de usuários (as)	Tempo de Acolhimento
01	1 mês
02	2 meses
02	3 meses
04	4 meses
03	5 meses
05	6 meses
04	8 meses
02	9 meses
01	10 meses
01	11 meses
Total: 6 universidades 8 produções	

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

Podemos observar através dos dados analisados, que uma grande parcela das crianças e adolescentes permaneceram acolhida acerca de seis meses, o equivalente a (20%) dos/as institucionalizados (as). E somando aos outros meses, verifica-se que (16%) das crianças e adolescentes estão em abrigo acerca de 4 e 8 meses. Seguindo a análise evidencia-se que (12%) estão em situação de acolhimento institucional há aproximadamente cinco meses. Sendo apenas (8%) acolhidos (as) por tempo diferentes (2, 3 e 9 meses). E por fim soma-se a esse percentual o equivalente a (4%) que está dividido em três diferentes meses, sendo eles contemplados da seguinte maneira (1, 10 e 11 meses).

Esses números nos mostram que cinco crianças/adolescentes estão acolhidos acerca de seis meses, o que evidencia que apesar de constar no Art.101 inciso 1º que “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais” (BRASIL, 1990). E isso ir de encontro ao prazo estipulado pela Nova Lei de Adoção que fala em seu Art. 19 inciso 2º que

A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (BRASIL, 2009).

Percebe-se diante desses dois artigos que a lei garante a criança ou adolescente um período para que seja viabilizada a reintegração familiar, isto é para que a criança/adolescente possa retornar tanto para a família natural como a família extensa, ou que na falta dessas os (as) mesmos (as) sejam encaminhados (as) para

uma família substituta. Outro fator importante identificado na análise é que quatro crianças/adolescentes estão acolhidos acerca de oito meses, o que evidencia que o retorno para a família natural é um processo lento e demorado, tendo em vista que existem muitas determinações envolvidas no processo de acolhimento. Porém isso será mais bem explanado no capítulo quatro, uma vez que serão abordadas as justificativas para que crianças e adolescentes permaneçam acolhidos (as) há mais de três meses em sua grande maioria na instituição Casa de Acolhida de São Borja/RS. A seguir será demonstrado qual o nível de escolaridade que se encontram as crianças e adolescentes acolhidos.

Quadro 6: Escolaridade das crianças e adolescentes acolhidas (os) no serviço de acolhimento de São Borja

Usuários (as)	Idade/s	Frequenta a Escola	Ano
1	2 anos	Sim	Maternal I
2	4 anos (ambos)	Sim	Jardim
2	6 anos e 7 anos	Sim	1º ano
1	9 anos	Sim	2º ano
1	8 anos	Sim	3º ano
1	10 anos	Sim	4º ano
2	14 anos (ambos)	Sim	5º ano
5	16 anos (2)/ 14 anos e 15 anos (2)	Sim, dois frequentam pelo Eja	7º ano
1	12 anos	Sim	8º ano
2	15 e 17 anos	Sim, ambos pelo Eja	9º ano
7	Até 3 anos	Não frequentam a escola	----
TOTAL: 25 crianças e adolescentes			

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

A partir da visualização do quadro 6 referente a escolaridade das crianças e adolescentes encaminhados ao serviço de acolhimento, percebe-se que (28%), o equivalente á sete crianças não frequentam o ambiente escolar. Conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996) afirma-se que “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (BRASIL, 1996, Art.6º). Mediante isso, percebe-se que as crianças devem iniciar a frequentar a educação infantil a partir dos quatro anos completos. Partindo dessa afirmação pode-se perceber que sujeitos institucionalizados (as) que não frequentam a escola, se dão pelo motivo de estarem com idade inferior ao que esta estipulada em lei.

Para melhor enfatizar destaca-se que a educação infantil se caracteriza da seguinte maneira “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, Art.29). Sendo assim a educação infantil tem o intuito de promover o desenvolvimento desde a fase inicial da vida da criança. Outro fator relevante conforme sistematizado no quadro seis refere-se ao ano escolar/idade de (28%), ou seja, um total de sete crianças que estão de acordo com o que esta prevista na LDB (1996) ao enfatizar em seu inciso I que a “educação básica obrigatória e gratuita dos quatro (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade” (BRASIL, 1996, Art. 4º), evidenciando-se assim que é dever do Estado garantir tal direito, a modo de contribuir com as crianças e adolescentes em sua formação profissional, possibilitando as mesmas novos saberes e conhecimentos.

Mediante a análise ressalta-se que (44%), o equivalente a onze crianças e adolescentes estão em defasagem, significando uma distorção de série/idade dos mesmos o que pode ser evidenciado através da análise dos PIAs da instituição Casa de Acolhida, pois conforme esta previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996 que enfatiza que “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (BRASIL, 1996, Art. 32). Isto é apesar de estar previsto em lei quando se inicia a escolarização de crianças e adolescentes, não se pode prever que irá ocorrer essa defasagem no que diz respeito à idade/série, uma vez que o processo de escolarização ocorre em meio a diversos fenômenos que emergem desde reprovação do ano letivo ou até mesmo a evasão escolar como: precarização do ensino, trabalho infantil, etc.

Destaca-se ainda que das onze crianças e adolescentes que estão em defasagem série/idade, quatro adolescentes estão matriculados (as) no ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na faixa etária dos 15 aos 17 anos. Confirma-se a partir dos dados coletados que o perfil é caracterizado em sua maior parte por crianças, sendo estas do sexo masculino. Destaca-se ainda que mais da metade dos acolhidos não apresentam nenhuma deficiência, assim como conclui-se que o maior tempo que as crianças ou adolescentes permaneceram acolhidos no período estipulado para a pesquisa foi de seis meses. E com relação à escolaridade verifica-se que a maior parte dos

acolhidos não frequenta a escola, devido ter menos de quatro anos. Contudo, destaca-se que o perfil dos (as) acolhidos (as) são crianças e adolescentes carentes e desprotegidos tanto pelas famílias, sociedade ou Estado.

Com relação às expressões da questão social que incidem para a acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de São Borja/RS, esta pode ser evidenciada por meio da categorização dos dados coletados, a partir da pesquisa documental na Casa de Acolhida de São Borja. Para tanto, cabe considerar algumas determinações identificadas a partir da análise dos dados que envolvem o afastamento das crianças ou adolescentes de suas famílias, tendo em vista o quadro 7.

Quadro 7 : Motivos do Acolhimento

Motivos para o Acolhimento	Números de usuários (as)	%
Negligencia	12	48%
Conflitos no ambiente familiar	6	24%
Violência física e psicológica	4	16%
Suspeita de abuso sexual	2	8%
Abandono pelos pais ou responsáveis	1	4%
Total	25	100%

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

Observa-se a partir do quadro 7 que os alguns motivos contribuíram para a acolhimento institucional de crianças e adolescentes ao acolhimento institucional no período de 2017 á 2018, onde evidenciou-se que doze crianças e adolescentes tiveram como razões para o acolhimento a negligência. Outro fator que se percebeu na análise foi que em seis PIAs evidenciou-se que esses sujeitos vivenciam conflitos no ambiente familiar, oque contribui para o abrigo dos mesmos. Além disso, destaca-se que em outros quatro planos individuais a presença das violências (física, doméstica e psicológica) o que favorecendo para o afastamento temporário da convivência familiar.

Ademais, verificou-se também a presença das expressões da questão social em dois planos individuais referentes á suspeita de abuso sexual; e um (1) abandono pelos pais ou responsáveis. Nesse sentido percebe-se que (48%) dos acolhimentos refere-se a negligência dos pais ou responsáveis, seguido pelo conflito familiar (24%), violência física e psicológica (16%), suspeita de abuso sexual (8%) e abandono pelos pais ou responsáveis (4%). Desta maneira observa-se com no quadro sete, várias expressões da questão social levaram crianças e adolescentes

ao abrigo, porém as que mais predominaram foram a negligência e os conflitos no ambiente familiar.

Com base nesses dados percebeu-se que a situação de negligência se apresenta como a maior contribuinte para a acolhimento institucional de crianças e adolescentes na Casa de Acolhida de São Borja/RS, sendo esta considerada a primeira categoria empírica a ser analisada. Nesse sentido no que se refere à negligência segundo Guerra (2001), é uma das modalidades de violência doméstica contra crianças e adolescentes (as outras são violência física, sexual e psicológica), sendo a violência doméstica entendida como:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 2001, p. 32).

Para Azevedo e Guerra (1998), a negligência se define quando os pais ou responsáveis por seus/suas filhos (as) não atuam no sentido de atender as necessidades físicas, de alimentação, educação, supervisão em atividades, onde estas devam proporcionar um desenvolvimento saudável para os mesmos longe de qualquer perigo que os coloquem em risco. Completam ainda que esse conceito de “falha dos pais” só será capaz de ser designada como negligência “quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle” (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p.177). Ambos enfatizam também que a negligência apresenta-se na cena contemporânea em forma de violência diferente das demais, porém esta não é vista pela ação de quem agride e sim pela omissão dos mesmos.

É importante destacar que a Lei N° 8.069 de 13 de julho de 1990, que aprovou o ECA, deixa claro que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, Art.5).

Percebe-se que a violência pode se vir a se manifestar de diferentes formas, tanto em situações leves moderadas quanto aquelas graves, como violência física, psicológica e sexual, assim como o ato da negligência presentes contra crianças e

adolescentes. Dentre tantas formas de violência, a negligência é um dos atos que acontece com frequência no âmbito das famílias de crianças e adolescentes institucionalizados no âmbito da Casa de Acolhida de São Borja. Onde esta pode ser classificada como a primeira ação, dentre as outras formas de violência, praticadas contra crianças e adolescentes, chegando-se a negar o compromisso no que tange as responsabilidades familiar, comunitária, social e governamental, significando a falta de reconhecimento e valorização das crianças e adolescentes como sujeitos de direito (FALEIROS; FALEIROS, 2007).

A negligência, portanto, é caracterizada pelo ato de omissão, quando o adulto demonstra a criança ou adolescente uma indiferença em relação as suas necessidades, e conseqüentemente a falta de interesse pelos seus sonhos, expectativas (VERONESE; COSTA, 2006). Entende-se que se as famílias tivessem o direito á proteção social assegurado de forma efetiva, às inúmeras situações que as atingem não se desenvolveria em forma de novas violações de direitos na vida de seus filhos (as). Pois, estamos há um passo de uma nova estrutura de sociedade que não oferece proteção social as famílias de forma efetiva, onde se recorre ao acolhimento como forma de garantir a proteção ás crianças e adolescentes do seu meio social. Mediante o referido, enfatiza-se que a negligência

[...] pode ser caracterizada pela omissão dos pais ou responsáveis em garantir os cuidados e satisfação das necessidades da criança e do adolescente, sejam elas primárias – alimentação, higiene e vestuário –, secundárias – escolarização, saúde e lazer – ou terciárias – afeto e proteção (SCOBERNATTI, 2005, p. 87).

Compreende-se dessa maneira que a negligência também é uma forma de violência, onde se evidencia que em algumas situações, confunde-se o não acesso ao direito pelos usuários em forma de percepção aos direitos sociais com a situação de negligência. Desse modo, faz-se necessário fazer uma reflexão no sentido de pensar que essas crianças ou adolescentes sofreram alguma situação de negligência por parte de suas respectivas famílias, tem que se buscar entender que essas famílias também foram negligenciadas ou abandonadas pelo Estado e pelas políticas públicas que são oferecidas de forma fragmentada para a população, ou seja, os direitos sociais não são viabilizados de forma efetiva para todos os cidadãos. Deste modo, inúmeras vezes, tem-se a ideia de que

O problema não é, em geral, entendido como violação de direitos por parte do Estado, mas, sim, da própria família conseqüentemente, tanto a família quanto a criança são punidas. A criança é retirada de casa e a família percebida (inclusive por ela mesma) como incapaz (RIZZINI, et al, 2007, p. 20).

Salienta-se dessa maneira a dimensão contraditória no que se refere ao acolhimento institucional, na qual o serviço de proteção é responsável por viabilizar os direitos da criança e adolescente, quando assim esses estiverem vivenciando situações de negligência. Entretanto, isso não pode ser justificado como perda ou destituição do poder familiar, tendo em visto que as famílias ao não superarem essas situações de negligência das quais se encontram, ocorre o encaminhamento de seus filhos (as) á adoção. Compreende-se desse modo que é necessário tomar cuidado ao utilizar como exemplo a situação de negligência como única justificativa para a necessidade do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, pois se corre o risco de excluir o longo processo de violação dos direitos presentes por de trás dessa situação, uma vez que esse processo é sentido tanto pelas famílias como seus respectivos (as) filhos (as).

Constata-se desse modo que se os (as) profissionais que vierem a compreender somente a aparência da situação representada pela negligência, tende-se a ignorar a essência dessa circunstância, ou seja, corre-se o risco do profissional intervir somente na forma como se apresenta o fenômeno. Dessa forma, para apreender a categoria essência, é necessário do mesmo modo buscar compreender a categoria aparência, ou seja, os dados que esta em evidencia.

Perante o exposto, no que se refere às razões que motivaram o acolhimento institucional, acredita-se que, se tais fenômenos não forem compreendidos a partir de sua essência, o que se evidencia é uma aparência que não condiz com a totalidade da realidade dos sujeitos, pois se acaba se levando em consideração somente a imediaticidade da situação da qual as crianças e adolescentes se encontravam, não refletindo sobre todo o processo de violação dos direitos que os mesmos estavam passando. Deste modo, verifica-se a existência de uma fetichização em relação à categoria negligência, uma vez que esse fetiche causa a moralização da questão social e conseqüentemente a culpabilização dos sujeitos. Dessa forma, entende-se que

Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias

sob as quais ela é feita, mas estas lés foram transmitidas assim como se encontraram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p. 25).

A partir disso, compreende-se que, em determinados momentos, a violação dos direitos que dizem respeito às crianças e adolescentes esta distante de ser realizada de livre espontânea vontade dos pais ou responsáveis, uma vez que se devem levar em consideração as questões estruturais da cena contemporânea. Ressalta-se que a segunda categoria empírica evidenciada através da análise foi com relação aos conflitos familiares aparecendo em seis PIAs, ou seja, (24%) das crianças e adolescentes foram encaminhadas para a instituição de acolhimento devido a esse fato. Conforme Prudente (2008) os conflitos familiares transparecem sentimentos como:

Hostilidade, vingança, depressão, ansiedade, arrependimento, ódio, mágoa, medo etc., dificultando a comunicação entre os mediados. Quase sempre, durante uma crise, os parentes não conseguem conversar de forma ordenada e pacífica para resolver suas controvérsias (PRUDENTE, 2008).

Isso demonstra que os conflitos existentes no ambiente familiar são para além de discussões, ou seja, acaba por causar reflexos na vida dos sujeitos envolvidos, uma vez que os mesmos acabam guardando ressentimentos, magoas e etc, o que se torna algo difícil do (a) assistente social mediar, devido à complexidade de conflitos envolvendo algumas famílias. A partir dos dados analisados pode-se verificar que os conflitos existentes no âmbito familiar, ocorrem devido a uso de drogas, violência, gravidez na adolescência, etc, encontrados nos PIAs da instituição Casa de Acolhida de São Borja, onde isso acaba por desencadear uma serie de brigas constantes que aos poucos vai enfraquecendo os vínculos familiares de crianças e adolescentes com suas respectivas famílias, onde se acaba acionando os serviços de acolhimento como uma forma de amenizar tais conflitos. Desse modo o assistente social entra como um profissional que visa realizar a mediação desses conflitos, onde conta com capacidades e habilidades advindas de sua formação profissional.

Observa-se também mediante o resultado da análise da pesquisa documental realizada na Casa de Acolhida de São Borja que outra expressão da questão social ficou evidente a partir da análise dos planos individuais das crianças e adolescentes acolhidos, que foi a manifestação da violência (física e psicológica) presente no

cotidiano de quatro sujeitos. A violência física segundo o Ministério da Saúde (2002) se caracteriza pelo

Uso de força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou do adolescente, com o objetivo de ferir, lesionar ou destruir a vítima, deixando ou não marcas evidentes em seu corpo. Os estudiosos dessa forma de violência mostram que há vários graus de gravidade, que vão desde tapas, beliscões, até lesões e traumas causados por gestos que atingem partes muito vulneráveis ao corpo, uso de objetos e instrumentos para ferir, até provocação de queimaduras, sufocação e mutilação (ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Quando uma criança ou adolescente leva uma surra de uma pessoa adulta, seguida de constantes agressões através de objetos que se tornam ferramentas para tal ação, como o cinto, por exemplo, isto tende a prejudicar seu desenvolvimento como seu psicológico acabando por deixar marcas profundas para além da aparência de uma agressão. Segundo Santos (2004) a violência física se manifesta de forma frequente, quando os pais ou responsáveis utilizam tal violência como forma de disciplinar seus filhos (as), ou seja, a criança ou adolescente vivencia castigos que acontecem desde “palmadas” ao espancamento das mesmas, tal fato baseia-se em uma cultura que justifica a punição corporal como medida educativa, Deslandes (1994).

Por outro lado a violência psicológica vai de encontro com a violência física, uma vez que fica a magoa, receio de se sentir humilhado diante de uma situação da qual muitas vezes não se sabe como reagir. A violência psicológica ainda conforme o Ministério da Saúde (2002) se constitui pelo abuso psicológico sob

Forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas dos adultos. Todas essas formas de maus-tratos psicológicos causam danos ao desenvolvimento e ao crescimento biopsicossocial da criança e do adolescente, podendo provocar efeitos muito deletérios na formação de sua personalidade e na sua forma de encarar a vida. Pela falta de materialidade do ato que atinge, sobretudo, o campo emocional e espiritual da vítima e pela falta de evidências imediatas de maus-tratos, este tipo de violência é dos mais difíceis de ser identificado (ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, s/pg).

Percebe-se dessa maneira que esse tipo de violência causado á crianças e adolescentes pelos pais ou responsáveis é difícil de ser identificada, uma vez que não tem aparências visíveis como a violência física por exemplo. Este tipo de

violência praticada às crianças e adolescentes institucionalizados na Casa de Acolhida pode contribuir para comportamentos negativos, baixa autoestima, ou seja, acaba por prejudicar seu desenvolvimento psicossocial. Isto reflete na vida dos mesmos pela forma como foram impactados (as) por essa violência, podendo levar a casos extremos de acomodação de doenças psíquicas. Cabe ressaltar que isso não significa de maneira alguma que esses sujeitos que sofreram tal violência durante sua infância ou adolescência não iram superar tal situação.

Outro fator determinante para a acolhimento institucional de crianças e adolescentes foi à manifestação de suspeita de abuso sexual presentes em dois encaminhamentos. Para Faleiros (2000, p.15), o abuso sexual “trata de uma situação de ultrapassagem de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir fazer e viver, de regras sociais e familiares, e de tabus”. O abuso sexual significa uma situação vivenciada por uma criança ou adolescente que é usada pelo adulto a modo de satisfazer seus prazeres sexuais, baseando essa relação pelo poder hierárquico do adulto sobre a criança ou adolescente, onde isto abrange manipulação na região genital, pornografia e o próprio ato sexual tendo ou não penetração.

Chegando a última expressão da questão social evidenciada nos planos individuais de crianças e adolescentes abrigados na Casa de Acolhida do município de São Borja, contatou-se a partir da análise que uma única criança foi institucionalizada pelo motivo de abandono dos pais ou responsáveis. Tal fenômeno pode ser considerado uma forma de separação bem mais agressiva á criança ou adolescente, pois acaba causando danos devastadores ao seu psicológico, uma vez que pode ser praticado por diversas razões como a falta de condições financeiras dos pais ou responsáveis em suprir as necessidades básicas da criança ou adolescente, ou até mesmo pela falta de condições psicológicas e emocionais e não esquecendo também pela omissão do Estado que não investe tanto em políticas públicas de qualidade, entre outros fatores que não cabe aqui nos aprofundarmos.

Identifica-se uma compreensão dos processos sociais que motivam á medida de acolhimento institucional, onde as mesmas ficam desassistidas pelas políticas públicas de proteção social desenvolvidas para a garantia do direito á convivência familiar e comunitária e acaba-se apenas tratando da responsabilização da família quanto ao acolhimento institucional de seus filhos (as). Onde a partir da análise dos

vinte e cinco planos individuais das crianças e adolescentes que foram encaminhadas ao acolhimento no ano de 2017 á 2018, a banalização e a naturalização das diferentes expressões da questão social, uma vez que revelada nos processos de destituição do poder familiar, esta ligada também, a rejeição de qualquer discussão que aborde o movimento real da violência, suas particularidades e diversidades na sociedade contemporânea e sua relação com o não acesso aos direitos fundamentais que tendem a suprir as necessidades humanas (PEREIRA, 2002).

É necessário se perceber que as manifestações das expressões da questão social estão interligadas uma com a outra. Nesse sentido, não se pode compreender as diversas formas de violência de forma fragmentada, separando relações interpessoais e estruturais, sob pena de se perder a visão da sociedade como totalidade (SAFFIOTI, 2001). Nesse sentido, destaca-se que as expressões da questão social, sejam elas por desigualdades ou por resistência, constituem-se objeto de trabalho do Serviço Social.

Nesse sentido, a partir das problematizações dos motivos que refletem nas expressões da questão social associadas ao encaminhamento das crianças e adolescentes ao acolhimento institucional, pode-se evidenciar que os mesmos vivenciam as mais diferentes formas de violações de direitos, pois se entende que cada motivo esta interligado uma situação a outra. No subitem a seguir serão expostas as intervenções realizadas com as famílias que tem crianças ou adolescentes institucionalizados na Casa de Acolhida de São Borja/RS, com o objetivo de enfrentar as expressões da questão social e garantir o direito á convivência familiar e comunitária dos mesmos. Objetiva-se discutir também quais as justificativas para que os mesmos permaneçam institucionalizados, a fim de contribuir com os profissionais que trabalham com o público infanto-juvenil.

4.3 Intervenção do (a) assistente social junto ás famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento

O Serviço Social não se constitui desde o inicio com uma identidade própria e com um olhar critico sobre a realidade social dos sujeitos frente às desigualdades existentes, pois os (as) assistentes sociais não tinham como intuito uma perspectiva transformadora e emancipatória, muito pelo contrario era visto como uma “ilusão de servir” (MARTINELLI, 2011, p. 12). Desse modo, a igreja em conjunto com os

agentes sociais, tinha como objetivo popularizar a paz política, ou seja, “[...] ao assistente social lhe é demandado [...] participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante” (MONTAÑO, 2009, p.31). Percebe-se desse modo que os profissionais assistentes sociais interpretavam as expressões da questão social como problemas exclusivamente individuais, como comportamentos e más condutas, o que acabava por culpabilizar os sujeitos pela condição de vida das quais os mesmos se encontravam. Salienta-se dessa maneira que o trabalho do (a) profissional assistente social tornava-se um processo frágil pela “[que] ausência da identidade profissional fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional” (MARTINELLI, 2011, p. 17). Ainda conforme a mesma autora

Todo o esforço da classe dominante dirigia-se a um objetivo por ela considerado crucial: bloquear o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e sua organização política. Os serviços assistenciais e beneficentes estrategicamente criados pela burguesia procuravam atuar como sérios obstáculos, trazendo para o movimento operário a falsa representação de um Estado paternal, bom e protetor (Martinelli, 2011, p. 118).

Percebe-se que a atuação dos (as) assistentes sociais era algo sem indagações, pois os mesmos não questionavam as ações da burguesia e nem da igreja, e isso acabava por reforçar o aumento do capitalismo na sociedade e sua máscara frente às contradições existentes pela alienação dos sujeitos, dominação de uma classe sobre outra e o agravamento das expressões sociais, destacando assim que esse modo de atuação era o objetivo principal da classe dominante. Desse modo, o agir profissional dos (as) assistentes sociais ao longo da história de sua consolidação, se baseava sob a lógica assistencialista e a questão social acabava se agravando cada vez mais conforme o avanço da urbanização e industrialização da sociedade.

Denota-se que foi somente com tradição marxista, que se obteve a percepção que esse modo de agir dos profissionais não considerava as particularidades dos indivíduos, onde as expressões da questão social eram oriundas do capitalismo, “[...] que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizado por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2000, p. 27). Ressalta-se ainda que o “tema família vai “tomar de assalto” para o Serviço Social

nos anos 2000” (MIOTO, 2010, p.166), ou seja, mediante o contexto das políticas sociais e da reforma do Estado brasileiro, é que essa temática ganha maior visibilidade.

Com isso a família ressurgue com a discussão a respeito de sua responsabilização frente aos problemas sociais que atravessam o cotidiano desses sujeitos. O Serviço Social apesar de ter em seus fundamentos referenciais críticos que apontam o rompimento em partes de visões individualizadas e individualizantes, ainda percebe-se que dentro da categoria profissional dos (as) assistentes sociais tem-se visões conservadoras no que diz respeito à questão social e no trabalho com famílias. Conforme Mito (2010), existem dois projetos de proteção social e societários antagônicos, que são: o projeto Familista e o projeto Protetivo.

No que tange o primeiro projeto denominado (Familista), este contempla a família como o princípio natural de proteção, onde destaca que a família é habilitada a recuperar uma sociedade solitária, integradora, através do crescimento de políticas de caráter compensatório e temporária. Compreendendo assim, que através desse projeto os males da família estão implicados em sua incapacidade de chefiar e melhorar seus recursos. Já em relação ao segundo projeto (protetivo), este traz em seus argumentos que a proteção á família esta associada á proteção que ganha para seus membros enquanto sujeitos e que necessitam de direitos sociais individuais, onde deve estar incluso serviços e benefícios de qualidade oferecidas de forma universal, cabendo assim ao Estado responsabilizar-se em efetivar e garantir os direitos sociais e diminuir as obrigações somente dos membros da família.

Percebe-se que esse segundo projeto vai ao encontro com referencial teórico critico defendido pelo Serviço Social, uma vez que deve se entender que os processos familiares perpassam por múltiplas relações e fatores sociais, e com isso o trabalho com famílias não deve ser apreendido apenas sob o viés de cuidado e proteção oferecidos somente pela família, mas sim levar em consideração a estrutura de proteção que as famílias se encontram e que demandam, como acesso á bens e serviços públicos, que venham a garantir a eficácia de cuidados e serviços, do mesmo modo que deve ser criado espaços de gestão democráticas com a presença das famílias sendo vistas como sujeitos de direitos. No contexto do Serviço Social duas mudanças fundamentais ocorreram com o intuito de se repensar o trabalho com famílias

Uma refere-se a nova possibilidade de interpretação da demanda. Ou seja, as necessidades trazidas por sujeitos singulares não são mais compreendidas como problemas individuais/familiares. Ao contrário, tais demandas são interpretadas como expressões de necessidades humanas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista. [...] A outra mudança decorrente da nova perspectiva teórica refere-se ao redimensionamento exigido em relação a ação profissional, tanto no que diz respeito ao seu alcance como a sua direcionalidade. Com a possibilidade de postular que as soluções dos problemas expressos na família e pela família, só se efetivam, de fato, com a transformação das bases de produção e reprodução das relações sociais - superação do modo de produção capitalista - exige-se que a ação profissional seja pensada na sua teleologia (MIOTO, 2010, p.165).

Percebe-se dessa maneira que com essas novas mudanças que envolvem o trabalho com famílias, torna-se possível desmistificar ideias que as necessidades enfrentadas no cotidiano das famílias são somente de sua capacidade ou incapacidade, uma vez que deve ser realizada toda uma análise frente à estrutura da sociedade. Desta forma as ações profissionais dos (as) assistentes sociais se voltaram a intervir no trabalho com famílias, sob a perspectiva de sujeitos de direitos que necessitam de cuidado e proteção e que seja garantido de forma eficaz o Direito a Convivência Familiar e Comunitária (DCFC). Ainda segundo Mito (2010), o trabalho com famílias na esfera do Serviço Social tende a ser construído sob o entendimento de que a família se constrói e reconstrói, histórica e cotidianamente, e que partindo disso as relações entre os membros da família e outras esferas da sociedade tais como Estado, mercado, etc.

A família não deve ser compreendida com uma estrutura ideal e com papéis pré-determinados, deixando de lado as mudanças ocorridas na sociedade. Dessa forma, o trabalho dá materialidade aos fundamentos das dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa específicos do Serviço Social e assegura uma intervenção mais crítica frente à realidade social dos sujeitos, pois é necessário

Ao profissional acionar uma racionalidade que permita desenvolver uma instrumentalidade inspirada na razão dialética, que seja capaz de construir novas competências e legitimidades, que permita ao profissional dar novas respostas qualificadas em oposição às tradicionais respostas instrumentais, de maneira comprometida com valores de uma sociedade emancipada (GUERRA, 2000, p. 66).

Os (as) profissionais assistentes sociais que exercem seu trabalho profissional em espaços institucionais devem atuar de acordo com a dimensão

política defendida pelo Projeto Ético Político (PEP) da profissão, onde de acordo com Netto (1999) esse posicionamento deve ir

A favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos à políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras (NETTO, 1999, p.16).

Destaca-se que o trabalho profissional do (a) assistente social esta em conjunto com a ética profissional comprometida com a viabilização dos direitos aos sujeitos. Portanto, faz-se necessário que os (as) profissionais assistentes sociais tenham constante capacitação, pois esta é uma profissão que tem como objeto as mais diversas expressões da questão social que surgem na realidade social dos sujeitos. Destacando assim que “[...] exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (IAMAMOTO, 2000, p. 31). Verifica-se que o melhor caminho para prevenir os problemas sociais existentes na sociedade capitalista é priorizar a proteção pública, com vistas a garantir os benefícios monetários e serviços de inclusão no primeiro momento a todos os membros da família, e isso implica na garantia da dignidade humana e o direito a convivência familiar e comunitária.

Ressalta-se que além dos avanços normativos e operacionais conquistados, pode apontar-se que a rede de atendimento não age de forma transversal e intersetorialmente, onde acaba por prejudicar a efetivação da proteção à criança e ao adolescente. Contudo, é uma tarefa desafiadora o trabalho com famílias, pois conforme Mito (2016, p.228) refletir este trabalho é considerar todos os processos implicados na realidade das famílias, onde o TSF não deve ser analisado fora do contexto sócio-político dentro do qual se atualiza. Portanto, defende-se que o DCFC é possibilidade relevante para a proteção, desenvolvimento e crescimento de crianças e adolescentes institucionalizados.

Porém, para que se garanta tal direito social, não se podem responsabilizar somente as famílias e a condição de vida que dispõem no momento, mas sim levar em conta também as condições objetivas, ou seja, vinculadas às dimensões sociais, econômicas e culturais que devem ser garantidas pelo poder público, além de serviços de apoio, cuidados, acesso ao mercado de trabalho e renda. Faz-se

necessário então buscar compreender o TSF desenvolvido pela profissional assistente social junto às famílias de crianças e adolescentes institucionalizados.

Quadro 8: Trabalho realizado pela assistente social junto as famílias de crianças e adolescentes acolhidos (as) no município de São Borja

Intervenções realizadas junto às famílias de crianças e adolescentes acolhidas (os)	Técnicas utilizadas pela assistente social na abordagem com famílias	Número de usuários (as)
Atendimento individual	Visita Domiciliar e análise da família natural e extensa	25

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

A partir da coleta e análise dos dados evidenciou-se conforme o quadro 8 que cem (100%) das intervenções realizadas pela assistente social da Casa de Acolhida de São Borja no período de 2017 à 2018 foram mediante a realização de atendimento individual. Para tanto, é necessário organizar sua ação de modo que a mesma consiga realizar um planejamento para sua intervenção. Conforme Lewgoy e Silveira (2007)

Planejar significa organizar, dar clareza e precisão à própria ação; transformar a realidade numa direção escolhida; agir racional e intencionalmente; explicitar os fundamentos e realizar um conjunto orgânico de ações (LEWGOY E SILVEIRA, 2007, p.236).

Percebe-se desse modo que o primeiro passo para realizar uma entrevista é o planejamento, onde a profissional assistente social deve estar amparada pelas linhas teóricas, técnico e ético-político da profissão, de modo que possa dar visibilidade nas realizações de suas intervenções. O segundo processo para a entrevista necessita de sua “execução”, ou seja, é o momento em que a profissional identifica as demandas daquela família, onde as informações fornecidas pelos mesmos serão aprofundadas e questionadas, onde deve-se levar em conta suas particularidades, vontades, necessidades sociais, etc.

Com isso, Lewgoy e Silveira (2007, p. 237) destacam esse processo no que “diz respeito á habilidade de escuta, questionamento e observação do que não é dito, mas que se configura no sujeito para quem se dirige o trabalho do assistente

social”. Já no tange ao terceiro momento da entrevista esta se realiza mediante o “registro da entrevista”, onde Lewgoy e Silveira (2007, p. 238) enfatizam que

O registro vai além de cumprir exigências técnico-administrativas dos serviços, pode também servir como documentação da área do ensino e, para isso, será em forma de relatórios descritivos processuais, o qual só responde aos quesitos pedagógicos no processo de supervisão acadêmica.

Percebe-se desse modo que o registro tem como objetivo remeter a profissional assistente social observações a respeito do que foi realizado no decorrer do atendimento com a família, uma vez que esse documento tem como objetivo auxiliar a profissional a compreender a situação cotidiana dos sujeitos que compõem o grupo familiar. Destaca-se ainda em todo esse processo a “capacidade de escuta”, que segundo Lewgoy e Silveira (2007, p. 240) é “após ouvir há que se interpretar, avaliar, analisar e ter uma atitude ativa”, significando dessa forma que muitas vezes é nesse momento que a profissional assistente social da Casa de Acolhida poderá identificar outras demandas para além das apresentadas de imediato na instituição e que vieram a causar o acolhimento de crianças e adolescentes.

Conforme o exposto, a entrevista individual ou grupal, equivale a uma conversa, onde os membros que compõem o núcleo familiar poderão expor suas necessidades, vontades, particularidades, etc. Entende-se desse modo, que a entrevista é um instrumento muito utilizado pela assistente social da Casa de Acolhida conforme a análise dos PIAs, pois é através desse instrumento que a mesma busca alcançar o objetivo de seu trabalho profissional que é a intervenção. Evidenciou-se ainda que a assistente social da Casa de Acolhida utiliza-se das técnicas caracterizada pela visita domiciliar, seguindo da análise da família natural e extensa. Conforme Sarita (2003) a visita domiciliar

Uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto aos indivíduos em seu próprio meio social ou familiar. No geral, a visita domiciliar, como intervenção, reúne pelo menos três técnicas para desenvolver: a observação, a entrevista e a história ou relato oral (AMARO, 2003, p. 13).

Percebe-se que a visita domiciliar é um instrumento utilizado pelo (a) assistente social devido ser caracterizado como um instrumento de trabalho, que tem por objetivo conhecer de modo mais próximo a realidade social que se encontram os sujeitos, realizando através das visitas uma aproximação com a

realidade socio-territorial vivenciada pelos mesmos. Tal instrumento é delimitado por uma dimensão investigativa que auxilia o mesmo a apreender os processos sociais singulares em consonância com o modo como a sociedade esta organizada.

O assistente social deve levar em consideração também sua postura ético-política comprometida em atender as necessidades sociais, prezando pelo respeito da liberdade e da autonomia dos sujeitos. A visita domiciliar é também um instrumento interventivo, ou seja, possibilita o (a) assistente social a realizar articulação com técnicas como: observação, entrevista, reflexão, tendo em vista realizar uma abordagem que tem como tema central a perspectiva do diálogo e a construção de vínculos entre o profissional e o usuário.

Nessa direção, por meio da análise dos vinte e cinco documentos encontrados na Casa de Acolhida de São Borja, com relação às estratégias de intervenção realizadas pela assistente social a partir do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, observou-se como exposto no quadro 8 que as elas se referem a: atendimentos individuais, visitas domiciliares, observou-se também, que ocorre a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). Nesse sentido, os instrumentos de trabalho utilizados pela assistente social da instituição visam a garantir o retorno das crianças e adolescentes á família de origem, quando assim for possível. Inicialmente, após a acolhimento institucional das crianças e adolescentes ocorrem as visitas assistidas dos pais ou responsáveis nem todas são visitas assistidas, podem ser livres, diárias, inclusive mais de uma vez ao dia, sendo isso a ser acordado com a família e a equipe técnica dependendo da possibilidade de cada usuário (a).

Conforme, a análise dos PIAs os resultados da aproximação família/criança/adolescente está sendo algo positivo para ambos, passam a se realizar visitas dos (as) mesmos (as) na casa de seus pais ou responsáveis pois assim que a criança ou adolescente é acolhido (a) recorre-se tanto á família natural ou extensa como uma forma de fortalecer os vínculos familiares. No caso de encaminhamento para a adoção deve-se ser entendida conforme exposto na Lei 12.010 de 2009 em seu inciso 1º que enfatiza a adoção como uma “ medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa” (BRASIL, 2009, Art. 39). Ou seja, esta medida só deve ser tomada em última

instância depois de após todas as possibilidades de reinserção tanto na família natural como família extensa serem esgotadas.

Já no que tange ao PIA, de acordo com a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o mesmo é composto por “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente” (BRASIL, 2012, Art. 52). Ademais, na mesma lei estabelece que o PIA “ será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável” (BRASIL, 2012, Art. 53). Desta forma, a criação do PIA ocorreu com base na lei do SINASE, onde se mostrou a importância de um modelo de plano individualizado, que leve em consideração as particularidades de cada indivíduo, principalmente no que tange à condição peculiar do desenvolvimento da criança e do adolescente em situação de acolhimento.

Conforme exposto nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, inúmeras técnicas podem ser usadas no acompanhamento junto às famílias, como, por exemplo: estudos de casos, entrevista individual e familiar, grupo com famílias, grupos multifamiliar, visita domiciliar, orientação individual, grupal e familiar, encaminhamento e acompanhamento de integrantes da família à rede local, de acordo com demandas identificadas (BRASIL, 2009). O assistente social na dinâmica de exercer seu trabalho profissional nas instituições de acolhimento possuem um caráter interventivo que busca a transformação da realidade social das crianças e adolescentes sob a ótica da viabilização dos direitos sociais através de uma articulação institucional e interinstitucional (BOSCHETTI, 2009). Mediante o exposto seguindo a construção da análise, pode-se evidenciar que dos vinte e cinco PIAs analisados, observou-se as mais diferentes justificativas para a continuação do acolhimento de crianças e adolescentes na instituição Casa de Acolhida que serão sistematizados no quadro a seguir :

Quadro 9: Processos sociais que motivaram a permanência de crianças e adolescentes na Casa de Acolhida no município de São Borja/RS

Justificativa	Número de usuários (as)	%
---------------	-------------------------	---

Situação de risco social	6	24%
Genitores impossibilitados de reaver a guarda	6	24%
Vínculos fragilizados com a família de origem	5	20%
Conflitos no ambiente familiar	3	12%
Não há possibilidade de retorno á família e no momento não há família substituta	2	8%
Responsável residindo em outro município	1	4%
Condições de moradia precárias	1	4%
Ausência de familiares dispostos a se responsabilizar pela criança/adolescente	1	4%
Total	25	100%

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

Diante do exposto é possível observar que (24%) das justificativas encontradas nos PIAs para o prolongamento do acolhimento ocorreram em razão da situação de risco social; seguido de mais (24%) com relação há impossibilidade dos genitores de reaverem a guarda de suas crianças/adolescentes abrigados (as). Os outros (20%) referem-se a fragilização dos vínculos com a família natural, seguido de (12%) por motivos de conflitos no núcleo familiar. Cabe destacar ainda que os outros (8%) ocorre devido à situação de impossibilidade de duas crianças/adolescentes retornarem a família de origem e no momento não há família substituta. Os outros (4%) remete-se a situações como: responsável residindo em outro município; condições de moradia precária; e por fim a última justificativa refere-se que não há familiares aptos a responsabilizar pela guarda da criança/adolescente no momento.

Para tanto, é importante deixar claro aqui que irei aprofundar mais o conhecimento acerca das três justificativas encontradas nos PIAs para o prolongamento de crianças e adolescente na instituição Casa de Acolhida do município de São Borja que tiveram maior destaque, porém cabe ressaltar que as demais justificativas constadas nos PIAs também merecem destaque, porém não serão aprofundadas nesse estudo.

Com isso dentre os vários motivos que justificam a permanência no acolhimento destaca-se que a ênfase maior ocorre em relação às situações de risco social vivenciadas por seis famílias; seguindo de outras seis famílias das quais os genitores estão impossibilitados de reaverem a guarda no momento, assim como outras cinco famílias que estão com os vínculos fragilizados com seus filhos (as) acolhidos. Compreende-se de uma forma geral que o conceito de risco esta atrelado às situações de perigo do cotidiano de crianças e adolescentes. Conforme Farias (2005)

A atuação da Assistência Social constituem situações de riscos a iminência ou ocorrência dos seguintes eventos, que devem ser prevenidos ou enfrentados:

- Violações de direitos pertinentes à proteção que deve ser assegurada pela política de Assistência Social, englobando: situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia etc.
- Fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, englobando: famílias ou indivíduos em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; afastamento de adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos em instituições de acolhimento; indivíduos dependentes submetidos à privação do convívio comunitário, ainda que residindo com a própria família (FARIAS, 2005, p.1-2).

Ao analisar a afirmação de Farias (2005), pode-se comparar como as mesmas situações que levaram as crianças e os adolescentes a medida de acolhimento na Casa de Acolhida de São Borja, isto é, situações de negligência, violência, abuso ou exploração sexual, etc, são situações que colocam em risco o desenvolvimento dos mesmos, necessitando assim serem prevenida para que esses sujeitos não continuem nessas situações de violações de direitos. Cabe destaque ainda em relação à PNAS (2004) que

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p.33).

Percebe-se que a PNAS (2004) tem como enfoque trabalhar no fortalecimento de situações que violam os direitos tanto das crianças e adolescentes quanto de

suas respectivas famílias. Salienta-se que a partir da análise dos dados da pesquisa documental identifica-se que outra justificativa encontradas nos PIAs da instituição Casa de Acolhida de São Borja para o prolongamento do acolhimento das crianças e adolescentes para além dos seis meses, foi em relação a impossibilidade dos genitores de não conseguirem reaver a guarda de seus respectivos filhos (as). Para tanto, consta no PIA o relato da seguinte situação:

Uma mãe tem dois filhos acolhidos na instituição, porém na justificativa que consta no PIA, a mesma não apresenta risco qualquer para as crianças, contudo no momento das intervenções realizadas pela assistente social, a genitora afirmou a profissional que não se sente em condições de reaver a guarda dos filhos, reconhecendo que precisa de auxílio (PIA USUÁRIO 11).

Depois de feito esse relato pela mãe das duas crianças, a assistente social reconheceu ser esta a melhor solução, uma vez que ainda não foram possíveis muitas intervenções devido as crianças estarem acolhidas acerca de três meses, porém identificou-se na justificativa acima que a mãe esta fragilizada e sem condições emocionais de receber seus filhos novamente ao seio familiar. Observa-se que a assistente social tenta viabilizar rapidamente o retorno das duas crianças ao núcleo familiar, com o intuito de viabilizar o direito a convivência familiar e comunitária.

Com relação às outras quatro crianças que estão em acolhimento sob a mesma justificativa de seus genitores não poderem reaver a guarda, esta se justifica pelo fato de no momento a mãe dos quatro irmãos necessita continuar frequentando o Caps I e tomando sua medicação corretamente, bem como ser inserida no acompanhamento pelo CRAS, pois há necessidade de um suporte da assistência social para dar conta de suas necessidades básicas, entendendo assim que é necessário que a família se reorganize, a fim das crianças retornarem ao convívio familiar com a família de origem.

Compreende-se desse modo que as justificativas descritas nos PIAs da Casa de Acolhida de São Borja/RS, nos mostram uma certa fragmentação da demanda posta para a assistente social, uma vez que por grandes acúmulos de trabalho a mesma acaba em conjunto com a rede de proteção á criança e adolescente enxergando somente as famílias que possuem seus filhos (as) em situação de acolhimento, com irresponsáveis ou incapazes em prover os cuidados necessários para os membros de sua composição familiar, como por exemplo devido as

condições de negligência que a maior parte das crianças e adolescente juntamente de suas famílias se encontram como visto no quadro 7. Com isso, entende-se uma certa moralização da questão social, uma vez que na sociedade burguesa

A moral desempenha uma função ideológica, mesmo que indiretamente, através de mediações complexas, reproduz os interesses de classe e contribui para o controle social, por meio da difusão de valores que visam à adequação dos sujeitos ao ethos dominante (BARROCO, s/a, p. 9).

Enfatiza-se desse modo que situações como essa estão configuradas no modelo conservador da sociedade, onde se voltam apenas para a responsabilização das famílias, não levando em consideração a gênese das expressões da questão social que é a produção e a reprodução do capital.

Como visto anteriormente o encaminhamento das crianças e adolescentes à Casa de Acolhida de São Borja/RS, ocorre conforme várias violações de direitos em seu núcleo familiar. Os diversos motivos que corroboram para a fragilização e até o rompimento dos vínculos familiares e comunitários dos mesmos, a exemplo da negligência, conflitos no ambiente familiar, ou seja, expressões da questão social. Todavia, tais situações não devem ser vistas somente pela aparência das quais se apresentam, mas sim devem ser analisadas de forma que não responsabilizem somente a família por não prover o cuidado e proteção que as crianças/adolescentes necessitam, mas sim buscar compreender que as mesmas também são sujeitos que são atingidos constantemente pelas desigualdades sociais existentes na sociedade.

Enfatiza-se a importância de que as políticas públicas sejam articuladas de modo que venham a ser intersetoriais, entendendo que os direitos sociais não materializados mediante uma única política pública. Além do mais, na sociedade contemporânea, as políticas públicas como, por exemplo, saúde, educação, vem deixando de ter caráter universal, o que acaba acarretando para um desenvolvimento de ações fragmentadas e seletivas. Com isso, os serviços prestados acabam correndo risco de submeter os usuários a mais violações dos direitos sociais. Vejamos no capítulo 5 a forma como o trabalho em rede está articulado no município de São Borja, a fim de problematizar as questões que emergem nos PIAs dos acolhidos (as) no período de 2017 á 2018.

5 O TRABALHO DA REDE DE PROTEÇÃO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Percebe-se que com o avanço da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a infância e juventude foram incorporados na esfera dos direitos infanto-juvenil. Porém, o processo de acolhimento institucional esta presente em nossa sociedade até os dias atuais. Para tanto, busca-se discutir neste capítulo sobre a rede de proteção social às crianças e adolescentes. Primeiramente podemos nos remeter a concepção de rede de proteção social articulada com o serviço de acolhimento. Pois com base no artigo 227 da Constituição Federal, inserido o artigo 86 do ECA (1990) refere-se que a “política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 1990). Por outro lado a Norma Operacional Básica (NOB) 2005, do Sistema Único de Assistência Social, refere-se a rede socioassistencial como:

Conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação dentre todas estas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005, p. 20).

Nota-se que a rede de proteção social visa integrar ações que objetive se articular com todas as unidades que estão classificadas por Proteção Social Básica, Especial e de Alta Complexidade. Observa-se ainda que no material didático do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR) 2008, a rede de proteção social pode ser compreendida também como

Uma articulação de pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas e projetos, de modo igualitário, democrático e solidário. É a forma de organização baseada na cooperação, na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências. Não é algo novo, mas fundamentalmente uma concepção de trabalho (Lídia 2002); é uma forma de trabalho coletivo, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas, na forma de uma “teia social”, uma malha de múltiplos fios e conexões. É, portanto, antes de tudo, uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões, e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes (Motti 2008 apud Lídia

A partir dessas concepções de rede de proteção pode-se fazer um *link* com o atendimento proposto nos serviços de acolhimento institucional, onde se busca trabalhar de forma articulada e interconectada com outros serviços, organizações e comunidade, onde os profissionais visam o enfrentamento á acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Para tanto, busca-se neste capítulo problematizar o funcionamento da rede de proteção á criança e ao adolescente como espaço de articulação de diferentes instituições e o trabalho conjunto com a Casa de Acolhida de São Borja/RS.

5.1 Rede de proteção á criança e ao adolescente e serviço de acolhimento

Conforme o documento Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), o atendimento realizado em instituições de Casa de Acolhidas, visa trabalhar intersetorialmente articulado no desenvolvimento de outras ações. Com isso, percebe-se que é necessário que as instituições de acolhimento permaneçam em articulação com o sistema de garantia de direitos como: Conselho Tutelar, Ministério Público, Justiça da Infância e Juventude entre outros órgãos, juntamente da rede socioassistencial que é a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. E, não menos importante em articulação com as políticas públicas destacando a: educação, saúde, emprego², trabalho³, esporte, cultura, e por fim a articulação com a sociedade civil.

Ressalta-se que o trabalho da rede intersetorial, trata-se da articulação entre as políticas públicas através do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a proteção, inclusão e promoção de famílias vítimas do processo de exclusão social. Saliencia-se a importância de ser pensado em estratégias desde o momento em que a criança ou adolescente é inserida em uma instituição de Casa de Acolhida. Enfatizando a importância da articulação com as demais instituições que compõem este processo de viabilizar os direitos das crianças e adolescentes institucionalizados como: conselho tutelar, juizado da Infância e Juventude,

² O emprego é uma atividade alienada em que o profissional atua por mera necessidade financeira, distante de algum tipo de apreciação (MARQUES, 2018, s/pg).

³ O conceito está pautado em projetos, metas, objetivos e sonhos. O trabalho vai além da necessidade financeira, trata-se de um caminho para a realização pessoal (MARQUES, 2018, s/pg).

Ministério Público assim como as Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Educação e outras entidades não governamentais que pertencem à rede de atendimento à criança e ao adolescente.

Guará (2010) destaca que “as redes, sejam elas de um ou outro tipo, ajudam a integrar e articular as ações dispersas e pontuais, dando sentido e significado à atuação de cada participante (GUARÁ, 2010, p. 50). Observa-se assim que a rede de serviços deve trabalhar de forma interrelacionada, não de forma isolada, pois é na articulação com outros setores que se pode proporcionar a proteção integral a criança/adolescente e suas famílias. Destaca-se que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), classifica o acolhimento institucional como Proteção Social Especial de Alta Complexidade, pois entende-se que o

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual (BRASIL, 2009, p.44).

Nota-se que esta modalidade de atendimento socioassistencial destina-se não somente ao acolhimento institucional propriamente dito, mas sim a todas as famílias e sujeitos que se encontram em situação de risco pessoal e social, ou seja, por razões de abandono, maus tratos, abuso sexual entre outros, sendo assim são serviços que demandam uma maior atenção nas soluções protetivas.

Quadro 10: Instituições da rede de proteção à criança e ao adolescente e encaminhamentos à Casa de Acolhida de São Borja

Órgão determinante	Números de usuários (as)
Conselho Tutelar	19
Ministério Público	6
Total	25

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

Conforme os dados nos mostram 76% das crianças/adolescentes chegam até a instituição encaminhadas pelo Conselho Tutelar. Este órgão é conforme o ECA (1990) “(...) permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990, Art.131). Ou seja, tem ter liberdade e independência em sua atuação, uma vez que

suas decisões não são submetidas a outros setores da administração pública. Entendendo dessa forma que o Conselho Tutelar tem a missão de zelar pela efetivação dos direitos violados da criança e do adolescente. Já em relação aos (24%) dos encaminhamentos que chegam à Casa de Acolhida de São Borja/RS são feitos por ação do Ministério Público. No quadro 11 será demonstrado as instituições que são acionadas e quais os encaminhamentos realizados junto à rede de proteção à criança e ao adolescente.

Quadro 11: Instituições acionadas a partir do acolhimento de crianças e adolescentes

Instituições	Números de usuários (as)
Caps I e Caps AD	7
Ministério Público	7
Cemae	6
Conselho Tutelar	5
Total	25

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

No que tange o quadro 11, este demonstra que os dados de maior ênfase no diz respeito aos encaminhamentos realizados pela rede de proteção à criança e ao adolescente. Nota-se que estes são realizados pela instituição de serviço de acolhimento ou pelo Juizado da Infância e Juventude. Percebe-se dessa maneira uma articulação entre as mais diferentes políticas públicas no sentido de acompanhar as famílias que tem filhos (as) em situação de acolhimento como: educação, saúde e assistência social. Ressalta-se ainda que todos os casos de acolhimento são encaminhados ao fórum, uma vez que todas as crianças e adolescentes possuem um processo de acolhimento tramitando no IJJ e o PIA analisado é encaminhado a esse órgão. Em relação ao período delimitado para a pesquisa que foi de janeiro de 2017 à janeiro de 2018, pode-se constatar conforme o quadro 11, que a maior parte das crianças e adolescentes foram encaminhadas para políticas públicas de assistência, saúde, educação, etc.

Quadro 12: Encaminhamentos realizados pela instituição à rede de proteção à criança e ao adolescente

Encaminhamentos	Números de usuários (as)
Adoção	5

Políticas Públicas	16
Desacolhimento/ reintegração familiar	4
Total	25

Fonte: Planos individuais de Atendimento (PIAs) - Casa de Acolhida de São Borja/RS, período de janeiro de 2017 à janeiro de 2018. Sistematizado pela autora.

Destaca-se conforme o quadro 12 que tanto as crianças ou adolescentes como suas famílias foram encaminhados em cerca de (64%), ou seja, mais da metade dos sujeitos foram encaminhados para políticas públicas como: atendimento em ESF, Cemae, Creas, Programa Mais Educação, etc. Os outros (20%) referem-se a encaminhamentos das crianças ao Conselho Nacional de Adoção (CNA), seguindo de (16%) onde ocorreu a situação de desacolhimento e retorno as famílias de origem. Ressalta-se que as políticas públicas refletem ações coletivas que visam concretizar os direitos sociais declarados e garantidos na Constituição Federal (CF) de 1988, percebendo dessa forma que quando ocorre a não implementação pelas políticas públicas, os direitos sociais se esvaziam da sua condição de direito, (PEREIRA, 1996).

Para tanto, é indispensável refletir sobre a importância que o reconhecimento da assistência social e da política pública integrado ao tripé da seguridade social tem como direito social, regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, onde a mesma sinaliza que passou a ser compreendida como um dever legal de garantia dos benefícios e serviços sociais, onde estes são disponibilizados a todos (as) os cidadãos (ãs) que dela necessitarem. Enfatiza-se desse modo, que o Estado passa a ser o responsável pelo financiamento, planejamento e execução da política de Assistência Social, que tem sua gênese na redução das desigualdades sociais existentes na sociedade.

Percebe-se que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, estabelece um novo modo de interpretar sobre a realidade social dos sujeitos, ou seja, passa a dar visibilidade aos cidadãos (ãs) que são invisíveis a margem da sociedade. Busca compreender as diferenças sociais e as possibilidades de enfrentamento, levando em consideração necessidades, possibilidades e práticas dos mesmos de se desenvolver na sociedade. Enfatiza-se que é necessário identificar as forças em oposição às fragilidades, onde a família tem de ser o tema central, uma vez que tida como referência, na perspectiva do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004). Nessa perspectiva, que a

assistência social se configura como política social pública que visa garantir segurança de sobrevivência, de acolhida e do convívio familiar para todas as pessoas que dela necessitar.

Destaca-se desse modo que a criança ou adolescente que estão sob situações de risco pessoal e social precisarão receber proteção integral, no sentido dos mesmos receberem mais proteção e cuidado tanto das famílias, com seus filhos (as) acolhidos (as) em instituições que compõem a rede socioassistencial. Com isso, o atendimento às crianças e adolescentes institucionalizados (as) na Casa de Acolhida de São Borja/RS, está voltado ao atendimento de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias, com vistas a assegurarem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção dos mesmos. Contudo conforme a Cartilha de Orientações sobre Acolhimento Institucional de 2009 é necessário que

A articulação referida deve ser iniciada logo que a criança/adolescente chega à instituição, em interface com o Ministério Público, o Juizado da Infância e Juventude, as Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e outras entidades não governamentais integradas na rede de atendimento (BRASIL, 2009, p.17).

Observa-se desse modo a necessidade de haver um trabalho intersetorial, tendo em vista que os direitos sociais são concretizados no decorrer da intersetorialidade. Segundo (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, p. 1-2) a intersetorialidade

É a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais.

Percebe-se que a intersetorialidade não se apresenta como um conceito que engloba apenas as políticas sociais, ou seja, a mesma vai, além disso, significando dessa forma o compartilhamento de diferentes saberes e experiências que se articula com toda a rede socioassistencial. Conforme a análise dos PIAs da Casa de Acolhida de São Borja, denota-se no que tange ao segundo encaminhamento mais visível entre os dados analisados que referem-se ao encaminhamento de cinco crianças á adoção. Percebe-se que a perda da guarda, suspensão e destituição do

poder familiar, somente irá acontecer quando a criança ou adolescente tiverem seus direitos violados, como enfatiza o Eca (1990) seja “I- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta” (BRASIL, 1990, Art.98).

Para tanto a seguir será elucidado um trecho da justificativa contida no PIAs da instituição Casa de Acolhida de São Borja/RS, referente a destituição do poder familiar e o encaminhamento de três irmãos ao Cadastro Nacional de Adoção, a fim de demonstrar um exemplo de situações que corroboram para que tal medida seja tomada

Percebeu-se que não há possibilidade de retorno ao convívio familiar visto que todos os encaminhamentos já realizados anteriormente vieram a ser falhos, onde os fatos geradores da negligência voltaram a ser reproduzir. Entendendo-se que essa situação vem ocorrendo há muitos anos e que parece nunca evoluir de forma positiva, onde as crianças acabam retornando a ficar expostas a riscos, reintera-se o posicionamento no sentido da destituição do poder familiar e encaminhamento do mesmo ao Cadastro Nacional de Adoção (PIAs USUÁRIOS 14, 23 e 24).

Portanto, conforme decisão a ser tomada pelo Judiciário, em favor da suspensão do poder familiar, evidencia-se que a justificativa esta atrelada a situação de negligência e insegurança, uma vez que os pais não estão cuidando e protegendo suas crianças. Nesse caso específico trazido como exemplo, constata-se que, apesar de existir vínculos afetivos dos pais com as crianças, optou-se pela mencionada medida, uma vez que os pais não apresentam compromisso em assegurar a proteção dos mesmos, uma vez que as crianças foram acolhidas diversas vezes e acabavam retornando ao convívio com a família de origem. Desse modo, a fim de não prolongar mais o período de permanência na Casa de Acolhida de São Borja, opta-se pela suspensão, seguida da destituição do poder familiar e o encaminhamentos das crianças para a adoção.

A partir das leituras dos PIAs elaborados pela assistente social em conjunto com os demais profissionais da rede de proteção á criança e ao adolescente, foi possível verificar que a destituição do poder familiar somente ocorre depois que os profissionais utilizaram todos os meios possíveis para que a criança ou adolescente retornassem á família de origem ou família extensa, e somente depois que os profissionais entendem que já se utilizou-se todos os recursos possíveis para o fortalecimento dos vínculos familiares dos (as) acolhidos (as), é que o juiz decreta a

medida de suspensão e posteriormente a destituição do poder familiar, e o mesmo solicita que a criança ou adolescente seja encaminhado ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

Observa-se desse modo que as famílias são responsabilizadas unicamente por prover as necessidades básicas de seus/suas filhos (as), não compreendendo que as mesmas também necessitem de cuidados, tendo em vista que se as crianças já foram e voltaram várias vezes dos serviços de acolhimento e retornaram ao seu convívio, significa que a falha do não cuidado e proteção às crianças e adolescentes ocorre também pela falta de efetividade nas políticas públicas, onde ocorre uma certa fragmentação na rede de atendimento a essas famílias, uma vez que não se avalia o modo como a sociedade esta estruturada, onde perante a Lei todos são iguais e tem as mesmas oportunidades, porém na prática isso não se materializa tendo em vista todas as desigualdades sociais existentes.

De acordo com os vinte e cinco PIAs analisados na Casa de Acolhida, pode-se verificar também que houve o encaminhamento de mais duas crianças a adoção. No primeiro momento a suspensão⁴, seguido da destituição do poder familiar⁵, onde os mesmos foram encaminhados ao Cadastro Nacional de Adoção⁶. Outro fator evidenciado a partir da análise de dados da pesquisa documental é em relação a quatro casos que houve sucesso na aproximação dos sujeitos com suas famílias de origem, onde uma bisavó, uma avó e a mãe, demonstraram interesse em reaver a guarda dos sujeitos. Os dados demonstram que foram acessados os programas sociais ofertados pelo governo, onde um adolescente foi encaminhado ao Programa Jovem Aprendiz, com o objetivo de capacitar o mesmo no mercado de trabalho, fazendo com que esse usuário ganhe espaço na vida em comunidade, o que contribui para sua qualificação profissional. Assim como a inclusão de duas famílias ao Programa Bolsa Família destacando-se que estas também receberam o

⁴ A suspensão do poder familiar é uma restrição no exercício da função dos pais, estabelecida por decisão judicial e que perdura enquanto for necessária aos interesses do filho. De acordo com o artigo 1.637 do Código Civil (CNJ, 2015, s/pg).

⁵ A destituição do poder familiar, ou seja, a perda, tipo mais grave de destituição do poder familiar determinada por meio de decisão judicial, está definida pelo artigo 1.638 do Código Civil, que estabelece algumas hipóteses para sua configuração: o castigo imoderado ao filho, o abandono, etc (CNJ, 2015, s/pg).

⁶ Lançado em 2008, o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), coordenado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é uma ferramenta digital que auxilia os juízes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos procedimentos dos processos de adoção em todo o país (CNJ, s/a, s/pg).

encaminhamento para receber o aporte nutricional, como forma de iniciar sua reorganização familiar.

5.2 Estratégias do Serviço Social em conjunto com a rede de proteção à criança e ao adolescente

Vivemos em uma sociedade que exige das famílias mesmo excluídas do acesso aos direitos básicos como: saúde, educação, saneamento básico, lazer entre outros, que cuide e proteja suas crianças e adolescentes de forma isolada, onde não se tem consciência crítica para compreender que esses direitos muitas vezes negados são fruto da desigualdade existente, baseado na ideologia dominante. Conforme Bonetti (2007)

Para que aumentar o salário mínimo de um povo tecnicamente desqualificado, sem disciplina de trabalho, e que, além do mais, gasta todo o dinheiro que ganha em bebida, futebol, rádios de pilha (...)? Para que justiça, se 'eles' utilizam as prerrogativas dos direitos humanos para assaltar nossas casas, nossos filhos, nossas lojas e nossos automóveis? Para que educações se são burros e preguiçosos por natureza? Para que habitações se são incapazes de trabalhar para manter a casa limpa? (...) Para que saúde, enfim, se proliferam aos milhares, entupindo nossas ruas de mendigos e crianças abandonadas? Não, essa gente não é como nós; não ama como nós, não comem como nós, não sofrem como nós e nem precisam viver como vivemos (BONETTI, 2007, p. 185).

Percebe-se com base na citação da autora que vivemos em circunstâncias que os direitos são negados e justificados cotidianamente, e partindo disso o assistente social deve buscar fazer uma reflexão no sentido de dar resposta ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes e suas famílias que estão em situação econômica e social degradantes. Conforme as alterações implicadas no ECA (1990) em seu artigo 19 inciso 1º

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei (BRASIL, 1990).

Observa-se que o papel do Serviço Social é buscar trabalhar a cada três meses uma nova possibilidade das crianças e adolescentes acolhidos retornarem

para suas famílias de origem, ou seja, com o objetivo de ser viabilizado a garantia do direito á convivência familiar e comunitária dos mesmos. É nesse momento que o guia de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescentes contribui para realizar a seguinte reflexão com os profissionais que trabalham nesses espaços ao dizer que:

A implementação de uma sistemática de acompanhamento da situação familiar, iniciada imediatamente após o acolhimento, é fundamental, pois, com o passar do tempo, tanto as possibilidades de reintegração familiar, quanto de adoção podem tornar-se mais difíceis. O prolongamento do afastamento da criança ou adolescente pode provocar enfraquecimento dos vínculos com a família, perda de referências do contexto e de valores familiares e comunitários, exigindo preparação ainda mais cuidadosa no caso de reintegração familiar. [...] dar início ao acompanhamento da situação familiar imediatamente após a chegada da criança ou adolescente é importante, ainda, para que a equipe técnica possa, no menor tempo possível, fazer sua análise quanto a real necessidade do acolhimento. Caso conclua que a manutenção do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar não é necessária, a equipe técnica responsável pelo acompanhamento deve proceder aos encaminhamentos para viabilizar a imediata reintegração (BRASIL, 2009, p. 35-36).

Os (as) assistentes sociais necessitam de uma base teórica metodológica e ética, a fim de conhecer a realidade que os sujeitos implicados nesse processo de reinserção vivenciam no seu cotidiano, com o intuito de direcionarem sua ação de forma correta e coerente. Onde partindo do conhecimento teórico-metodológico os mesmos consigam pensar sua intervenção para com essas famílias que tem suas crianças e adolescentes em situação de acolhimento, procurando pensar formas de enfrentamento a demanda referente ao acolhimento institucional de suas crianças e adolescentes. Porém, além desse instrumento o assistente social necessita de instrumentos técnico- operativos que visam dar materialidade a ação da intervenção, com o intuito de atingir determinado objetivo. Segundo Guerra (2009) os agentes profissionais:

[...] enquanto desenvolvem uma atividade, não são apenas técnicos como também críticos, já que o domínio do instrumental requisita-lhe um conhecimento das finalidades e das formas de alcançá-las e estas não se encerram na razão de ser do Serviço Social. Antes, incorporam a razão de conhecer a profissão, suas condições e possibilidades. Ao atribuir autonomia às metodologias de ação e ao instrumental técnico, ao separá-los e torná-los independentes do projeto profissional, o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial. (GUERRA, 2011, p. 169).

Percebe-se, desse modo que todas as ações profissionais dos (as) assistentes sociais são favorecidas pela instrumentalidade, ou seja, possibilita a realização do trabalho social junto às crianças, adolescentes e suas famílias, com o intuito de diminuir a permanência dentro do acolhimento institucional, onde se visa evitar o rompimento dos vínculos familiares ou a formação com uma nova família substituta, pensando é claro em garantir o direito fundamental que consta no ECA que é a convivência familiar e comunitária.

Deve-se compreender que o papel do Serviço Social nas instituições de acolhimento é trabalhar sob a perspectiva de viabilizar o direito, onde é necessário que o mesmo tenha um olhar crítico sobre as demandas que chegam até a instituição, onde o (a) assistente social deve pensar suas ações de modo a ir de encontro com o público usuário desse serviço de acolhimento e não simplesmente das demandas postas pela instituição, pois corre-se o risco dos profissionais assistentes sociais acabarem em condições de subalternidade.

Ressalta-se que os (as) assistentes sociais que atuam nas instituições de acolhimento devem sempre viabilizar os direitos assegurados pela Constituição Federal de 1998 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, no que diz respeito à situação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Compreende-se que o mesmo deve estar preparado para intervir, visando à materialização dos direitos da criança e do adolescente, buscando formular estratégias para fortalecer os vínculos familiares e comunitários, com o intuito de prezar pelas necessidades essenciais dos mesmos, ou seja, a proteção e seu desenvolvimento integral. Contudo os (as) assistentes sociais buscam em suas intervenções no trabalho com famílias, reinserir as crianças e adolescentes em situação de acolhimento para com suas famílias de origem, até que todas as chances de reintegração familiar sejam esgotadas, e quando isso ocorre inicia-se o processo de inserção e adaptação em família substituta.

Para tanto, é fundamental que as ações pensadas sejam realizadas pelos (as) profissionais assistentes sociais em conjunto com a rede de proteção que visam à participação das crianças e adolescentes institucionalizados na comunidade local. Com isso o guia de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes refere:

O acolhimento não deve significar, ainda, privação do direito à convivência comunitária. Nesse sentido, o serviço de acolhimento, em parceria com a rede local e a comunidade, deverá empreender esforços para favorecer a construção de vínculos significativos entre crianças, adolescentes e comunidade. [...] A criança e o adolescente devem participar da vida diária da comunidade e ter a oportunidade de construir laços de afetividade significativos com a mesma. Deve-se propiciar sua participação nas festividades e demais eventos da comunidade, além da utilização da rede socioassistencial, de educação, saúde, cultura, esporte e lazer disponíveis na rede pública ou comunitária. [...] Deve-se propiciar que esse acesso não seja realizado sempre de modo coletivo, ou seja, com várias crianças e adolescentes do serviço freqüentando as mesmas atividades nos mesmos horários, a fim de favorecer também a interação com outras crianças/adolescentes da comunidade. Além de oportunizar o contato de crianças e adolescentes acolhidos com crianças e adolescentes da comunidade, essas medidas têm como objetivo propiciar o desenvolvimento da autonomia e da socialização dos mesmos. O acesso aos serviços na rede local tem como objetivo, ainda, inserir a criança e o adolescente em atividades que possam continuar a freqüentar após a reintegração familiar. Esforços também devem ser empreendidos no sentido de evitar a estigmatização da criança e do adolescente durante e após o acolhimento (BRASIL, 2009, p.56-57).

Percebe-se que o acolhimento institucional não pode ser encarado como um isolamento das crianças e adolescentes que ali estão inseridas, mas sim faz-se necessário compreender que as mesmas precisam conviver com outras pessoas da comunidade, a fim de desenvolver sua autonomia e socialização com os demais indivíduos da comunidade local. Consta no Art 92 do ECA (1990) que os princípios que dizem respeito ao acolhimento familiar e institucional:

- I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo (BRASIL, 1990).

Ou seja, percebe-se que o acolhimento tem como objetivo maior realizar a reinserção da criança ou adolescente à sua família de origem, porém quando isso não é possível o mesmo deve funcionar de forma gradativa de modo a preparar a criança ou adolescente para colocação em família substitua. Tendo em vista o princípio da preservação dos vínculos familiares, onde este vem para estabelecer de certa forma horários de visitas da família natural ou extensa ao Casa de Acolhida,

com o intuito de garantir aos (as) acolhidos (as) o direito á preservação dos vínculos afetivos. No documento Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) destaca que:

Muitas crianças e adolescentes desconhecem ou não compreendem o motivo pelo qual foram afastadas do convívio familiar, o que pode levá-los a encarar a medida como uma espécie de punição e despertar sentimentos de insegurança, rejeição, agressividade, revolta, abandono e outros (BRASIL, 2009).

Denota-se dessa maneira que a equipe técnica da instituição de acolhimento deve prestar atenção nessa criança ou adolescente recém-chegada nesse espaço de acolhimento, uma vez que os mesmos devem ser respeitados e apresentados a sua nova realidade de acolhimento institucional (BRASIL, 2009). Enfatiza-se que os parâmetros oficiais que norteiam os serviços de acolhimento estão prescritos na NOB-RH/SUAS do MDS; Orientações Técnicas (Comandas/CNAS) e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Percebe-se que o reordenamento referentes aos programas de acolhimento institucional, apresentado pelo PNCFC (2006), provoca mudanças na sistemática de financiamento de qualificação dos profissionais, de avaliação dos programas, incorporação de trabalho com as famílias, de adequação do espaço físico e da acessibilidade e, da articulação do trabalho com a rede de serviços (BRASIL, 2006). O PNCFC (2006) estabelece que o nome acolhimento visa a ação de atender e cuidar por um determinado período crianças e adolescentes que necessitam ser separados de suas famílias de origem por estarem vivenciando algum tipo de situação de risco ou vulnerabilidade. Dentre as modalidades de acolhimento contidas na PNCFC (2006), estas estão divididas em: acolhimento familiar que oferece atendimento á famílias já constituídas (famílias acolhedoras), ⁷ ou seja, que são instruídas e acompanhadas a um programa específico. E tem também o acolhimento institucional que ocorre em uma instituição planejada, isto é, podendo vir a ser um Casa de Acolhida institucional por exemplo. Nessa perspectiva o PNCFC (2006) declara que:

[...] a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser

⁷ As famílias acolhedoras se responsabilizam por cuidar da criança até que ela retorne à família de origem, ou seja, encaminhada para adoção (fonte: Conselho Nacional de Justiça).

concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sociocultural e de todo o seu contexto de vida (BRASIL, 2006, p.28).

Nota-se, que os vínculos familiares deve ser fortalecido desde a entrada da criança ou adolescente ao abrigo, onde é necessário conhecer a história de vida dos mesmos, respeitando suas particularidades. Ainda de acordo com o PNCFC (2006)

Nas situações de risco e enfraquecimento dos vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão favorecer a reconstrução das relações no grupo familiar e a elaboração de novas referências. Estas estratégias visam potencializar a família para o exercício de suas funções de proteção e socialização e o desenvolvimento de sua autonomia, incluindo as ações que possam levar à construção de novos vínculos familiares e comunitários em caso de ruptura dos vínculos originais (BRASIL, 2006, p. 69).

Isto, vai de encontro com o que estabelece as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) que tem a finalidade de subsidiar e regulamentar os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em território nacional. Com elas, busca-se reordenar os serviços de acolhimento, onde parte-se do princípio que toda a situação de afastamento familiar deve ser encarado sob caráter excepcional e provisório (BRASIL, 2009). Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, busca qualificar o direito à convivência familiar e comunitária com o intuito de assegurar sempre que possível este direito, buscando romper com essa cultura da acolhimento institucional, a qual se mantém na história da sociedade.

Consta, nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) os detalhamentos tipificados dos diversos pontos peculiares no que diz respeito ao acolhimento de crianças e adolescentes, onde este se constitui em forma de ações humanizantes, e isso acaba por privilegiar o caráter técnico desse documento, onde toma por base os dispositivos legais, dos quais estão pautados os programas referentes à Casa de Acolhidas institucionais. Este documento expõe princípios, parâmetros e metodologias que tem o objetivo de orientar as modalidades de acolhimento à criança e ao adolescente, respeitando sua função protetiva e de restabelecimento de direitos, construindo uma rede de proteção que beneficie o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o aumento das potencialidades das crianças e adolescentes acolhidos e o empoderamento de suas respectivas famílias.

Em relação às orientações metodológicas esta dispõe que salvo situações de emergência, o acolhimento de uma criança ou adolescente deve ser preterido de um diagnóstico concluído de preferência pela equipe multidisciplinar, que pertence a equipamento público. Este estudo/diagnóstico deverá demonstrar peculiaridades de cada caso, com o intuito de direcionar um tipo de acolhimento mais adequado conforme a situação exibida, como por exemplo, se o acolhimento desses sujeitos deve ser de caráter institucional ou encaminhados a uma família acolhedora.

Outro ponto importante, é que antes de se optar pelo encaminhamento de crianças e adolescentes para o Serviço de Acolhimento que visa garantir sua proteção, faz-se necessário verificar se na família extensa ou na própria comunidade, existem pessoas que tenham condições de aceitar e se responsabilizar por estes sujeitos. Diante de todo o exposto cabe ressaltar que na sequência será apresentado às considerações finais deste estudo, onde busca-se retomar alguns pontos da pesquisa tendo como intuito verificar se os objetivos propostos foram alcançados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da densa construção desse estudo, é chegada a hora de tecer as considerações finais, oriundas dos dados analisados ao longo do fenômeno acolhimento institucional de crianças e adolescentes, mas especificamente no município de São Borja/RS. A idealização deste estudo surge a partir de uma inquietação acerca de quais processos sociais estão implicados no acolhimento institucional o público infanto-juvenil. Pois, compreende-se a relevância de estudar tal temática, a fim de identificar os diversos trâmites legais e sociais que o processo de acolhimento institucional perpassa.

A partir das pesquisas bibliográfica e documental acerca do acolhimento institucional pode-se notar que a atenção para as crianças e adolescentes institucionalizadas ganhou mais visibilidade com o ECA (1990), devido este estatuto ser uma lei específica que trata dos direitos das crianças e adolescentes e os reconhece como sujeitos de direitos. Percebeu-se que ao longo da história da sociedade, muitas leis foram criadas como meio para suprir as necessidades das crianças e adolescentes, porém, isso não se evidencia no cotidiano dos mesmos, uma vez que a infância ou adolescência é violada, devido seus direitos mais básicos como saúde, educação, etc, não serem de fato viabilizado de forma igualitária a todos como consta na Constituição Federal de 1988.

Ressalta-se que conforme a pesquisa bibliográfica realizada no Portal da Capes dentre as seis universidades que abordaram o tema referente ao acolhimento institucional, pode-se identificar que o trabalho do (a) assistente social nos serviços de acolhimento ainda é muito focalizado em atender as demandas imediatas, pois conforme as produções analisadas os profissionais não cumprem os objetivos que constam nas Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009). Porém, ainda segundo as produções este fato decorre da precarização das instituições em não ofertarem uma capacitação continuada a modo dos mesmos atualizarem seus conhecimentos acerca dos processos sociais implicados no acolhimento institucional. Evidenciou-se também através da pesquisa no Portal da Capes que o Direito à Convivência Familiar e Comunitária (DCFC) é respeitada pelos profissionais, uma vez que os mesmos utilizam todas as alternativas possíveis para que as crianças e adolescentes tenham esse direito garantido.

Identificou-se também que as profissionais assistentes sociais estão sempre alicerçadas pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, onde isso as auxilia a realizar uma intervenção que englobe mais a totalidade da realidade das famílias que tem seus filhos (as) acolhidos (as). Outro ponto que surgiu foi à importância da conquista da PNAS (2004), que veio no sentido de assegurar aos usuários da política de assistência condições de universalizar as políticas sociais como: saúde, trabalho, educação, etc. Evidenciou-se ainda através das produções a abordagem em relação ao atendimento às famílias de crianças e adolescentes institucionalizadas (os), uma certa culpabilização as mesmas, ou seja atribuisse o papel da família como a única responsável por prover as necessidades básicas dos sujeitos que compõem o seu núcleo familiar. Onde as produções analisadas apontam que as intervenções dos (as) assistentes sociais que trabalham nesses serviços ainda têm suas intervenções fragmentadas o que acaba por contribuir com esse tipo de pensamento.

Em relação os resultados da pesquisa documental realizada na Casa de Acolhida de São Borja/RS, pode-se evidenciar através da análise dos vinte e cinco PIAs que o perfil das crianças e adolescentes que foram acolhidas (os) no período delimitado de um ano foram meninos, sendo a faixa etária crianças de até cinco anos. Destaca-se ainda que quatorze crianças e adolescentes são atendidos (as) pelos Cemae, evidenciando desse modo (56%) mais da metade dos mesmos são atendidos por essa instituição. Evidenciou-se ainda dois grupos de irmãos o que caracteriza que esta se respeitando o não desmembramento dos mesmos conforme o ECA (1990). Ainda para compor o perfil das crianças e adolescentes destaca-se que através da análise pode-se evidenciar que as crianças e adolescentes estão acolhidos (as) a mais de três meses. E para concluir o perfil dos mesmos destaca-se que dezoito crianças e adolescentes estão frequentando a escola, e as outras sete crianças ainda não devido não terem idade suficiente conforme estabelece LDB (1996).

Pode-se constatar que os principais motivos que os sujeitos são encaminhados para esse serviço de acolhimento refere-se a situações de: negligência, conflitos no ambiente familiar, violência física e psicológica, suspeita de abuso sexual e abandono pelos pais ou responsáveis. Observa-se desse modo, que as expressões da questão social que incidiam no processo acolhimento institucional de crianças e adolescentes, configura-se como as manifestações da questão social,

uma vez que mediante a análise feita nos documentos tanto da instituição mencionada como na pesquisa bibliográfica, constata-se que esses motivos são decorrentes das violações de direitos vivenciadas por crianças ou adolescentes e suas respectivas famílias, onde tais motivos são interligados na maioria das vezes como foi possível evidenciar nos PIAs analisados na Casa de Acolhida. É importante enfatizar que as manifestações das expressões da questão social presentes no acolhimento institucional são decorrentes do modo como a sociedade esta organizada, ou seja, quando parte-se para essa medida de institucionalizar uma criança ou adolescente, evidenciando-se que os direitos dos mesmos não estão sendo efetivados como deveriam.

Em relação à rede de proteção a criança e ao adolescente pode-se evidenciar através dos PIAs que esta configura-se com seu agir na imediaticidade, ou seja, não foi possível verificar uma análise mais profunda, porém pode ser vista uma articulação entre a assistência, saúde e educação, de modo a garantir que o DFC fosse garantido a criança e adolescente institucionalizado (a). Todavia, a análise possibilitou verificar que as expressões da questão social presentes no acolhimento ocorrem devido ao fator da violência, onde esta acaba desencadeando outras expressões como podemos constatar nos documentos dos PIAs, como por exemplo o fator da negligência que é considerado uma forma de violência, uma vez que a criança ou adolescente fica exposta á descuidos ou ainda é considerado negligência o “abandono afetivo”, ou seja, quando os pais ou responsáveis encontram-se ausentes na vida dos filhos (as), devido a um grande excesso de demandas do cotidiano. Porém, essa forma de violência explicitada como um exemplo em meio a tantos outros, acaba por mostrar que os geradores da violência começam no seio familiar, considerando os dados analisados, percebendo desse modo que na maioria das vezes a violência não é somente desse segmento.

Onde acaba-se muitas vezes cultivando o esteriótipo das famílias incapazes e desestruturadas em cuidar e proteger suas crianças e adolescentes, acabando por não compreender que o Estado e a sociedade também são responsáveis em cuidar e proteger os mesmos. Seguindo as considerações destaca-se que o trabalho desenvolvido pela assistente social da Casa de Acolhida junto às famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, não é algo fácil de ser analisado. Contudo, primeiramente, pode-se observar através da análise dos dados da pesquisa documental que o trabalho profissional da assistente social da

Casa de Acolhida/RS, estão mais ligada ao imediatismo uma vez que 100% dos PIAs analisados giraram em torno de visitas domiciliares e atendimento individual no núcleo familiar. Podendo-se compreender dessa forma que não se deve culpabilizar a profissional por agir no imediato, pois conforme os PIAs a mesma realiza intervenções que se articula com as demais rede de proteção a criança e ao adolescente.

Partindo desse dado, é necessário que se supere essa prática imediatista verificada tanto nos PIAs da instituição Casa de Acolhida/RS, como nas pesquisas bibliográficas, pois tal prática esta presente desde a gênese da profissão, e com isso é necessário que para intervir nesses espaços de acolhimento o mesmo aproprie-se da combinação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, onde partindo dessas três dimensões os profissionais assistentes sociais iram imprimir ações com a finalidade de proporcionar aos mesmos uma melhor compreensão da realidade posta, das quais estão ligadas as manifestações da questão social e as demandas da instituição, porém deve também levar e conta as condições oferecidas pela instituição para que os (as) profissionais possam realizar uma intervenção que supera essa prática.

Contudo observa-se que os profissionais que trabalham no sistema de garantia de direitos tentam agir de forma articulada, buscando priorizar a política de atendimento prevista no ECA (1990) e com isso tentam agir em conjunto no enfrentamento a demanda do acolhimento institucional. Destaca-se ainda que é necessário o fortalecimento de um trabalho articulado e interligado, a fim de facilitar a comunicação entre todos os envolvidos nesse processo. Pois, trabalhar em rede requer mudanças tanto na prática dos profissionais quanto nos investimentos em recursos e capacitações para os mesmos, onde os possibilitem novas estratégias de trabalho.

Ademais, compreende-se que as famílias de origem muitas vezes ao decorrer de todo esse processo acabam ainda sendo culpabilizadas pela sociedade por não oferecerem as condições mínimas de sobrevivência para seus filhos (as), onde não é feita uma reflexão crítica de que a categoria família não é única responsável por oferecer cuidado e proteção para a criança ou adolescente, pois vivemos em uma sociedade repleta de contradições o que contribui para a fragilização dos vínculos familiares e comunitários. Observando desse modo a desresponsabilização por parte

do Estado em todo esse processo e a culpabilização atribuída somente as famílias desses sujeitos.

Enfatiza-se dessa maneira, que discutir o tema proposto é de suma importância profissional, social e acadêmica, pois é somente com a produção de conhecimento que esta temática terá maior visibilidade. Pois, compreende-se que é preciso fornecer subsídios que enriqueçam as discussões e possibilitem a construção de estratégias frente á estigmatização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, assim como, contribuam para superar o estigma da culpabilização das famílias de origem das crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: 1ª ed. AGE. 2003. 2ª ed. 2007.

ALVARES, Luís Ramon. **Novos modelos familiares e o registro civil das pessoas naturais**. Portal do Registro de Imóveis/ Portal do RI. s/pg, 2013. Disponível em: <https://www.portaldori.com.br/2013/06/04/novos-modelos-familiares-e-o-registro-civil-das-pessoas-naturais/>. Acesso em: 12 de nov. de 2018.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e violência fatal em família: primeiras aproximações ao nível de Brasil**. São Paulo: Iglu, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2016.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf>>>. Acesso em 25 de out. de 2018.

BONETTI, Dilséia Adeodata; Silva Vinagre Marlişe; Sales Apolinario Mione; Gonelli M.M. Valéria (Organizadores) **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis**. 8.ed.- São Paulo, Cortez, 2007.

BOSCHETTI, I. **A Política de Seguridade Social no Brasil**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009.

BOTELHO, Thaís. **O que é transtorno Boderline?** Revista Veja, agosto de 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/voce-sabe-o-que-e-transtorno-borderline/>>. Acesso em: 23 de out. de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Planalto, promulgada em 5 de agosto de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 de set. 2018.

_____. Decreto 17.943-A DE 12 DE outubro DE 1927.. **Código de Menores de 1927.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 25 de set. de 2018.

_____. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Código de Menores de 1979.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 21 de set. de 2018.

_____. **Estatuto da Criança e Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

_____. **Estatuto da Criança e Adolescente. Lei Federal nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm> Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

_____. Lei nº 12.594 de 18 de Janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 25 de out. de 2018.

_____. Presidência as República. **Lei orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasA_notada.pdf>. Acesso em: 26 de out. de 2018.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** LEI Nº 9.394, DE 20 DE Dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 de out. de 2018.

_____. **Norma Operacional Básica. NOB/ Sistema Único de Assistência Social- SUAS, de julho de 2005.** Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>. Acesso em: 26 de set. de 2018.

_____. **Nova Lei de Adoção nº 12.010, de 03 de agosto de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm> Acesso em 30 de maio de 2018.

_____. PNAS – **Política Nacional de Assistência Social**, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

_____. Presidência da República, Secretária Especial de Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília/DF, dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

_____. Cartilha. **Orientações sobre acolhimento institucional, 2009**. Disponível em: <http://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2013/07/15/13_24_37_815_Orienta%C3%A7%C3%B5es_sobre_Acolhimento_Institucional.pdf>. Acesso em: 26 de out. de 2018.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). **Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em 27 de set. de 2018.

CAPES, Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Publicações realizadas acerca da palavra-chave acolhimento institucional de janeiro de 2017 á janeiro de 2018**. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 01 de set. de 2018.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; BATISTA, Kátia Gerlânia Soares; SILVA, Leandro Roque da. **A estratégia da intersetorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB**. Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Famílias. Porto Alegre, PUC/RS, v. 1, 2013. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/9.pdf>>. Acesso em **14/09/2015**>. Acesso em: 18 de nov. de 2018.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. Aprovado pela resolução do CFESS n. 273/93, e modificada pela resolução CEFESS n. 290/94 e 333/96. 3. ed. Ver. Amp. Brasília: CEFESS, 1997.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **O que são “famílias acolhedoras” para crianças e adolescentes**. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/>>. Acesso em: 17 de out. de 2018.

_____. Conselho Nacional de Justiça. O que é suspensão, extinção e perda do poder familiar, 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80757-cnj-servico-entenda-o-que-e-suspensao-extincao-e-perda-do-poder-familiar>>. Acesso em: 26 de out. de 2018.

_____. Cadastro Nacional de Adoção (CNA), s/a. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em: 26 de out. de 2018.

CHRISTIANO, Renata Martins; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o Trabalho do Serviço Social**. Em Debate, nº 11, pág. 32–56, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26982/26982.PDF>. Acesso em: 15 de nov. de 2018.

DESLANDES, Suely. F. **Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço**. In: Cadernos de Saúde Pública, vol. 10, supl. 1, Rio de Janeiro: 1994, p. 177-188.

FALEIROS, Vicente de Paula ; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília: Theasaurus, 2000.

FARIAS, Luis Otavio. **Vigilância Socioassistencial. Sistema Único de Assistência Social- Texto base apresentado à CIT no processo de revisão da NOB SUAS, 2005**. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/viii-conferencia-nacional/oficinas/07_luis-otavio.pdf/view>. Acesso em: 26 out. 2018.

FERREIRA, José Wesley. **QUESTÃO SOCIAL: apreensão e intervenção no trabalho do assistente social**. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2008. Disponível

em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/396/1/399932.pdf>>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2007-2008.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro. **Novos rumos do acolhimento institucional** / São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

GUARÁ, Isa M. F. R. (Coord.) **Redes de proteção social**. 1. ed. São Paulo: Instituto Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.9-13.

_____. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 62, p. 05-66, 2000.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. Yolanda Guerra. -- 9. ed.-- São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 4ed rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.) **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 1998.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos n.23).

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas. 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; Silveira, Esalba Maria Carvalho. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social.** Revista textos & contextos v.6 n.2 p.233-251. Porto Alegre: 2007.

LÍDIA, Vera. **Redes de proteção: novo paradigma de atuação.** Experiência de Curitiba. Curitiba, 2002. (mimeo).

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e alienação.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação.** – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, José Roberto. **A diferença entre trabalho e emprego.** Instituto Brasileiro de Coaching, Portal IBC, 2018. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-carreira/diferenca-entre-trabalho-e-emprego/>>. Acesso em: 18 de nov. de 2018.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle].** – São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0028/5691/Minayo_MCS_2012.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 11. Ed. e 12 Ed – São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 25ª ed. rev. e atual. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21ª. ed. VOZES. 2002. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

MIOTO, Regina Célia. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social.** SERV.SOC.REV., LONDRINA, V.12, N.2,P.163-176, JAN/JUN.2010.

_____. **Trabalho Social com Famílias: entre as Amarras do Passado e os Dilemas do Presente.** IN: TEIXEIRA, Solange Maria. (org.) Política de Assistência Social e temas correlatos. Campinas: Papel Social, 2016.

_____. **A construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea.** Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social. Modulo 1. Brasília: CEADUniversidade de Brasília, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORANI, Carla do Nascimento Santos. **O Serviço Social no âmbito das políticas sociais: discutindo as tensões entre projeto profissional e trabalho assalariado,** 2015. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_17_Morani_Hora.pdf>. Acesso em: 27 de out. de 2018.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea.** Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social. Modulo 1. Brasília: CEADUniversidade de Brasília, 1999.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social .** In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, s/a. Disponível em:

http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto.pdf. Acesso em: 31 de out. de 2018.

_____. Cinco notas a propósito da "questão social". *Temporalis*, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**, Genebra, 2002.

PAIR. **Programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no território brasileiro**. 2008. Disponível em: <http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=1108>>Acesso em 26 de setembro de 2018.

Pensador. Frases de Charlen Chaplin. Disponível em: https://www.pensador.com/frases_charles_chaplin/. Acesso em: 26 de out. de 2018.

PEREIRA, P. A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos: uma crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais: Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais – CEAD, Brasília, 2000.

PRATES, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana**. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 2, dez. 2003.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária**. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v.

11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2018.

PRUDENTE, Neemias Moretti. **A mediação e os conflitos familiares**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 52, abr 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2536>. Acesso em out 2018.

RIZZINI, Irene et al. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>> Acesso em 21 de outubro de 2017.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia Escolar: Métodos para Identificação de sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

SCHERER, Giovane Antonio. **Juventude, (in) segurança e políticas públicas: a proteção social no Brasil – Curitiba: Juruá, 2017.**

SCOBERNATTI, Gisele. **Violência intrafamiliar: teoria e prática – uma abordagem interdisciplinar**. Pelotas: Armazém Literário, 2005.

TURCK, M.G.M.G. **Metodologia da Prática Dialética**. Porto Alegre, Ed Graturck, 2012.

TEIZEIRA, Solange Maria. **Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social**: elementos para sua reconstrução em bases críticas. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 13, N.1, P. 4-23, JUL/DEZ. 2010. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/8425-39560-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/8425-39560-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 27 de out. de 2018.

TRADUTOR, Google. Tradução para o inglês de resumo de produção acadêmica, s/a. Disponível em: <https://translate.google.com.br/> . Acesso em: 30 de out. de 2018.

UNIPAMPA. **Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos: Conforme Normas da ABNT.** Disponível em:<<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2017/09/manual-de-normalizacao-2016.pdf>>. Acesso em: 31 de out. de 2018.

UNIPAMPA. Template Acadêmicos. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/programa-de-capacitacao/>. Acesso em: 01 de out. de 2018.

VERONESE, Josiane Rose Petry; COSTA, Marli Marlene Moraes da . **Violência doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente: uma leitura interdisciplinar.** Florianópolis: OAB, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** Maria Carmelita Yazbek. - 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A: ROTEIRO DE PESQUISA DOCUMENTAL

1. Perfil das crianças e adolescentes institucionalizados na Casa de Acolhida de São Borja

- 1.1 Sexo
- 1.2 Idade
- 1.3 Possui algum tipo de deficiência (Sim ou Não). Se for Sim destaque qual
- 1.4 Tempo de ingresso na Casa de Acolhida
- 1.5 Frequenta a escola? Se (SIM) qual o ano escolar
- 1.6 As crianças e adolescentes recebem atendimento de saúde (vacinas, tratamentos? Se (SIM) em que instituições

Apêndice B: ROTEIRO DE PESQUISA DOCUMENTAL

2. Expressões da questão social e o processo de acolhimento institucional

- 2.1 Expressões da questão social que levam ao acolhimento institucional das crianças e adolescentes do município de São Borja/RS

Apêndice C: ROTEIRO DE PESQUISA DOCUMENTAL

3. Trabalho realizado pela assistente social junto às famílias

- 3.1 Intervenções realizadas pela assistente social junto às famílias de crianças e adolescentes
- 3.2 Técnicas utilizadas pela assistente social na abordagem com famílias
- 3.3 Justificativa para a permanência de crianças e adolescentes por mais de três meses

Apêndice D: ROTEIRO DE PESQUISA DOCUMENTAL

- 4. Trabalho desenvolvido junto á rede de proteção á criança e ao adolescente
 - 4.1 Que órgão da rede de proteção á criança e ao adolescente faz o encaminhamento das mesmas á instituição de acolhimento
 - 4.2 Instituições acionadas a partir do acolhimento de crianças e adolescentes

4.3 Que demandas/encaminhamentos são feitos pela instituição da rede de proteção à criança e ao adolescente

Apêndice E: Quadro referente a pesquisa bibliográfica realizada no Portal da Capes

Título	Ano	Instituição	Autor (a)	Resumo
(Re) construindo a história: em busca da garantia do direito à convivência familiar e comunitária nos acolhimentos institucionais públicos de cuiabá cuiabá	2017	Universidade federal de mato grosso (UFMT)	Samanta Gomes Rosa da Silva	A pesquisa desenvolvida teve como objetivo analisar o acesso da criança ao direito a convivência familiar e comunitária, à luz do plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito a convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente – pncfc, nos acolhimentos institucionais públicos do município de cuiabá. o campo empírico da pesquisa está constituído pelas instituições: superintendência de acolhimento social (lar da criança) e pelas três casas-lares, existentes no período de 2003 a 2016. assim, embora atualmente cuiabá conte com quatro casas-lares, apenas três compuseram o estudo: casa da criança cuiabana i, casa da criança cuiabana ii e casa da criança cuiabana iii. a pesquisa é do tipo documental de natureza qualitativa. com o intuito de alcançar as propostas estabelecidas e de aprofundar o conhecimento inerente às categorias norteadoras do processo de institucionalização de crianças no país como política pública garantidora de direitos, realizamos uma contextualização histórica para pôr luz à pesquisa desenvolvida. aborda, então, a historicidade das instituições de acolhimento de crianças em cuiabá, situando-as no contexto da política de acolhimento que no brasil tem novos contornos a partir da constituição federal de 1988, do eca de 1990 e mais precisamente do pncfc, e todos as diretivas nacionais subsequentes, fruto do reordenamento exigido pela política nacional, cujos desdobramentos ainda estão por

				<p>se verificar, especialmente no que se refere à consonância com as diretrizes estabelecidas para todo o país. concluímos que durante longos anos, a instituição de acolhimento social (lar da criança) foi considerada uma “instituição modelo” propagada sucessivamente pelos governos estaduais, por contar com uma grande e completa equipe de profissionais, o que foi na realidade, um grande equívoco, e materializou a história de mato grosso, que não se diferencia da história do país quando falamos de instituições totais, por ser muito prejudicial ao desenvolvimento infantil em diversos aspectos, como veremos neste trabalho. quanto às quatro casas-lares municipais existentes em cuiabá, três foram parte do universo desta pesquisa, e apesar do pouco tempo de existência para conclusões mais definitivas, analisando os dados e relatórios dos acolhimentos, conseguimos inferir que o direito a convivência familiar é perseguido e pode-se considerar respeitado, uma vez que as três casas mantiveram o convívio familiar quando permitido em juízo, se não buscaram medidas para que a criança tivesse este direito consolidado.</p> <p>Palavras-chave: acolhimento institucional; criança; direito a convivência familiar e comunitária</p>
(re) produção de famílias “incapazes”: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados	2017	Pontifícia universidade católica de são paulo (puc-sp)	Gracielle Feitosa de Loiola	<p>Objetivou-se com a pesquisa conhecer as vivências de acesso aos serviços/políticas públicas de famílias com filhos em situação de acolhimento institucional e as repercussões para o retorno ao convívio com seus filhos. Trata-se de um objeto relacional que pulsa em terrenos que se entrelaçam muito fortemente entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema de Justiça. Realizar esse estudo</p>

				<p>pressupõe um movimento complexo, que evidencia uma trama saturada de mediações históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais. Partindo dessa perspectiva, escolhemos a pesquisa qualitativa, realizada com o suporte da fonte oral, como forma de nos aproximarmos o mais perto possível da realidade e dos processos históricos vivenciados e contados pelos sujeitos participantes da pesquisa. O fio condutor que teceu a sua construção foram as narrativas de três mulheres, Cristina, Nega e Margareth, cujas histórias se inter cruzam não apenas pela institucionalização dos seus filhos, mas também por um cotidiano atravessado por desigualdades, violências e abandonos. Para auxiliar nessa tessitura também entraram em cena as narrativas de trabalhadores que atuam no Sistema de Justiça e no Sistema Único de Assistência Social, sendo: dois assistentes sociais e uma advogada atuando no CREAS, uma assistente social e uma psicóloga do Serviço de Acolhimento Municipal, uma assistente social do Serviço de Acolhimento para crianças de até 06 anos e, quatro conselheiros tutelares. A oralidade nos permite compreender a forma como os sujeitos dão significado a realidade, a possibilidade de “dar vida” ao que está posto nos autos processuais, nos prontuários, nos relatórios e nos PIAs, de conhecer as vidas e histórias por traz das pessoas tidas como negligentes, incapazes ou dependentes. Possibilitando, assim, o acesso a outros contornos e viveres para além da incapacidade de cuidarem de seus filhos. Buscou-se levantar questionamentos que</p>
--	--	--	--	--

				<p>contribuam para que famílias com filhos institucionalizados tenham acesso a uma proteção social cidadã e, a destituição do poder familiar, possa ser cada vez mais uma exceção.</p> <p>Palavras-Chave: Família - Aspectos sociais;Assistência a menores;Crianças - Assistência em instituições;Adolescentes - Assistência em instituições</p>
A multiparentalidade como garantia do direito à origem na adoção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional	2017	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Luciana Villela Junqueira	<p>À luz dos princípios constitucionais do Direito de Família e da interlocução com os fundamentos teóricos e ético-políticos do Serviço Social, esta tese de doutoramento problematiza o acolhimento da chamada Multiparentalidade, uma “invenção” jurisprudencial e doutrinária recentemente suscitada para promover a preservação das filiações biológica e afetiva, relativizando, portanto, a necessidade do rompimento dos laços de origem. Apesar de representar uma contradição de classes que se desenvolve no modo de produção capitalista como condição de existir do próprio regime, a pobreza e o assujeitamento de milhares de famílias brasileiras ainda são tomados individualmente, autorizando a privação da convivência familiar de crianças e adolescentes, bem como a utilização da adoção como medida protetiva mais eficaz e imediata. A adoção plena, devidamente precedida da ação de destituição do poder familiar prevê o esfacelamento total e indeclinável dos vínculos biológicos, promovendo não apenas a ruptura da relação paterno/materno-filial originária, mas, conseqüentemente, da totalidade das conexões parentais, por vezes desconstruindo ligações de afeto, de pertencimento e</p>

			<p>potencializando as relações de abandono. As ligações originárias são constituintes da personalidade humana e ajudam a compor a identidade de cada um de nós ao longo da vida. Elas contam histórias de alegrias, de separação, de conflitos, de afetos, agregando cada um desses elementos em nossa estrutura psíquica e afetiva. A ausência sentida desses lugares, dessas pessoas e das relações que ali se estabeleciam provoca marcas perenes naquele que vivencia essa experiência de vazios. À luz da teoria tridimensional do direito de família que considera a integração dos mundos afetivo, biológico e ontológico, as parentalidades biológica e socioafetiva poderiam coexistir na esfera de direitos dessas crianças, garantido a multiplicidade dos afetos, o direito à convivência familiar ampliada e todos os demais desdobramentos da proteção à filiação? Seria, portanto, uma medida benéfica ao autorizar a mudança do registro de nascimento para fazer nele constar todas aquelas pessoas que contribuíram para sua formação e história de vida, além de proporcionar-lhes os direitos de filiação de ambas as parentalidades? Em decisão recente, ao equiparar as filiações biológica e afetiva, reconhecendo a importância de cada uma delas para a preservação dos direitos humanos fundamentais, o Supremo Tribunal Federal abriu um precedente histórico para rediscussão dessa temática, permitindo que novas formas de “ser” e de “estar” em família possam ser acolhidas como expressão da complexidade humana.</p> <p>Palavras-Chave: Multiparentalidade; Pais e filhos</p>
--	--	--	--

				(Direito) - Brasil;Adoção - Aspectos sociais;Direito de família
Era só mais um silva: fundamentos e defesa do exercício profissional crítico da assistente social	2017	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Lelica Pereira Lacerda Elis de	O presente estudo é fruto de mais de uma década de atuação enquanto assistente social e estudos acerca do exercício profissional e pretende analisar cientificamente como é possível exercer a profissão no cotidiano da execução terminal de políticas sociais conforme os compromissos ético-políticos firmados pela profissão. Para tanto, conjugando pesquisa bibliográfica analisa o atendimento feito à família Silva no âmbito do SAICA "Novo Amanhecer" com o intuito de fazer generalizações que evidenciem os fundamentos do exercício profissional crítico da assistente social no âmbito da execução terminal de políticas sociais. Partimos da hipótese de que o projeto ético-político emancipatório firmado pela profissão demanda um exercício profissional (competente) capaz de materializar na esfera técnico-interventiva seus compromissos, o que requer a mediação de aparato teórico-metodológico coerente para a escolha e mobilização de aparato técnico-interventivo (individual e coletivo) que materialize valores positivos, por meio de práticas que denominaremos de emancipatórias. Perseguimos o desvelar destes fundamentos a partir de pesquisa bibliográfica, optando por dar primazia aos clássicos do marxismo-leninismo, e análise documental do relatório da Análise de Impacto do "Serviço de Acolhimento Institucional Novo Amanhecer" (Itajaí-Santa Catarina), documento que traz a trajetória da família Silva.

				<p>Assim, a análise documental nos leva a um estudo de caso: a história da família Silva. Pautadas na literatura marxista-leninista, analisamos o trabalho da assistente social no SAICA tecendo paralelos com as experiências de Winiccott, psiquiatra infantil que supervisionou o abrigo para crianças evadidas de Londres durante a II Guerra Mundial; e de Makarenko, pedagogo que coordenou as Colônias Gorki e Kuriazh, que recebiam adolescentes em conflito com a lei na URSS. Nossa análise não traz receitas prontas, mas indica fundamentos que podem viabilizar a conexão das respostas cotidianas com princípios emancipatórios, por meio do que denominamos de práticas emancipatórias.</p> <p>Palavras-Chave: Projeto ético-político; Exercício profissional da assistente social; competência profissional</p>
As faces social e penal do estado para o capital	2017	Universidade de Brasília (UNB)	Juliana Medeiros Paiva	<p>A tese tem como objetivo analisar nas faces penal e social do estado brasileiro. para tanto, este estudo centrou-se na análise o uso do fundo público, por meio dos gastos públicos realizados em âmbito federal e do estado de minas gerais, nas políticas de assistência social e política prisional, como representantes das faces social e penal do estado, no período entre 2007 a 2015. em âmbito nacional foram analisados dados acerca das privatizações e terceirizações ocorridas no âmbito da execução das políticas, o perfil do público-alvo de ambas as faces do estado, bem como as estratégias de ativação para o trabalho. em âmbito estadual, além da direção dos gastos públicos, foram analisadas as experiências de privatização do sistema prisional em duas diferentes modalidades, sendo a primeira representada pela privatização de</p>

				<p>estabelecimentos prisionais por meio de parceria público-privada (ppps), onde o estado remunera o setor privado para a construção e gestão de todos os serviços prisionais; e a outra representada pela delegação da gestão de estabelecimentos prisionais à entidades sem fins lucrativos, remuneradas pelo estado por meio de subvenções sociais. apesar do incremento nos gastos públicos observados tanto na política prisional quanto na política de assistência social, o modelo federativo dificulta a análise mais apropriada, uma vez que os estados são responsáveis pela maior parte do financiamento política prisional, enquanto o governo federal e os municípios são os principais responsáveis pelo financiamento da assistência social. tal fato se mostrou como uma limitação metodológica que impossibilita afirmar que e o estado brasileiro tenha privilegiado a face penal em detrimento da social, especialmente, no que se refere aos gastos públicos. porém se analisarmos apenas o custo per capita em um estabelecimento prisional, comparativamente aos valores de parâmetro custeados pelo estado em um serviço de acolhimento institucional, por exemplo, é possível perceber a opção político-ideológico em privilegiar o aparato penal. a despeito das limitações impostas pela metodologia utilizada, o conjunto de dados levantados no estudo apontam para um processo de mercantilização, privatização, seja por meio de ppps, parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou por meio de terceirizações das atividades-meio, bem como a desregulamentação e precarização do trabalho de profissionais, além da influência workfare nas práticas de ativação ou uso do trabalho do precariado. este processo ocorre tanto na política de assistência social quanto na política prisional, reforçando a tese de que não há substituição do social</p>
--	--	--	--	---

				<p>pelo penal, e sim, que se ambos constituem-se como faces de um mesmo estado e que neste sentido, se configuram como estratégias utilizadas para garantir a manutenção e reprodução do capital.</p> <p>Palavras-Chave: estado social; estado penal; política de assistência social; política prisional; fundo público.</p>
<p>O processo de trabalho da/o assistente social nos serviços de acolhimento institucional do estado do piauí</p>	2017	<p>Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI)</p>	<p>Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger</p>	<p>O objeto de investigação desta tese é o processo de trabalho da/o assistente social nas instituições de acolhimento e no judiciário do piauí. o objetivo geral foi analisar o modus operandi do trabalho dos/as assistentes sociais nas instituições de acolhimento (governamentais e não-governamentais) e no judiciário do piauí e suas interfaces. e como objetivos específicos: analisar o objeto, os meios de trabalho, a finalidade, o trabalho propriamente dito e os produtos nesses espaços sócio-ocupacionais, especialmente no trabalho com as famílias de origem, nas instâncias de acolhimento e no judiciário; identificar as contribuições dos/as assistentes sociais no desenvolvimento do trabalho social com famílias (tsf) para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária (dcfc); analisar possibilidades e limites no desenvolvimento do trabalho do assistente social nesses espaços no contexto do processo de trabalho no qual está inserido. para aprofundamento analítico, realizou-se estudo bibliográfico e documental por meio do qual foi possível analisar a trajetória histórica do dcfc e sua materialidade parcial ou total nas políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, bem como seu entrecruzamento com o processo de trabalho da/o assistente social. realizou-se pesquisa de campo, tendo como universo seis instituições de</p>

				<p>acolhimento institucional do estado do piauí e a 1ª vara da infância e da juventude da comarca de teresina, a fim de desvelar o processo de trabalho do serviço social nesses cenários. os dados foram construídos a partir de entrevistas semiestruturadas analisadas à luz do referencial teórico e documental, com base no método dialético de marx (1985). foi possível concluir que, apesar dos avanços normativos de base legal e orientativa em relação ao dcf, das contradições dessas normativas e da realidade de implementação delas, as instituições de acolhimento, no geral, ainda mantêm resquícios do modelo histórico de abrigos, em que se vislumbra proteção à criança e ao adolescente apartado de sua família. o modus operandi desse trabalho evidencia um desempenho aquém dos objetivos propostos pelos escopos legais, como o estatuto da criança e do adolescente (eca) e as bases normativas previstas nas orientações técnicas, ressentindo-se de maior sistematicidade, planejamento participativo, avaliações e de fundamentação crítica para o desempenho do trabalho. a resultante é tsf, na maioria das vezes, imediatista e sem encadeamento de ações que possam dar suporte à emancipação humana das famílias de origem. outro ponto destacado está circunscrito ao trabalho em rede e intersetorial, reiteradamente realizado sem planejamento, finalidade, acompanhamento sistemático e avaliação, não havendo de fato ações que sustentem e garantam a reintegração familiar, que, por ser mais complexa, acaba sendo abandonada pelas dificuldades, obstruindo o verdadeiro sentido do dcf. constatouse, ainda, que o processo de trabalho do serviço social nas instituições de acolhimento e no judiciário tem limites e possibilidades. para o</p>
--	--	--	--	---

				<p>desenvolvimento das possibilidades, há a necessidade de uma atuação profissional fundamentada em um trabalho crítico, qualificado e resolutivo na execução da política, de forma a decifrar a realidade e construir estratégias para agir na perspectiva da concretização dos princípios do projeto ético-político (pep) e do dcfc para fortalecer, garantir e efetivar a cidadania de crianças e adolescentes inseridos em suas famílias.</p> <p>Palavras-Chave: direito à convivência familiar e comunitária. serviço de acolhimento institucional. processo de trabalho da/o assistente social. trabalho social com família</p>
O processo de trabalho do serviço social nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco social em Teresina (PI)	2017	Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Ana Valeria Matias Cardoso	<p>O presente estudo trata sobre o trabalho do assistente social no contexto do processo de trabalho nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco social em Teresina (PI). os serviços de acolhimento são uma das modalidades de proteção social com caráter excepcional e temporário, com o objetivo de garantir o atendimento integral a crianças e adolescentes afastados do ambiente familiar de origem por diversos fatores de vulnerabilidade e de risco social, incluindo, pós reordenamento institucional, a necessidade do trabalho com as famílias de origem, de modo a garantir a reintegração familiar e, portanto, o direito à convivência familiar e comunitária. nas equipes que executam o serviço está o assistente social, cujo trabalho ou intervenção profissional é o alvo dessa pesquisa, tendo, no objetivo principal, analisar o modo de operacionalização do trabalho do assistente social nas instituições pesquisadas. o trabalho traz como aporte teórico análises de diferentes autores que tratam sobre as temáticas de risco, vulnerabilidade, questão social,</p>

				<p>direito à convivência familiar e comunitária, trabalho, processo de trabalho do assistente social, trabalho com família, dentre outras. traz, também, revisões documentais sobre a legislação vigente como estatuto da criança e do adolescente (eca), plano nacional de convivência familiar e comunitária (pncfc), política nacional de assistência social (pnas) e outras sobre acolhimento institucional, bem como a inserção prático-profissional das equipes interdisciplinares. utilizou-se, para isso, o método de pesquisa crítico-dialético marxista, o qual determinou uma análise que expusesse a essência dos fenômenos para além da imediatividade posta. a abordagem metodológica foi a qualitativa, que resgata e analisa concepções, significados, opiniões e práticas, com depoimentos colhidos por entrevistas semiestruturadas junto a 06 profissionais das seguintes instituições: casa de punaré, reencontro, abrigo feminino e lar da criança maria joão de deus, sendo, os sujeitos da pesquisa, os profissionais de serviço social que compõem o quadro da equipe técnica nos serviços de acolhimento institucional em teresina (pi). os depoimentos foram transcritos, sistematizados em categorias e interpretados à luz do referencial teórico. os resultados apontam que o assistente social desenvolve várias atividades nessas instituições, dentre elas, o trabalho social com as famílias de origens de crianças e adolescentes. percebeu-se que o assistente social, nas instituições pesquisadas, ao atuar no acompanhamento, não somente da criança e do adolescente, mas, sobretudo, da família de origem, muitas vezes não cumpre nem aos objetivos propostos, normativamente, pelo serviço, como previsto nas orientações metodológicas. esse trabalho com famílias de origem ainda é pontual, esporádico e</p>
--	--	--	--	---

				<p>eventual. o acompanhamento pouco explora as potencialidades do trabalho em rede entre serviços e políticas, sendo realizado de forma assistemática, sem planejamento, apenas quando as famílias visitam os filhos na instituição. não há ação pró-ativa e articulada. o resultado são poucas possibilidades de reinserção familiar.</p> <p>Palavras-Chave: acolhimento institucional; processo de trabalho; serviço social; criança e adolescente</p>
Viagem de volta ao passado: a (des) proteção social na garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes	2018	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do sul (puc/rs)	Alexia Dorneles	<p>Objetivo da presente dissertação consiste em analisar como vem se constituindo o atendimento das famílias de crianças e adolescentes acolhidas (os) institucionalmente e atendidas (os) pela política de assistência social em um município da região metropolitana de porto alegre/rs, na perspectiva da garantia do direito à convivência familiar e comunitária, a fim de contribuir com subsídios na qualificação dessa política pública. trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através de pesquisa documental em dez (10) processos judiciais, referentes ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, que estavam em tramitação no juizado da infância e juventude (jij), no município da região metropolitana de porto alegre, nos anos de 2016 e 2017, como também em documentos que dão as diretrizes do acolhimento institucional no brasil e que versam sobre o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária (2006a); orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009) e</p>

				<p>a lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 que dispõe sobre a adoção (2009). também se desenvolveu pesquisa empírica, por meio de entrevistas com sete (7) profissionais que estão inseridos na política de assistência social e no conselho tutelar do referido município. nesse caminho, através desse estudo, observou-se que as razões que contribuem para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes se referem à situação de vulnerabilidade social, condições precárias de moradia, negligência e violência intrafamiliar. ademais, algumas famílias se encontravam em situação de desemprego e trabalho informal, o que também corroborou para a fragilização dos vínculos. dessa maneira, entende-se que, na contemporaneidade, vive-se uma viagem de volta ao passado, pois há um retrocesso na efetivação dos direitos da infância e da adolescência, pois se avança no contexto legal, contudo, através do avanço das ofensivas neoliberal e conservadora, retorna-se à lógica menorista no atendimento às demandas apresentadas pelas crianças e adolescentes. outrossim, compreende-se que o argumento jurídico tem sido construído por meio de perspectivas da moralização da questão social. dessa forma, cria-se um ciclo, onde a família sofre o impacto da dinâmica do capital, mas é culpabilizada, o que corrobora para o acolhimento institucional e para a perda do poder familiar. sendo assim, percebeu-se que as famílias que têm os filhos acolhidos institucionalmente estão expostas a um contexto de (des)proteção social. dentre os desafios identificados para a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, destaca-se o atual contexto de precarização da política de assistência social do</p>
--	--	--	--	--

			<p>município investigado, visto que essa política pública está envolta por manifestações do processo de precarização do trabalho, tais como a terceirização e a alta rotatividade de profissionais, de nível médio e superior. além disso, observou-se que há falta de investimento no serviço que oferta proteção social básica, que somada as manifestações do processo de precarização do trabalho contribui para a descontinuidade do atendimento e acompanhamento às famílias. ademais, através desse estudo observou-se que o direito a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes que encontram-se acolhidas (os) institucionalmente vem sendo efetivado por meio da violação do direito a convivência com a família de origem. quanto às possibilidades, entende-se que, por meio de concurso público, se garantiria estabilidade aos profissionais, para o desenvolvimento de um trabalho intersetorial. ademais, se faz necessário maior investimento nas políticas sociais – neste caso na política de assistência social, com recursos humanos e materiais, a fim de desenvolver um trabalho baseado na proteção integral, contribuindo com as famílias no enfrentamento das expressões da questão social; na diminuição das chances de encaminhamento das crianças e adolescentes para o acolhimento institucional, bem como no tempo de permanência desses sujeitos nas 2 instituições de acolhimento, na perspectiva da efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Palavras-Chave: criança e adolescente;acolhimento institucional;convivência familiar e comunitária;família;(des)proteção social</p>
--	--	--	--

TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS

Título do Projeto: **Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes**

O projeto de pesquisa intitulado "Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes" tem por objetivo geral analisar os processos sociais que levam à institucionalização de crianças e adolescentes, a fim de contribuir para a qualificação do trabalho do assistente social com famílias. A pesquisa de autoria de Bruna Duarte Avila sob orientação da Profa. Loiva Machado objetiva a elaboração de Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Unipampa.

A investigação tem como fonte de coleta de dados a pesquisa documental junto a Casa de Acolhida de São Borja e a análise será desenvolvida a partir da técnica de análise de conteúdo. A pesquisadora se compromete a manter o sigilo quanto a identificação das fontes documentais que serão analisadas na Casa de Acolhida. Concorde, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente com finalidade científica, preservando-se integralmente o anonimato quanto as informações analisadas.

São Borja, 02 de Outubro de 2018.

Bruna Duarte Avila

Bruna Duarte Avila

Pesquisadora discente

Loiva Mara de Oliveira Machado

Loiva Mara de Oliveira Machado

Pesquisadora Orientadora

Recebido

Flávia Vezzosi Bianchi
Flávia Vezzosi Bianchi
Assistente Social
CRESS 11520